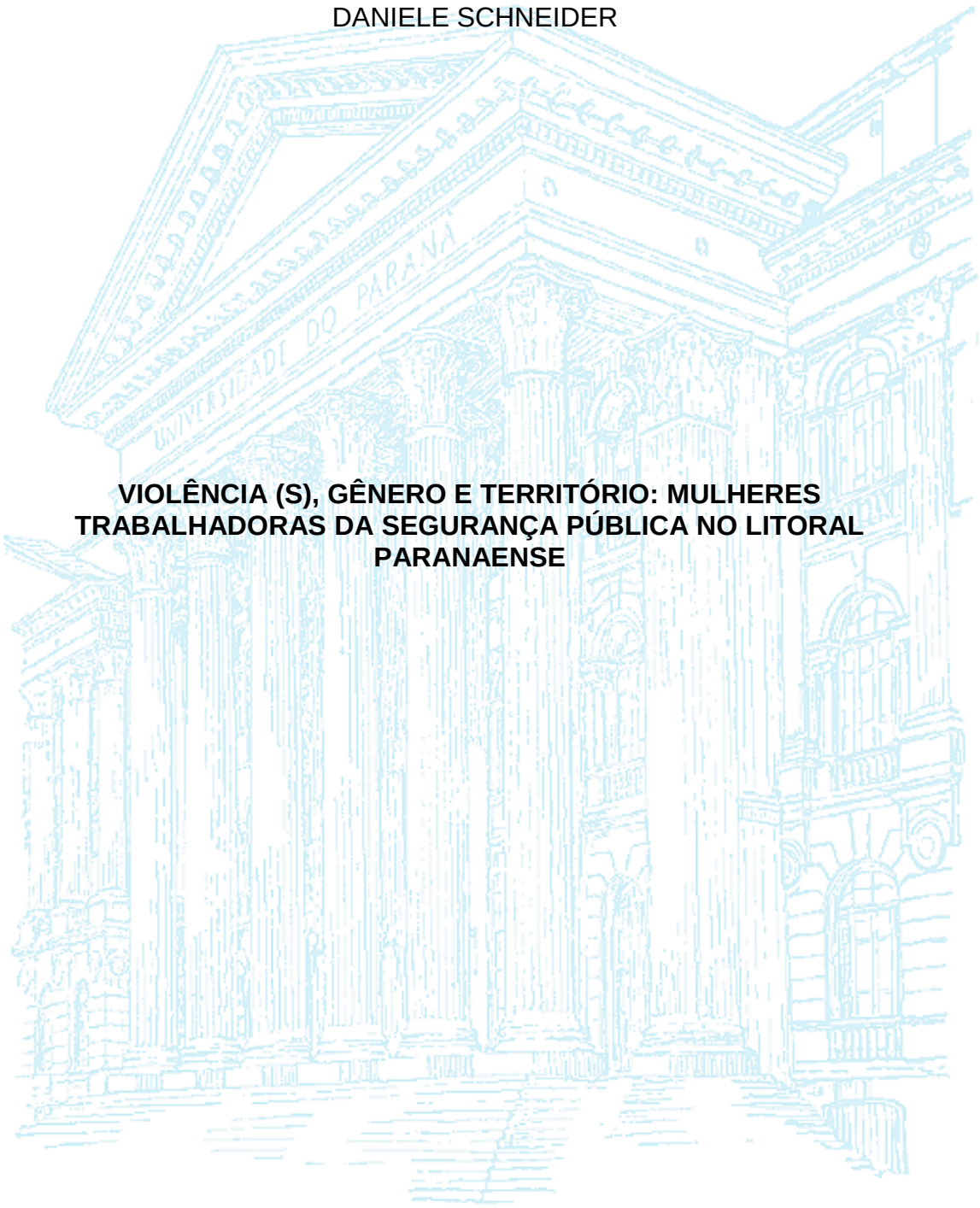
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

DANIELE SCHNEIDER

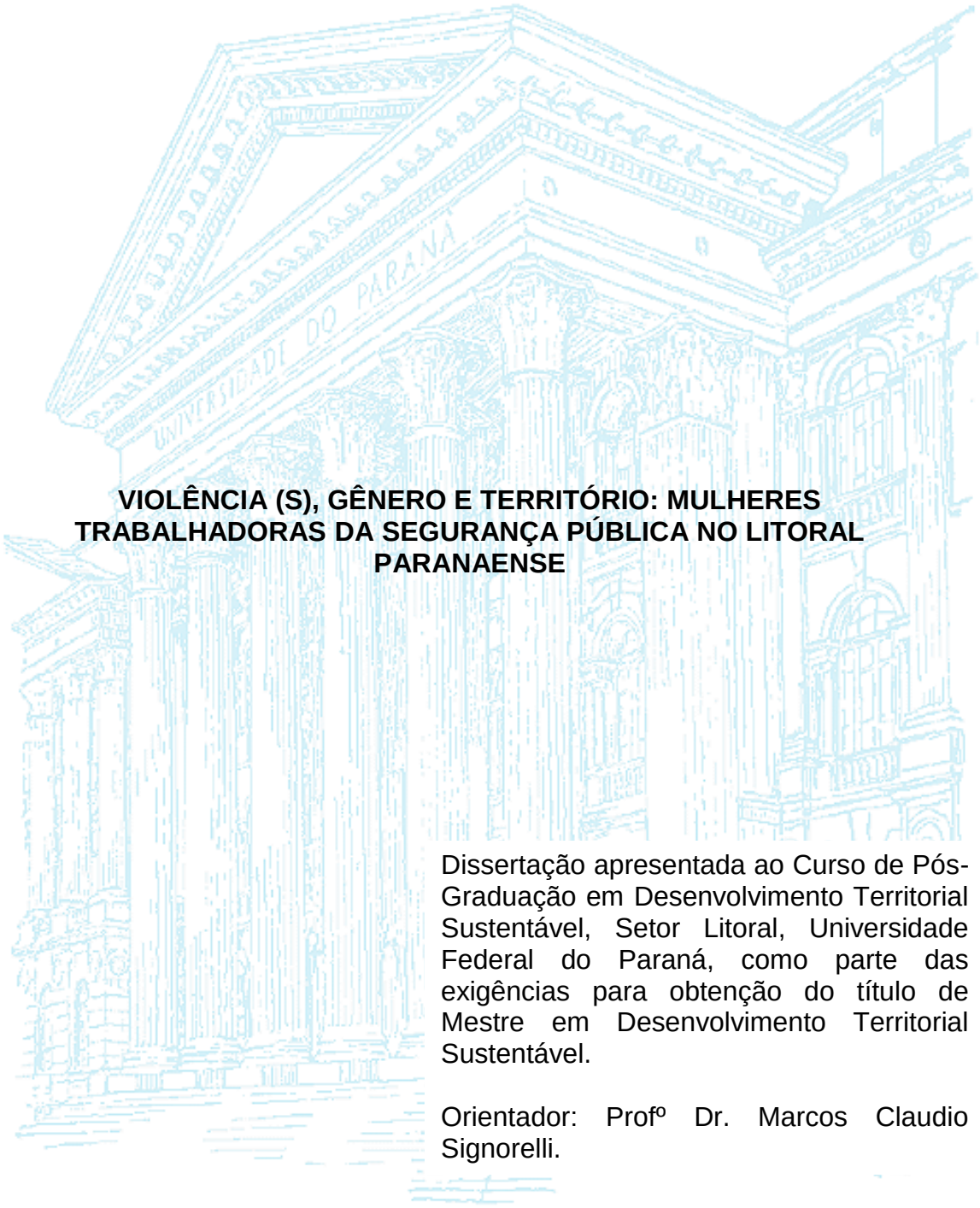


VIOLÊNCIA (S), GÊNERO E TERRITÓRIO: MULHERES TRABALHADORAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO LITORAL PARANAENSE

MATINHOS

2015

DANIELE SCHNEIDER



VIOLÊNCIA (S), GÊNERO E TERRITÓRIO: MULHERES TRABALHADORAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO LITORAL PARANAENSE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Profº Dr. Marcos Claudio Signorelli.

Matinhos
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

S358 Schneider, Daniele
Violência(s), gênero e território: mulheres trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense / Daniele Schneider; orientador Marcos Claudio Signorelli. –- 2015.
143 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 2015.

1. Mulheres. 2. Segurança Pública. 3. Gênero. 4. Violência. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. I I. Título.

CDD – 331.4098162

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DANIELE SCHNEIDER**, intitulada: "**VIOLÊNCIA(S), GÊNERO E TERRITÓRIO: MULHERES TRABALHADORAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO LITORAL PARANAENSE**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**.

MATINHOS, 07 de Dezembro de 2015.

Prof MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI (UFPR)

Prof PATRICIA CONSTANTINO (FIOCRUZ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia sete de Dezembro de dois mil e quinze às 09:00 horas, na sala SALA DO CONSELHO, RUA JAGUARIAÍVA, 512, do Setor de LITORAL da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **DANIELE SCHNEIDER** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: "**VIOLÊNCIA(S), GÊNERO E TERRITÓRIO: MULHERES TRABALHADORAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO LITORAL PARANAENSE**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI (UFPR), MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI (UFPR), PATRICIA CONSTANTINO (FIOCRUZ). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela ..Aprovação..... da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOAO RAFAEL DERON, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 07 de Dezembro de 2015.

JOAO RAFAEL DERON
Secretaria do Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Prof MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI (UFPR)

Prof PATRICIA CONSTANTINO (FIOCRUZ)

Às minhas avós, Roza Miara Swiech (*in memoriam*) e Ruth Erica Albach Schneider, pelo exemplo e incentivo.

À Karen Ladeira Bilek, pela eterna companhia e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Prof.ª Marisete Hoffmann-Horochovski, pelos conselhos, inspiração e incentivo.

Profº Ivan Jairo Junkes, pelos árduos e enriquecedores caminhos da desconstrução e reconstrução.

Em especial ao meu orientador, Professor Marcos Claudio Signorelli, pelo acolhimento, paciência e incentivo. Pela colaboração e ensinamentos repassados durante todo o desenvolvimento do trabalho.

Profº Clóvis Wanzinack, pelo incentivo e oportunidades acadêmicas.

Profº Edmilson Paglia, pela sincera amizade, incentivo e momentos de descontração.

Aos colegas do mestrado, pelas trocas de conhecimentos nos papos de corredores. Pelos incentivos mútuos, principalmente nas horas em que o desespero parecia tomar conta (quase contínuos), em especial aos da linha 2: políticas públicas, os quais contribuíram de forma significativa na ampliação dos meus horizontes.

Às colegas Tieme Nishiyama e Valéria dos Santos Oliveira, pelas parcerias acadêmicas, e ao amigo Danilo Martins, pelo companheirismo em todas as horas.

Ao TeDIS (Grupo de pesquisas em Território, Diversidade e Saúde/ Cnpq) pelas experiências compartilhadas, principalmente à Professora Nádia Covolan, pelas ricas contribuições.

Às profissionais de segurança pública, pela determinação e ousadia em participar do presente estudo contribuindo de forma significativa.

“Porque morrer não faz parte do plano...
Algo está errado, a partir do momento em que eu preciso andar armada o tempo todo...”

Policial Feminina.

RESUMO

Este estudo buscou compreender as relações entre gênero, violências e território, de mulheres que trabalham na área de segurança pública, no litoral do Estado do Paraná. Almejou-se conhecer as particularidades desse trabalho, na atuação nas respectivas repartições, ou de nível de rua, realçando o papel dessas mulheres como burocratas a nível de rua. A metodologia foi qualitativa, por meio de observação participante com 50 mulheres (policiais civis e militares, guardas municipais e agentes penitenciárias), realizada em três municípios balneários da região entre março de 2014 e março de 2015. A análise dos resultados revelou: 1) dilemas concernentes às sobrecargas de trabalho, marcadas pela sazonalidade; 2) exposição às violências (principalmente institucional e de gênero) e repercussão à saúde dessas mulheres; 3) relações de poder, assinaladas pelas hierarquias das corporações, e assimetrias de gênero entre os profissionais homens e mulheres. Em síntese, esta pesquisa evidenciou como as profissionais femininas nas instituições de segurança pública sofrem diretamente o impacto das violências em sua rotina laboral, se estendendo a vida pessoal. Este estudo contribuiu com a visibilidade da rotina laboral das mulheres de segurança pública do litoral do Paraná, sob a perspectiva do olhar das próprias mulheres, refletindo sobre suas resistências, reinvenções e rearranjos em meio a um ambiente de hegemonia tradicionalmente masculina.

Palavras chaves: Mulheres; Segurança Pública; Gênero; Violência

ABSTRACT

This article aimed to understand the relationship between gender, violence and territory of women working in public safety in the coast of Paraná´s State, Southern Brazil. Seeks to know the particularities of this work, acting in their offices or at street level, highlighting the role of these women, as bureaucrats at street level. The methodology was qualitative, through participant observation with 50 women (civil and military police, municipal guards and prison officers) held in three beach resort municipalities in the region between March 2014 and March 2015. The results showed: 1) dilemmas regarding working burdens imposed by the local climate, marked by seasonality; 2) exposure to violence (mainly institutional and gender based) and consequences to these women´s health; 3) power relations, marked by corporations´ hierarchies and gender asymmetries between professional men and women. This research showed: how the female professionals in public security institutions directly suffer the impact of violence in their working routine extending personal life. This study aimed to visualize the work routine of public security women the coast of Paraná, from the perspective of looking women themselves of public safety, reflecting on their resistance, reinventions and rearrangements in a traditionally male hegemony environment.

Keywords: Women; Public safety; Gender; Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Etapas metodológicas realizadas

Figura 2 – Vista panorâmica do Litoral Paranaense

Figura 3 – Pássaro Guará

Figura 4 - Pôr do sol, vista da Baía de Guaratuba

Figura 5 - Vista panorâmica de Matinhos

Figura 6 - Parque Estadual Florestal do Rio da Onça

Figura 7 – Parque Nacional Saint Hillaire Lange

Figura 8 – Vista da orla de Pontal do Paraná

Figura 9 – Vista da plataforma de Pontal do Paraná

Figura 10 – Símbolos e divisas hierárquicas da Polícia Militar do Paraná.

Figura 11 – Símbolos e divisas hierárquicas da Guarda Municipal do Paraná.

Figura 12 - Participação feminina nas forças Policiais de 52 países (2000)

Figura 13 - Custos nacionais com violência e segurança pública

Figura 14 – Perfil dos presos do sistema carcerário, por cor da pele/etnia

Figura 15 – Vitimização e letalidade policial 2013.

Figura 16 - Ordenamento das UFs, feminicídios no Brasil (por 100 mil)

Figura 17 - Taxa de mortalidade por arma de fogo por UFs 2012 por (100mil)

Figura 18 – Mortes por armas de fogo no Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO – Boletim de Ocorrência
BPRV – Batalhão da Polícia Rodoviária
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública
CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DER – Departamento de Rodagem e Estradas
GDE – Gênero e Diversidade na Escola
GGI – Global Gender Gap Index
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDG – Índice Nacional de Desigualdade de Gênero
ITGC – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PEA – População Economicamente Ativa
PFEM – Polícia Feminina
PM – Polícia Militar
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNS – Pesquisa Nacional de Saúde
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RDE – Regulamento Disciplinar do Exército
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP – Secretaria de Segurança Pública
SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
TCLE – Temo de consentimento livre e esclarecido
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13
1.1 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESQUISADORA E O PRESENTE ESTUDO 17
1.2 OBJETIVOS 19
1.2.1 Objetivo geral 19
1.2.2 Objetivos específicos 20
1.2.2.1 Objetivos secundários 20
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO 20
1.4 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA 22
1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO ETNOGRÁFICO 28
1.5.1 Município de Guaratuba 32
1.5.2 Município de Matinhos 34
1.5.3 Município de Pontal do Paraná 37
1.6 ESTUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO 39
2. CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEUS CONCEITOS 40
2.1 PODER E HIERAQUIA 47
2.2 MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO 57
2.2.1 Divisão sexual do trabalho 59
2.2.2 Mulheres na Segurança Pública 62
3. SEGURANÇA PÚBLICA E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO 76
4. VIOLÊNCIA(S) 90
4.1 VIOLÊNCIAS NA ROTINA LABORAL 105
4.1.1 Violência urbana 105
4.1.2 Violência de gênero 107
4.1.3 Violência institucional 109
5. BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA 113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 123
7. REFERÊNCIAS 128
8. APÊNDICES 138

1. INTRODUÇÃO

O tema sobre mulheres que atuam na segurança pública é recente, sendo escassas articulações entre trabalho, questões de gênero, exposições às violências e saúde dessas mulheres, particularmente em recortes geográficos delimitados, que tenham como foco a dinâmica própria do território, como é o caso deste estudo.

A segurança pública tem sido pouco abordada no âmbito acadêmico, principalmente no que tange às condições de vida dos e das profissionais dessa categoria, como seres humanos possuidores de subjetividades e não como seres robotizados, produtores da segurança almejada pela sociedade (GOMES E SOUZA, 2013).

Esse coletivo de profissionais da segurança pública constitui-se em um grupo de maior risco a mortes violentas, com elevada vulnerabilidade a determinados tipos de doenças físicas e mentais, observado nas pesquisas realizadas recentemente por diversos autores como Romeu Gomes e Edinilsa Ramos de Souza (2013); Maria Cecília de Souza Minayo e Sérgio Adorno (2013); Patrícia Constantino *et al*. (2013); Adalgisa Peixoto Ribeiro *et al.* (2013).

Alguns trabalhos trazem uma discussão sobre os riscos das profissões ligadas ao campo da segurança pública, colocando em pauta a reformulação da amplitude dos conceitos de risco e de segurança, bem como a valorização de policiais dentro e fora da instituição (MINAYO E ADORNO, 2013).

A curiosidade sobre esse panorama foi o ponto de partida deste estudo, que focalizou o olhar nas mulheres profissionais da segurança pública.

Para compreender os dilemas e desafios dessas mulheres atuantes na segurança pública, é fundamental o entendimento da categoria de gênero. Scot (1996) e Joana Pedro (2005) propõem que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais construídas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo ele um primeiro modo de dar significado às relações de poder, evidenciando o gênero como uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração e seus significados.

Em contraponto, Delphy (1984) argumenta que gênero é um elemento social que constrói o sexo, assinalando que não é o gênero que é construído a partir das diferenças biológicas, mas o sexo é socialmente construído por causa da existência

do gênero. Desse modo, diferenças entre homens e mulheres são fatos anatômicos que não teriam significado algum, não fossem os arranjos de gênero vigentes, que reconhecem e hierarquizam a diferença entre homens e mulheres. Para essa autora, transformar tal diferença em desigualdade é um ato social.

Joan W. Scott (1996) afirma que se incomoda quando as definições tomam gênero por uma metodologia familiar, em vez de uma forma de questionamento, afirmando que gênero é uma questão em aberto, então é útil como uma categoria de análise, atentando para sua problematização e necessidade de abertura.

Talvez seja a chave para avançarmos sobre os dilemas e sofisticarmos a compreensão das diferentes formas de opressão e de exclusão, sem conceitos domesticados, evitando sermos prescritivos, problematizando e mantendo a abertura proposta por gênero[1].

As intersecções entre gênero e violências são também abordadas por diversas autoras, como Debert e Gregori (2008) e Lilia Blima Schraiber *et al* (2012) incluindo não somente a violência física e a violência sexual, mas também a violência psicológica, que inclui humilhações, isolamento social e intimidações, assim como a violência verbal, entre outras modalidades.

As diversas manifestações de violência de gênero se configuram em tema bastante complexo, que requer ainda mais o estudo e diálogo entre as distintas áreas do conhecimento, particularmente das ciências sociais e das ciências da saúde.

Conforme Wailselfisz (2008), a violência está hoje entre as maiores causas de morbidade e mortalidade de muitos países do mundo, incluindo o Brasil. A partir dos registros do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e da série de estudos que deu origem aos Mapas da Violência, o Brasil encontra-se entre os países com maiores índices de homicídios do planeta, sendo um dos que mais assassina mulheres (feminicídio), ocupando o 7º lugar, ficando acima do Iraque, que é uma zona de guerra. Conforme pode ser observado, na Figura 1.

A nível estadual, no ano de 2010, o Paraná ocupava a 3º posição no ranking de homicídios. O que é preocupante, pois conforme os relatos das interlocutoras da

[1] VILLELA, V.W; PERERIRA P.P.G. **Gênero uma categoria útil (para orientar políticas)?** Ciência e Saúde coletiva, 17(10): 2579-2588, 2012.

segurança pública, os dados são incipientes, afirmando que nem todos os casos são devidamente registrados.

Conforme o 9º Anuário de Segurança Pública (2015), os homicídios dolosos em Curitiba aumentaram de 7,3% em 2014, comparado a 2013. A capital do Paraná, encerrou o ano com uma taxa de cerca de 30,5 homicídios, para cada 100 mil habitantes (considerando a população em 1,86 milhão de habitantes), mais do que o triplo do índice considerado tolerável, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 por 100 mil habitantes. Observando na Figura 3.

Portanto, refletir sobre esse problema é fundamental, já que se trata de grande desafio para a área de segurança pública e também para o campo da saúde coletiva.

Roberto da Matta (1982) propõe que a violência é própria da condição humana, possuindo facetas negativas e positivas e que seus referenciais variam de acordo com a sociedade em questão. Fato é que todo esse panorama implica em agenda para a área de segurança pública, desdobrando-se em questões emergentes para profissionais que atuam na área e que lidam diuturnamente com esse problema.

Por conseguinte, a partir dessas inquietações, este estudo teve como objetivo realizar uma aproximação etnográfica com um grupo de 50 mulheres que trabalham na área de segurança pública. Almejou-se explorar, particularmente, as questões de gênero e de exposições às violências à que são submetidas e sua articulação com o processo saúde-doença, tendo como recorte territorial os municípios balneários do litoral paranaense.

Acredita-se que a inserção do tema da segurança pública no cenário acadêmico, por meio da visibilidade dessas profissionais e identificação das dificuldades enfrentadas por elas, poderá subsidiar a elaboração de políticas públicas atentas às especificidades de gênero, voltadas a proporcionar-lhes melhores condições de trabalho e de vida.

Os municípios de característica balneária do litoral Paranaense apresentam uma dinâmica territorial diferenciada e marcante. Apesar de a região ser composta por municípios com reduzida população, a violência é perceptível, porém não dispomos de dados sistematizados e divulgados para embasamento, pois o efetivo do litoral é demasiadamente defasado.

Conforme Signorelli (2013) o litoral é uma das regiões menos desenvolvidas do Paraná, analisando-se os indicadores socioeconômicos e de saúde. É um território de contrastes profundos, onde a sazonalidade influencia diretamente o modo de vida dos habitantes locais. As influências sazonais não se restringem apenas às estações do ano, mas também às condições climáticas, sol e chuva, que repercutem na dinâmica territorial e nos arranjos locais.

São duas cidades distintas convivendo, muitas vezes conflitantes, no interior da mesma cidade, os veranistas e os moradores, o mangue e a orla da cidade à beira-mar, a temporada e o inverno. São explícitas as diferenças particulares desse território, da desigualdade de oportunidades, da flutuação sazonal, e que fica particularmente evidente na questão da segurança pública.

A análise dos municípios do Litoral Paranaense sob a ótica da segurança, bem como da saúde é fundamental diante do desafio do desenvolvimento territorial sustentável, havendo a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas, especialmente quando voltadas à situação das profissionais atuantes em segurança pública.

É cada vez mais frequente o adoecimento dessa categoria profissional, independente do gênero, uma vez que são expostos ao cotidiano violento e insalubre, conforme vários estudos relatados por diversos pesquisadores (AMADOR, SANTORUM, CUNHA E BRAUM, 2002; SOUZA E MINAYO, 2005; SOUZA E CONSTANTINO, 2007).

Bezerra *et al.* (2013) em seu trabalho sobre o estresse ocupacional em mulheres policiais, nos trazem que as diferenças de gênero no trabalho são uma das causas do fator estressante, revelando que as policiais relacionam o cotidiano laboral ao estresse, acarretando vários problemas de saúde, com sintomas diversificados, chegando a afetar o relacionamento familiar e a qualidade de vida destas profissionais.

Outro estudo, realizado pelas pesquisadoras Constantino *et. al* (2013) aborda a percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro, onde a questão territorial é notória, indicando que apesar do caráter universal “o risco ganha gradientes diferenciados em relação à função e ao território de atuação.”

Assim sendo, o referido estudo com as mulheres trabalhadoras da segurança pública, poderá contribuir no subsídio à elaboração de políticas

públicas, com o recorte de gênero, voltadas a melhores condições de trabalho às profissionais da área de segurança pública. Quiçá corroborar com os indicadores com base nas experiências de mulheres, que lançam luz sobre a produção do viver, que sustentam todas as formas de desigualdade e discriminação. O que propõe que esta dinâmica territorial destas mulheres, seja compreendida a partir das próprias mulheres, de suas experiências subjetivas quase sempre visibilizadas, e não somente daquilo que falta para se igualarem aos homens.

Para traçar estratégias e políticas públicas eficazes com enfoque na presença de profissionais femininas nas instituições de segurança pública, faz-se necessário estudar as trajetórias de vida dessas mulheres iluminadas pelos estudos de gênero, considerando o impacto das violências em suas vidas, as resistências e as adaptações provocadas nas instituições em resposta à presença delas em um ambiente considerado tradicionalmente como masculino.

1.1 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESQUISADORA E O PRESENTE ESTUDO.

Acredito que nada nesta vida é por acaso, portanto nenhuma temática surja para o(a) pesquisador(a) como algo casual. Em minha vida as experiências públicas e privadas por vezes se sobrepõem, fazendo com que os temas, muitas vezes nos escolham.

Recordo com saudades de um tempo específico de minha vida, inserida em uma família matriarcal, onde minhas avós nos serviam de exemplo de luta e superação, mulheres batalhadoras. Ambas precocemente assumiram a chefia da família, uma árdua tarefa para década de 1950, cada qual com seu fardo.

A avó paterna, sofria preconceito por ser alemã, era neta de um capitão do exército alemão, engenheiro responsável pela construção de pontes, o qual teve uma morte trágica, ao cair de uma ponte durante o trabalho. Neste mesmo dia nascia sua filha (minha tataravó), que anos mais tarde, foi perseguida e acabou sendo presa em um campo de concentração Russo, de onde conseguiu fugir, resgatada por um bonito suíço, que se apaixonou por ela. Já no Brasil, o casal se fixou, as filhas frequentavam a escola católica, comum na região, onde minha avó apanhava frequentemente, por não falar direito a língua portuguesa, e também por

ser luterana, ou seja, sofria duplamente o preconceito. Desde nova tinha responsabilidades, como filha mais velha, era encarregada de ensinar aos pais e avós a língua portuguesa, que aprendia na escola. Minha avó foi criada pelos avós alemães, pois o pai machista e ciumento (meu bisavô) matou a esposa e depois suicidou-se. Apesar de todo o sofrimento teve boa educação. Cursava o magistério, quando se casou com um jovem agricultor desprovido de estudo, que por ironia do destino, também era violento, ameaçando-a de morte frequentemente, por vezes era socorrida pelos vizinhos quando o marido (meu avô) a derrubava no chão e enchia de socos e pontapés.

A avó materna também assumiu a responsabilidade da família, porque o marido faleceu jovem, era dono de um frigorífico, morrendo eletrocutado em uma caldeira, deixando-a viúva com três filhos e grávida de sete meses. Posteriormente teve todo seu patrimônio roubado, pois não tinha instrução, cursou somente até a 4ª série. Mulheres que, de um modo ou de outro, assumiram os denominados “papéis masculinos”, descritos por alguns estudos de gênero.

Cada um possui sua biografia, que determina sua visão de mundo. A minha, enquanto mulher e ex-profissional de segurança pública, me leva a algumas reflexões, de como entender melhor os modos de como a nossa sociedade define o feminino e o masculino, determinando seus espaços.

O surgimento deste estudo germinou de uma motivação intrínseca, de uma experiência vivenciada ao longo de seis anos, como profissional da área de segurança pública, exercendo as funções de agente da polícia civil e agente penitenciária do estado do Paraná. Minha trajetória praticamente se confunde com histórias de violências, somadas aos dissabores e limitações da profissão, principalmente pelo recorte de gênero.

Tive que aprender a conviver e lidar com o trânsito contínuo entre universos aparentemente separados pelos muros do cárcere. Laborei em condições insalubres e estressantes, extrapolando minhas próprias limitações, resultando em um processo de adoecimento, onde me submeti a um prolongado tratamento psicológico e psiquiátrico. Arrisquei minha própria vida e a segurança de meus familiares, me privei da vida social, em virtude da profissão desempenhada.

Fui vítima de atentados, refém de ex-pesidiários e de joguetes políticos e hierárquicos, motivados pela sede de poder por parte dos que comandavam e assediavam. Paguei o alto preço por ser resistente em uma categoria de segurança

pública, que a princípio, a meu ver, deveria ser idônea e cumpridora da lei, mas os bastidores revelaram outras realidades, um submundo repleto de surpresas desagradáveis, talvez o que justifique em partes, a minha saída do sistema penal.

Não me dei por vencida, não desisti de tentar de uma outra maneira encontrar meu caminho, na esperança de que minha longa trajetória não tenha sido em vão. Mudei para o litoral, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Minha experiência contribuiu para uma aproximação com o campo de pesquisa, o qual exige certo grau de permeabilidade, por se tratar de uma área de difícil inserção, onde algumas coisas acontecem de forma muito velada.

Um tema complexo, que requer ainda mais o estudo e diálogo entre as distintas áreas do conhecimento, inclusive das ciências sociais, da saúde e de segurança pública. A violência pode repercutir direta e indiretamente na qualidade de vida e saúde das pessoas, bem como reverbera no desenvolvimento de uma região, expressa em distintas categorias e de múltiplas maneiras, perpetradas em diversos contextos e com repercussões em várias esferas.

O estudo sobre as mulheres que atuam na segurança pública é recente, sendo escassas articulações entre trabalho, questões de gênero, exposições às violências e saúde dessas mulheres, particularmente em recortes geográficos delimitados, que tenham como foco a dinâmica própria do território, como é o caso desta pesquisa. Tradicionalmente a segurança pública é vista como espaço de trabalho e poder masculino e estas mulheres desafiam tal norma, desdobrando-se para provar sua competência nesse âmbito profissional, galgando lugares de destaque, a exemplo do cenário deste estudo, o Litoral Paranaense, que é comandado por uma Capitã.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este estudo teve como objetivo compreender as relações entre gênero, violências e território concernentes a mulheres que trabalham na área de segurança pública em municípios balneários do litoral do Estado do Paraná, incluindo policiais civis e militares, agentes penitenciárias e guardas municipais.

1.2.2 Objetivos específicos

- Explorar, particularmente, as questões de gênero e de exposições às violências à que essas mulheres são submetidas em sua rotina laboral;

- Articular o processo de exposições às violências a que são expostas na rotina de trabalho, com o processo saúde-doença, tendo como recorte territorial os municípios balneários do litoral paranaense;

- Analisar a dinâmica territorial da segurança pública dos municípios balneários sob a perspectiva da sazonalidade e observar suas implicações para as mulheres atuantes na área.

- Conhecer e investigar as particularidades do trabalho dessas mulheres atuantes da segurança pública, seja em atuação nas respectivas repartições ou a nível de rua.

- Buscar conhecer e refletir sobre os desafios enfrentados por elas, pelo fato de serem mulheres, visibilizando hierarquias e negociações de gênero no campo da segurança pública.

1.2.2.1 Objetivos secundários

- Fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas, com o recorte de gênero, voltadas a melhores condições de trabalho às profissionais da área de segurança pública.

- Corroborar com os indicadores com base nas experiências de mulheres, que lançam luz sobre a produção do viver, que sustentam todas as formas de desigualdade e discriminação.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O tema da segurança pública tem sido pouco abordado no âmbito acadêmico, principalmente no que tange às condições de vida dos/das profissionais desta categoria, como seres humanos possuidores de subjetividades e não como seres robotizados, produtores da segurança almejada pela sociedade.

Importante ressaltar no âmbito nacional da produção acadêmica nesta área, os artigos do recente número temático, da Revista Ciência & Saúde Coletiva, publicada em 2013, que tratam especialmente das condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública[2].

Para traçar estratégias e políticas públicas eficazes com enfoque na presença de profissionais femininas nas instituições de segurança pública, faz-se necessário estudar as trajetórias de vida dessas mulheres, iluminadas pelos estudos de gênero, considerando o impacto das violências em suas vidas, as resistências e as adaptações provocadas nas instituições, em resposta à presença delas em um ambiente considerado tradicionalmente como masculino.

Assim, o referido estudo poderá contribuir no subsídio à elaboração de políticas públicas, com o recorte de gênero, voltadas a melhores condições de trabalho às profissionais da área de segurança pública.

A igualdade não se constrói ao se apagar as diferenças biológicas, sociais e culturais, entre profissionais femininos e masculinos, mas quem sabe a formulação de projetos e políticas pautadas no respeito à diversidade de gênero, esta desigualdade seja amenizada, não limitando o exercício de direitos pelas mulheres.

O referido estudo contempla diversas subcategorias de segurança pública, o que facilita investigar as semelhanças e diferenças nas expectativas dessas mulheres dentro e fora das instituições laborativas. Considerando que são instituições associadas tradicionalmente ao masculino, todas possuem características, objetivos e funções diferenciadas, mas um ponto em comum, à exposição às violência(s) a que são expostas em seu cotidiano.

A violência pode ser analisada sob diversas perspectivas, todavia abre espaço a inquietações e teorizações, configurando-se em temática bastante complexa para a condução de estudos e pesquisas acadêmicas. É consenso que as diferentes formas de violências (no plural), ou apenas simplificando para “a questão da violência” (no singular), constitui-se em grande desafio à agenda de desenvolvimento e de políticas públicas do cenário brasileiro. Atualmente, a violência não é mera obra do acaso, existem razões socioeconômicas, educativas, filosóficas, ideológicas, territoriais, religiosas e de gênero, entre outras, que permeiam o debate.

[2] Os artigos da presente revista podem ser acessados no endereço virtual http://goo.gl/8FOqv4

Atualmente a Organização Mundial da Saúde revela em seus relatórios mundiais sobre violência e saúde, que todo ano, mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem lesões não fatais no mundo todo.

A violência é estudada em distintas áreas do conhecimento, pois é um fenômeno de causalidade complexo. Envolve lutas pelo poder, domínio, posse, submissão e extermínio do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por uso de costumes ou por aparatos legais da sociedade (MINAYO, 2006).

Neste sentido, este estudo buscou, por meio de uma aproximação etnográfica com mulheres que trabalham com segurança pública, refletir acerca das violências a que essas mulheres estão expostas diuturnamente, e de que forma isso implica em sua vida pessoal e em sua saúde.

1.4 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA

Qualquer pesquisa requer explicações detalhadas sobre o caminho metodológico que o pesquisador percorreu para atingir seus objetivos em sua investigação. Tem como função mostrar o “caminho das pedras”, ajudando na reflexão e investigação. Nesta perspectiva, consiste em lançar um novo olhar sobre o mundo, um olhar curioso e indagador.

Assim sendo, o que o pesquisador tem diante de si como realidade, não são verdades absolutas, mas enredos de relações estruturadas, as quais atribuímos significados diversos. Conforme Sardenbert (2002), “não existe conhecimento neutro nem absoluto, todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento específico”, seja ele histórico ou cultural, refletindo não somente a verdade, mas a compreensão do aprendizado da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos.

Nesta seção tentarei traçar um breve panorama, enfocando os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização desta pesquisa.

No desenvolvimento deste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, por meio de observação participante, conforme Minayo (2004). A metodologia qualitativa foi erigida nesta pesquisa, conforme apontado por Greenhalgh e Taylor (1997), pois pode promover um conhecimento aprofundado por meio da apropriação dos significados que as pessoas trazem dos ambientes, das relações e das atividades. O

propósito da pesquisa qualitativa, aqui empregada, corroborou com o que foi proposto por Corti e Thompson (2004), que consiste em capturar experiências vividas do mundo social e os significados que as pessoas dão a essas experiências, a partir de suas próprias perspectivas. Tal abordagem é mais fluida e flexível, pois intenta documentar o mundo a partir do ponto de vista das pessoas estudadas (HAMMERSLEY, 1992).

Para Liamputtong e Ezzy (2005) a pesquisa qualitativa, em geral se baseia em uma orientação interpretativa que focaliza a complexidade do processo de criação e manutenção do significado de um dado evento, objetivando elucidar e contextualizar a natureza de experiências e ações, gerando análises detalhadas, consistentes e integrativas, no sentido de relacionar eventos e interpretações individuais com padrões e sistemas de significados ampliados. A pesquisa qualitativa pode explicar fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam o processo saúde e doença, bem como o crescimento e desenvolvimento de um território.

A pesquisa qualitativa responde a questões com um nível de realidade que não pode, ou não deveria ser quantificado, pois trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes, ou seja, como parte de uma realidade social, porque o ser humano se distingue não somente pelo modo de agir, mas por pensar sobre o que faz e também por interpretar suas ações a partir de uma realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes (MINAYO e DESLANDES, 2007). O processo da pesquisa qualitativa é dividido em três etapas: 1) fase exploratória, 2) trabalho de campo, 3) análise e tratamento do material empírico. Onde, o ciclo da pesquisa não se fecha, pois produz conhecimento e gera novas inquietações.

Partindo desses pressupostos, busquei realizar este estudo explorando a temática das intersecções de gênero, violência e segurança pública, como um fenômeno social complexo.

O palco deste estudo etnográfico foi o Litoral Paranaense, abrangendo três municípios balneários: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, escolhidos pela marcante sazonalidade e flutuação de profissionais de segurança pública, principalmente na temporada de verão.

Analisei um pequeno número de mulheres da seara de segurança pública do litoral do Paraná, totalizando n=50 mulheres, dentre elas: policiais civis, policiais

militares, guardas municipais e agentes penitenciárias, buscando compreender e analisar as questões de gênero e de violências a que essas mulheres são submetidas e de que forma isso repercute na vida delas.

Sobre o trabalho de campo, considerei dois importantes elementos: o primeiro, a entrada na esfera social do objeto de estudo, conhecendo as pessoas envolvidas na questão, desenvolvendo relações com as pessoas no campo e observando o que se passava em todo o entorno. O segundo importante elemento, a escrita com uma abordagem regular e sistemática, tudo que era observado na rotina de campo.

Ao longo da pesquisa de campo que perdurou doze meses, compreendidos entre março/2014 a março/2015, obtida por meio de imersão na vida diária dessas profissionais, procurei vivenciar tal realidade por meio de permanência no local.

Os momentos de experiência se davam várias vezes ao longo das semanas, com horários incertos, fins de semana, feriados e muitas vezes em horários noturnos, se estendendo a residência dessas profissionais, com o intuito de apreender e me apropriar dessa realidade da segurança pública com maior envergadura[3]. Geralmente as entrevistas eram realizadas em horários laborais, o que facilitava o acesso as profissionais escaladas em diversos pontos das cidades.

Vale ressaltar que durante a temporada de verão, nos meses de dezembro a fevereiro, o litoral Paranaense recebe vários profissionais, da segurança pública, oriundos de diversos municípios do Paraná, tanto femininos, quanto masculinos para reforçar o quadro de efetivo da segurança, devido a população decuplicar nesta época do ano.

Realizei o acompanhamento da rotina laboral dessas mulheres da segurança pública (nas instituições e em atendimento às ocorrências), em pontos bases onde estavam escaladas durante a “operação verão”, somando-se os registros de campo e entrevistas semiestruturadas com as interlocutoras.

Nas entrevistas em profundidade, foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas em profundidade, conforme Minichiello *et al.* (2005), que definem a

[3] Apesar de permanecer mais tempo nos espaços de segurança pública no litoral Paranaense, ao longo desses doze meses, de pesquisa de campo, o contato com a seara de segurança pública vem acontecendo desde 2006, onde ingressei, via concurso público como agente penitenciária do estado do Paraná. O que facilita o acesso as instituições e profissionais de segurança pública, pois a abertura e o entendimento desta categoria de profissionais são mais fidedignos. O que também causou certa dificuldade, pois estranhar o que lhe é familiar nem sempre é tarefa fácil, mas necessária ao desenrolar da pesquisa.

entrevista em profundidade como sendo um diálogo entre interlocutor/a e pesquisador/a, com foco na percepção do/a interlocutor/a de si mesmo/a, de sua experiência diária, expressada em suas próprias palavras. As observações e vozes que emergiram do campo foram codificadas, categorizadas tematicamente e posteriormente analisadas à luz de estudos teóricos sobre gênero, violência, saúde coletiva, segurança pública e políticas públicas.

Posteriormente todas as entrevistas do caderno de campo foram transcritas, corrigindo eventuais imperfeições ou prováveis lapsos de memória, buscando sempre o máximo grau de fidedignidade. As entrevistas nem sempre eram anotadas no caderno de campo de imediato, pois algumas interlocutoras não se sentiam a vontade ao perceber que o que era falado era anotado, então optei por conduzir a entrevista, por meio de um diálogo o mais informal possível. Por vezes, a vivência era predominante de observação e registro em caderno de campo (Magnani, 1997), outras vezes se estabelecia mais o diálogo, chegando a durar duas horas ou mais, com registros posteriores, pois gravador, a caneta ou papel as vezes eram motivo de desconfiança. Entrevistas não são meramente uma oportunidade de descobrir informações que já existem, mas sim, em compreender como esses significados podem ser criados, recriados e transformados, participando do processo em que as pessoas trazem sentido ao fenômeno estudado no interior de suas vidas.

Para Liamputtong e Ezzy (2005, p.56):

> “Entrevistas em profundidade também são comumente descritas como entrevistas focadas, entrevistas semiestruturadas, entrevistas não-estruturadas, entrevistas não-diretivas, entrevistas semiabertas, entrevistas ativas, entre outras. Esses termos podem ser utilizados intercambiavelmente significando propósitos e finalidades muito próximos.”

Sobre o trabalho de campo, considerei duas importantes questões: 1) o da entrada na esfera social do objeto de estudo, conhecendo as profissionais envolvidas na questão, participando da rotina diária, desenvolvendo relações no campo e observando o que se passava no entorno, assim sendo, com abordagem de observação-participante. 2) a escrita, um importante arcabouço, tudo o que era observado e aprendido durante o campo de estudos, era anotado posteriormente as entrevistas e diálogos.

Vale salientar, que optei por não gravar as entrevistas e diálogos, justamente por saber que a área de segurança pública é um campo complexo, e que o gravador cerceia as vozes, e este não era o meu objetivo. Na época, o Paraná enfrentava uma crise na área de segurança pública, onde a SESP (Secretaria de Segurança Pública) atrasou o pagamento das diárias, destinadas ao pagamento de alimentação e hospedagem, (pois como o efetivo vinha de diversas regiões do Paraná, não havia vaga em alojamentos e quartéis dos municípios em questão), então as profissionais optavam por pousadas, ou hotéis. Com o atraso nos pagamentos, muitos profissionais (não somente as femininas) chegaram a dividir um prato de comida, a cada três pessoas, em alguns casos, chegaram a ser ameaçados de despejo, pela falta de pagamento dos hotéis e pousadas.

Tal fato é importante, afim de justificar o receio das profissionais quando eu chegava com a caneta e caderno de campo, afim de entrevistá-las. As profissionais da segurança pública eram bastantes assediadas pela imprensa, onde emissoras de rádio e tv, intentavam entrevistas, motivadas pela polêmica falta de pagamento das diárias da Operação Verão. O receio por parte das profissionais femininas era grande e a revolta também, talvez isto justifique o teor das entrevistas no decorrer do campo.

Liamputtong e Ezzy (2005) ainda chamam atenção com relação a entrevista em profundidade, pois são muito mais diálogos do que questionários estruturados. Como entrevistadora, não pude ser passiva e distante do campo, pois laborei nessa área de segurança pública durante um longo período, me senti realmente afetada, envolvida na pesquisa, encorajando as interlocutoras a falar e conversar sobre suas rotinas complexas, sobre seus receios, sobre seu cotidiano violento, suas condições laborais e a repercussão que isso tem na saúde delas.

Com relação à amostragem em pesquisa qualitativa, que neste este estudo de cunho etnográfico, prefiro denomina-las de interlocutoras, é fundamentalmente diferente da pesquisa quantitativa, que preconiza amostras estatisticamente significativas e resultados que possam ser generalizados para o restante da população.

Neste estudo, optou-se por se definir o número de mulheres por inclusão progressiva, sem demarcar *a priori* o número de participantes, que foi interrompida pelo critério de saturação nas entrevistas (MINAYO e DESLANDES, 2007). A demarcação de interlocutoras em abordagem qualitativa, como esta, tem uma

seleção proposital, com objetivo de descrever o processo envolvido em determinado fenômeno, muito mais do que em sua distribuição. A amostragem do referido estudo, objetivou identificar casos que possam prover completo e sofisticado entendimento de todos os aspectos relacionados da seara de segurança pública, com propósito de selecionar casos rico-informantes para o estudo em profundidade.

A participação das profissionais de segurança pública, no referido estudo foi de forma voluntária e anônima. Para preservar a identidade e sigilo das informações prestadas, não se especificou ao longo do texto, nem o quantitativo por categoria, nem a corporação de origem das entrevistadas, já que este universo é bem característico e reduzido nos municípios do presente estudo.

A pesquisa seguiu todos os preceitos éticos e bioéticos, em conformidade com os princípios contidos na Declaração de Helsinque e na Resolução 466/2012 do CNS – Conselho Nacional de Saúde. Este estudo é parte integrante de um projeto maior, que foi submetido ao comitê de ética em pesquisas da Universidade Federal de São Paulo, instituição parceira e apoiadora deste estudo, desenvolvendo projetos em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva daquela instituição. Todas as interlocutoras acordaram a participação na pesquisa por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os nomes citados ao longo os texto são fictícios, também visando preservar a identidade das profissionais.

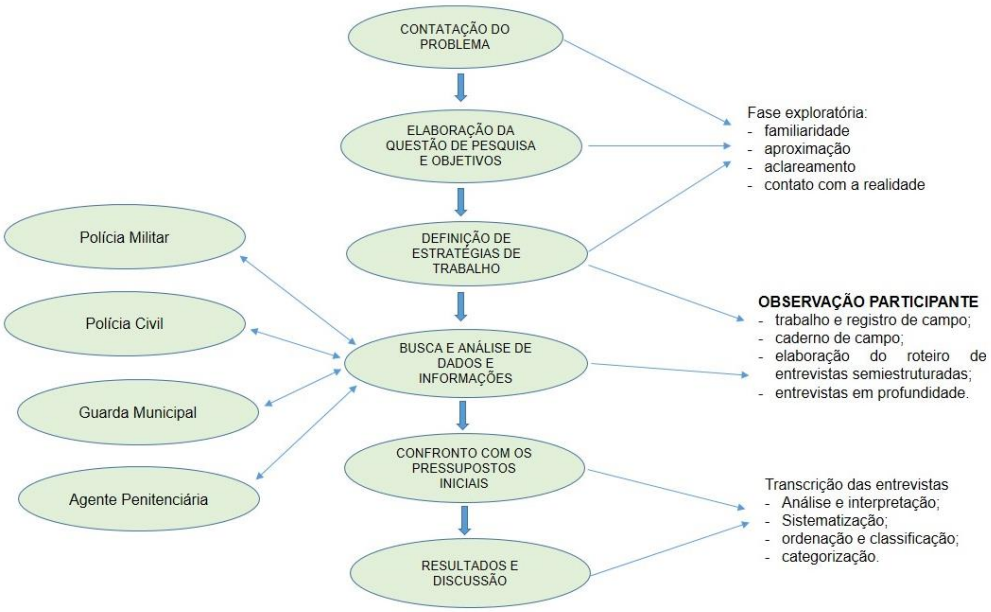


Figura 1 - Etapas metodológicas realizadas
FONTE: Própria autora (2015).

1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO ETNOGRÁFICO

O ser humano integra-se socialmente na natureza através dos diferentes universos simbólicos, como o saber, os costumes, a língua, a arte e a ciência, como instrumentos de conhecimento, através do pensamento, o sujeito relaciona-se com a sua própria natureza, dando sentido ao seu mundo. Através da cultura um grupo ou sociedade cria algumas soluções para adaptar-se ao ambiente natural e social, espaço ou território.

Para situar o leitor no espaço, nesta seção será focalizada uma descrição do campo de estudos: o litoral Paranaense. Para Bigarella (2009), a baixada costeira representa a sala de visitas do Paraná. Nela se encontra o que há de mais belo, os costões rochosos, as baías, as praias, tendo como moldura de fundo a magnífica e imponente Serra do Mar, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Vista panorâmica do Litoral Paranaense
Fonte: Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITCG

O cenário deste estudo etnográfico é um território peculiar, englobando os municípios balneários de Guaratuba, (com uma população estimada em 2015) de aproximadamente 35.000 habitantes, Matinhos (32.000) e Pontal do Paraná (24.00), conforme estimativa do Censo (2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme Bigarella (2009) no litoral do estado do Paraná, as praias se estendem por cerca de 90 quilômetros, a vegetação do litoral é constituída pela restinga, áreas de mangue e florestas tropicais. Também aparecem áreas de reflorestamento, pastagens e de uso agrícola. Encontra-se no bioma Mata Atlântica.

O Litoral do Paraná possui uma área física de 6.057 km^2, localiza-se entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, distribuídos em sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Segundo Estades (2005), os sete municípios que compões o litoral, podem ser reunidos em três grupos: os portuários (Paranaguá e Antonina), os rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praiano-turísticos (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba), que neste estudo denominamos de balneários. As principais atividades econômicas dos sete municípios litorâneos são: o turismo, a agropecuária, a pesca, o extrativismo vegetal e atividades portuárias.

O Porto de Paranaguá merece destaque na região, por sua atividade portuária, sendo um dos maiores do Brasil e o maior exportador de grãos da América do Sul, gerando expressiva quantidade de riquezas, entretanto para muito poucos. 20% dos parnanguaras[4] vivem abaixo da linha da pobreza, em condições miseráveis. Nesse ambiente de contrastes, ascendem sérios problemas, tais como prostituição infantil, tráfico de drogas, contrabando, violências, proliferação e doenças, com enormes prejuízos ambientais (SIGNORELLI, 2011).

A região litorânea paranaense apresenta uma característica sazonal de grande influência, com dois ritmos distintos de vida. Percebemos uma cidade no verão, na denominada “temporada”, período em que um grande número de pessoas denominadas “veranistas” vem em busca de lazer, das praias e do calor, o que faz com que o município tenha lugar de destaque no segmento turístico. E outra cidade nas demais estações do ano, denominada pelos caiçaras[5] de “baixa

[4] Parnanguara é o gentílico (a) de Paranaguá.
[5] Caiçaras habitantes de regiões litorâneas.

temporada” ou simplesmente “inverno”, sendo este período composto por moradores locais e esporadicamente por proprietários de imóveis que residem fora no restante do ano.

São territórios peculiares de contrastes profundos, onde a sazonalidade influencia diretamente o modo de vida dos habitantes locais, uma vez que durante o verão sua população é multiplicada por dez.

Argumenta-se que o território é um elo pelo qual o espaço e a sociedade se inter-relacionam, constituindo-se em relações socialmente construídas, com manifestações de poder, onde os interesses políticos e culturais acabam atuando como fatores constituintes e, ao mesmo tempo limitantes.

Para Jean Gottmann (1973), a ideia de território já existia no século XV, somente no século XVI reforçam-se a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos. Esse período histórico foi fundamental para a concepção e compreensão do conceito de território, passando a ser compreendido para além de abrigo, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por indivíduos.

Rogério Haesbaert (1995) analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) Jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o estatal; 2) Culturalista, onde se prioriza as dimensões simbólicas, o território é visto como produto da apropriação, do imaginário ou identidade social; 3) Econômica, que destaca a desterritorialização, do ponto de vista material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

SAQUET (2004), faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert, como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias:

> [...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. À apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

Somente em 21 de outubro de 2014, em Curitiba, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf), reconheceu o litoral paranaense como Território. Este peculiar territorial do litoral paranaense é o berço da colonização do Estado do Paraná, repleto de alternativas turísticas, em sua pequena extensão, concentra uma diversidade impressionante de atividade que surpreende os turistas, por suas belezas naturais, sua diversidade, seus vilarejos históricos, como Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Paranaguá, seus rios, praias, ilhas e sambaquis. Destaca-se a estrada da Graciosa, que interliga Curitiba as cidades de Antonina e Morretes, onde atravessa o trecho mais preservado de Mata Atlântica do Brasil, sendo uma das mais belas do país, declarada pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A famosa Ilha do Mel, administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com restrito programa de manejo, onde não é permitida a tração animal ou motor na ilha, com belas praias e diversos pontos turísticos.

Segundo Andriguetto Filho e Marchioro (2002) a região do litoral paranaense é marcada por uma série de problemas de gestão do desenvolvimento e de conservação, apresentando graves conflitos entre as atividades econômicas, o uso destas pelo homem e a proteção ambiental. Os autores ainda nos trazem que a região é uma das mais pobres do estado, apresentando sérios problemas socioeconômicos, contudo apresenta uma riqueza natural invejável.

Tabarelli *et. al* (2005) considera a Mata Atlântica como um dos 25 *hotspots* mundiais de biodiversidade, sendo um território privilegiado por apresentar os remanescentes mais bem conservados deste bioma.

Para este estudo, foram escolhidos os três municípios de características balneárias, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, devido às suas particularidades e demandas ligadas à segurança pública. A questão logística é crucial, pois no verão o trânsito é caótico, os municípios não têm infraestrutura adequada para receber tantos turistas, as ruas ficam lotadas, e depender da travessia da balsa ou *"ferry boat"*, para chegar ao transitar entre os municípios de Matinhos e Guaratuba inclui horas de espera. Logo, em virtude da dinâmica peculiar, optei por delimitar a pesquisa em apenas estes três municípios, justamente pela questão sazonal, em que durante a temporada de verão, a população aumenta consideravelmente, chegando a três milhões de pessoas nos feriados e festas de fim de ano e também no carnaval (BPRV/PR). Tal variação

sazonal influencia diretamente o modo de vida dos habitantes, das condições de trabalho e inclusive das relações que se estabelecem entre os habitantes locais. Este fator é notório principalmente na área de segurança pública, onde o efetivo de profissionais aumenta consideravelmente para atender a demanda da população.

Na última temporada, iniciada em dezembro de 2014, o efetivo foi de 2.895 policiais, dentre eles 1929 policiais militares estaduais, 966 bombeiros e 158 policiais civis, abrangendo os sete municípios do Litoral Paranaense, com duração de 61 dias, com profissionais oriundos de diversos municípios do estado do Paraná.

A Operação Verão é uma ação integrada do governo do Paraná para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores do litoral e dos veranistas que visitam as praias paranaenses neste período. Tal fato é bem impactante na vida principalmente dos moradores locais, por vivenciarem dois estilos de vida completamente diferenciados, na temporada de verão a segurança é farta, no restante do ano é um descaso, por falta de efetivos e principalmente equipamentos de segurança pública.

Vale salientar que algumas mulheres que fizeram parte deste estudo, residem neste território do litoral e várias outras são oriundas de diversos outros municípios do Paraná, fazendo com que essa dinâmica seja bem diversificada.

1.5.1 Município de Guaratuba

É a cidade mais movimentada do litoral paranaense, com boa infraestrutura. O povoado nascido no século XVIII tornou-se uma cidade com mais de 30 mil habitantes e 22 quilômetros de belas praias. O município envolve toda a Baía de Guaratuba e também possui uma área rural e de florestas considerável.

Guaratuba originou-se a partir da ordenação da coroa portuguesa de criar um povoado na enseada, selecionando 200 casais para povoarem o local, no ano de 1765. Cinco anos depois foi fundada a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba, devido às necessidades de ordem militar, ocasionada principalmente pela tentativa de ocupação da Ilha de Santa Catarina no ano de 1768 por forças espanholas que levaram o governo da capitania à execução de medidas preventivas, no setor meridional da capitania de São Paulo, elevando Guaratuba a categoria de Vila.

Então em 1770 o Governador Geral de São Paulo, Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, em cumprimento à Portaria de 20 de janeiro de 1770, dirigia-se a esta em companhia do Ouvidor Geral da comarca, Lourenço Maciel Azamor, Capitão Francisco Aranha Barreto, Tenente Joaquim Coelho da Luz e mais oficiais e soldados, juntamente com os esmaritas, Francisco e mais Bento Gonçalves Cordeiro e a população.

A fundação da cidade ocorreu em 29 de abril de 1771, com o primeiro ato de celebração da santa missa pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro. Em 30 de Abril do mesmo ano, foi eleita a primeira Câmara Municipal com aprovação do fundador da Vila e do Ouvidor Geral. A Vila de Guaratuba permaneceu dirigida pelos vereadores e assistida pelo Presidente da Província até a Proclamação da República, quando passou a eleger seu primeiro Prefeito que assumiu o cargo em 1792, prosseguindo assim até 1938. Em Decreto Lei Estadual n º 7573, foi extinto o Município, passando a constituir um Distrito Municipal de Paranaguá e somente em 1947, foi restaurado o Município de Guaratuba, sendo instalado oficialmente no dia 25 de outubro de 1947.

O nome Guaratuba foi dado pelos índios que habitavam a região, significa muitos guarás, devido à grande quantidade de pássaros guarás, uma ave de plumagem vermelha (Figura 3), que raramente se encontra na região, voltando a aparecer somente em 2007, demonstrando que poderia ser talvez o retorno desta ave, que deu nome à cidade.

Figura 3 - Pássaro Guará
Fonte: Jornal Gazeta do Povo (2013)

O município localiza-se no litoral paranaense, distante 120 km da capital Curitiba, tem 22 km de orla, divididas em 6 praias: Villareal e Central, que são praias tranquilas e de águas calmas, mais propícias para o banho de mar.

A praia do Morro do Cristo, são as mais frequentadas por excursões, logo atrás do Morro do Cristo, ficam as praias de Brejatuba ou Braba, voltadas mais para a prática do surf, com ondas mais fortes.

Na região mais retirada, onde se tem vista do *"Ferry Boat"* as praias de Caieiras e a Prainha. A baía de Guaratuba é cenário de um exuberante pôr do sol, (Figura 4) sendo a segunda maior do estado do Paraná, depois de Paranaguá, é rica em fauna e flora, é uma área de proteção ambiental.

A travessia de *"Ferry boat"* na baía é um belo passeio, tornando-se palco de diversas outras atividades, como pesca artesanal, passeios de barcos e lanchas, e prática de esportes como *stand up* e barcos a vela.

Figura 4 - Pôr do sol, vista da Baía de Guaratuba
Fonte: Jornal da Hora - Guaratuba

1.5.2 Município de Matinhos

A cidade de Matinhos foi fundada em 12 de junho de 1967, sendo considerada a "namorada do Paraná", por apresentar belíssimas praias, com paisagens naturais com restingas de 100 metros e belos encantos. É uma terra povoada há milhares de anos por povos pré-históricos que nos herdaram valiosos sítios históricos e sambaquis. Seu nome inicial era Matinho, sem o "s", um trecho arenoso de mata baixa, denominada restinga, banhada pelo rio Matinho, nome este que foi alterado com a chegada dos turistas banhistas. Da restinga nada restou, surgindo a cidade e o crescimento atualmente desordenado.

Com a ocupação do território pelos portugueses, houve a miscigenação das culturas indígena e europeia, que deu origem ao caboclo. Pesquisas arqueológicas indicam a presença humana na região, há mais de três mil anos, que era habitada na época da colonização, por índios Carijós. Sua ocupação efetiva datou-se a partir da década de 60.

Com uma área aproximadamente de 215 quilômetros quadrados, o clima é muito bom durante todo o ano, com temperaturas médias de 30ºC no verão e 15ºC no inverno. Está situada à 110 km da capital do Estado, Curitiba, e 48 km de Paranaguá. Possui cerca de 17 km de belas praias, com 36 balneários: O primeiro balneário é o Jardim Monções, fazendo divisa com o município de Pontal do Paraná e vai até o Balneário de Caiobá, onde faz divisa com Guaratuba. Seu território é bem diversificado, com 9 rios, possuindo morros, duas ilhas do Farol e Rochedos de Itacolomi.

Há duas áreas de preservação que se destacam na cidade, o Parque Estadual Florestal do Rio da Onça, que apresenta áreas de reflorestamento existentes anteriores à criação do parque, e áreas que abrigavam o depósito de lixo do município. A vegetação nessas áreas empresta à paisagem um forte poder de atração, além de constituir-se em corredor biológico. Com uma área total de 118,50 hectares, o parque objetiva a proteção da flora e da fauna, preservando caxetas, brejos gramíneos e restingas cobertas por guanandis, maçarandubas, palmitos e tiriricas, habitados por preás, gatos do mato e gambás. Outra área de preservação é o Parque Nacional de Saint-Hilaire, que foi criado com a finalidade de proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas. Totalizando 24.500 hectares, abrangendo os municípios de Guaratuba, Morretes e Paranaguá.

A criação do Campus da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em Matinhos, ocorreu em 2004, com início das atividades no segundo semestre de 2005. Somente em 2007 o campus tornou-se um Setor, fazendo a diferença na educação pública local, atendendo as necessidades do desenvolvimento territorial sustentável do Litoral e do Vale do Ribeira, regiões estas que historicamente foram desacreditadas.

Figura 5 - Vista panorâmica de Matinhos
Fonte: Jornal Gazeta do Povo (2014)

Figura 6 - Parque Estadual Florestal do Rio da Onça
FONTE: Guia Geográfico - Paraná Turismo – Matinhos (2015)

Figura 7 – Parque Nacional Saint HIlaire Lange
FONTE: Acervo do Parque Nacional Saint Hilaire Lange/ICMBio

1.5.3 Município de Pontal do Paraná

É um dos mais jovens municípios do Estado do Paraná, foi criado em 20 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual nº11252, como consequência de um processo de emancipação do município de Paranaguá. A emancipação ocorreu devido ao grande fortalecimento das associações comunitárias de moradores dos balneários, como o Conselho das Associações das Praias de Paranaguá, composto por um grupo de mães do Lions Club. Observa-se que a mulher teve uma grande importância nas lutas pelo processo de emancipação. Esse processo de emancipação foi bem conflituoso, com a realização de um plebiscito, através do Tribunal de Justiça Eleitoral do Paraná. Seguido de lutas jurídicas. O município de Paranaguá, temendo perder suas praias, usava de todas as artimanhas possíveis, na tentativa de impedir a realização deste, que foi obtido com sucesso mediante pressões políticas e autoridades envolvidas no processo, com liminares do Poder Judiciário. Finalmente em 10 de dezembro de 1995 a vitória se consolidou.

Figura 8 – Vista da orla de Pontal do Paraná
FONTE: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2014)

O município faz divisas ao Sul com o município de Matinhos, a Oeste com o Município de Paranaguá e a leste e norte é banhado pelo Oceano Atlântico. Possui 23 quilômetros de praias, com excelentes índices de balneabilidade. Em 2012, a cidade de Pontal do Paraná teve o início da construção de duas plataformas de petróleo do pré-sal, conforme pode ser observada na Figura 12, da multinacional Italiana Techint Engenharia e Construção, gerando cerca de 3.000 empregos.

Figura 9 – Vista da plataforma de Pontal do Paraná
FONTE: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2014)

1.6 ESTUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Este estudo estrutura-se em cinco capítulos: Introdução; Gênero; Segurança Pública e desafios para o desenvolvimento; Violência(s); e Burocratas de nível de rua.

Para facilitar o entendimento, inicialmente, no capítulo introdutório foi desenhada uma contextualização a respeito do tema, buscando situar o campo de estudo e de onde emergiram as inquietações, quanto os objetivos, que servem de combustível ao desenvolvimento da pesquisa. Os pressupostos e metodologia também foram trazidos nesta seção, afim de subsidiar a leitura dos capítulos seguintes.

No capítulo dois busco fazer uma breve discussão sobre gênero e seus conceitos, relacionando essa categoria ao cotidiano das mulheres profissionais da área de segurança pública, com suas especificidades, juntamente com a contextualização histórica que possibilitou o ingresso das mulheres a este setor restrito do mundo de trabalho, perpassando as relações de poder existentes no meio hierárquico que permeia este campo.

No capítulo três, pretendo traçar um breve panorama acerca desta temática de segurança pública e seus principais desafios para o desenvolvimento, bem como trazer à tona a problemática do processo de formulações e implementações de políticas de segurança pública, buscando compreender suas principais negociações, avanços ou recuos.

No capítulo quatro, busco refletir sobre a violência, suas manifestações, com foco especificamente, nas mulheres da segurança pública do Litoral Paranaense. Integram o debate os tipos de violências a que essas mulheres estão expostas no seu cotidiano laboral, e de que forma essas violências reverberam em suas vidas em suas relações sociais.

No capítulo cinco pretendo ressaltar e trazer algumas reflexões sobre a burocracia de nível de rua, sobre suas principais características, sua importância, peculiaridades e as suas ações no contexto da segurança pública, com o recorte das mulheres desta área, que atuam no litoral Paranaense.

2. CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEUS CONCEITOS

Neste capítulo busco fazer uma breve discussão sobre gênero, e seus conceitos, relacionando essa categoria ao cotidiano das mulheres profissionais da área de segurança pública, com suas especificidades, juntamente com a contextualização histórica que possibilitou o ingresso das mulheres a este setor restrito do mercado de trabalho, que é o campo da segurança pública, perpassando as relações de poder existentes nesse meio hierárquico.

Diversos estudos de gênero vêm sendo produzidos nos últimos anos promovendo reflexões sobre as relações que se estabelecem entre os homens e as mulheres, entre as mulheres e entre os homens (SCOTT, 1996; LOURO, 2000; SAFIOTTI, 2005; BUTLER, 2008; LAQUEUR, 1992 e NICHOLSON, 2000).

Para este estudo tomou-se como norte o conceito de gênero da autora Joan Scott (1996). Para a autora, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais construídas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo ele um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Em sua entrevista concedida a um grupo de antropólogos brasileiros na França, Scott diz:

> Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...] Portanto o gênero é a organização da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1996, p.1).

Cada vez mais esta questão vem sendo abordada em diferentes segmentos da sociedade, principalmente na área acadêmica, inserindo-se nas agendas de políticas públicas, de saúde, de educação e também de segurança pública.

Seu conceito está ligado à história dos movimentos feministas como as lutas e reivindicações na busca por direitos igualitários. Segundo Oliveira (1993) estes movimentos sociais chegam como desafios e exigência de transgressão de

uma ordem que foi confundida como senso comum e que vigorou ao longo dos tempos.

A autora Joana Maria Pedro (2005), dialoga com os movimentos sociais buscando apresentar um panorama de como as categorias de análise como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo” tem sido constituídas.

Ser mulher ou ser homem não significa naturalmente nascer fêmea ou macho, mas o rol de assumir papéis socialmente estabelecidos e hierarquizados. São categorias culturalmente construídas e impostas aos seres humanos.

Ou seja, para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico, sendo criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, onde homens e mulheres são produtos da realidade social e não da decorrência da anatomia de seus corpos.

Portanto, sexualidade e gênero são dimensões diferentes, as quais integram a identidade de cada indivíduo, ambos (gênero e sexo) são afetados e se modificam conforme as construções sociais vigentes em cada época, integrando assim uma cultura, contribuindo na organização tanto da vida individual, quanto coletiva das pessoas.

Este intenso aprendizado cultural em sociedade, nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero, cria-se uma expectativa social em relação aos homens e mulheres, na maneira como devem sentar-se, falar, andar, mostrar os seus corpos, trabalhar, dentre outras atividades.

Percebemos que as questões de gênero decorrem e refletem o modo de diferentes povos, em períodos históricos diferentes, o conceito de gênero hoje muito difundido em estudos, derivados de emblemáticas e múltiplas lutas de movimentos de mulheres. A luta desses movimentos por mudanças apresenta diferentes vertentes, assim como o próprio conceito de gênero, com várias abordagens, cada vez mais sofisticadas. Em síntese á a cultura que constrói o gênero, com seus símbolos masculinos e femininos.

Meyer (1996) aborda que o feminismo, busca articular modos de resistência ao questionamento de verdades estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações sociais entre homens e mulheres. A autora identifica um eixo comum a todas as perspectivas feministas: a relação de dominação entre homens e mulheres, envolvendo a luta pelo poder.

A palavra “gênero” passou a ser utilizada pelas feministas na década de oitenta, no lugar da palavra “sexo”, gramaticalmente, ao contrário do latim, que é neutro, em nossa língua portuguesa, as palavras têm um gênero, lhes é atribuído ou masculino ou feminino.

No século XIX, os movimentos eram centrados na reivindicação dos direitos políticos, como o de votar e ser eleita, nos direitos sociais e econômicos, como o estudo, trabalho remunerado e herança, denominada de feminismo de primeira onda.

Bento (2006) define este período como universal, as reivindicações eram vistas como preocupações comuns a todas as mulheres, pois todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal, nas palavras da autora:

> A visibilização da mulher como categoria universal correspondia a uma necessidade política de construção da uma identidade coletiva, que se traduzia em conquistas nos espaços públicos. No entanto, os perigos e limites dessa concepção estão na essencialização das identidades, por um lado, e na vitimização do sujeito mulher, por outro. (BENTO, 2006, p. 73).

Depois da segunda guerra mundial, priorizaram-se as lutas pelos direitos ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado[6], e foi exatamente nesta segunda onda do feminismo, que a categoria gênero foi criada, oriunda das lutas das feministas e do movimento de mulheres, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas das mulheres.

Esta segunda onda revolucionou o paradigma do século XX, onde foram disseminados grupos compostos apenas por mulheres: negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, para discutir as reflexões acerca de questões relacionadas às suas vidas, suas histórias, preconceitos e violências.

Destas discussões as mulheres percebiam que faziam parte de uma cultura dominada pelos homens, tornando-as submissas e com baixa autoestima (BEAUVOIR, 1980).

---

[6] Hartmann (1979) define patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens e mulheres, e solidariamente entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres (1979, p.232).

Importante ressaltar o trabalho de Betty Friedman (A mística Feminina), Simone de Beauvoir (Segundo Sexo) e Margaret Mead[7] (Sexo e temperamento), que contribuíram para a visibilidade das mulheres, como uma maneira de firmar uma identidade de “mulher”.

Friedman (1971) discutia a crise de identidade feminina, sob a perspectiva da imagem da mulher, sua obra tornou-se um dos principais desencadeadores da segunda onda feminista.

Simone de Beauvoir (1980) com seu célere verbete “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, ressalta a importância das distinções baseadas no sexo.

A partir dessas discussões começaram a emergir os importantes estudos de gênero, onde Scott retoma a diferença entre sexo e gênero, concluindo que gênero é a organização social da diferença sexual, propondo uma análise sobre como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas.

A autora Avtar Brah (2006) contribui imensamente nas discussões de gênero, ao mostrar como o signo mulher depende de condições sociais que variam de acordo com a classe, a raça-etnia, posicionamento geográfico e sexualidade, discorrendo sobre a interseccionalidade:

> “Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de localizações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como 'mulheres da classe trabalhadora', 'mulheres camponesas' ou 'mulheres imigrantes'. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e práticas feministas que 'mulher' não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo mulher tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes 'feminilidades' onde vêm a simbolizar trajetórias,

[7] A antropóloga norte-americana Margaret Mead, ao estudar outras culturas descobriu que não existia uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta social de homens e mulheres. A autora revolucionou, porque tornou sua pesquisa popular e acessível aos leigos da época, no intuito de fornecer uma ferramenta às pessoas comuns, para entenderem seus papéis no mundo. Em sua obra Sexo e Temperamento, Mead traz os resultados da pesquisa realizada em Nova Guiné, sobre os papéis sexuais, chamados hoje, em nossa cultura Ocidental, de gênero.

> circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido, é uma diferença de condições sociais". (Avtar Brah, pág 131)

A contribuição da autora representa um arrojo teórico fundamental, partindo da diferença como categoria analítica, não privilegiando qualquer uma das categorias, pois as estruturas de classe, como o racismo, o gênero e a sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes (BRAH, 2006, p. 351).

Desse modo a categoria de análise de gênero passou a integrar o foco não somente nas relações entre mulheres e homens, mas entre as mulheres e também entre os homens. Outros autores têm trazido importantes contribuições nos debates acerca de gênero, tais como Thomas Laqueur (1992), Linda Nicholson (2000) e Judith Butler (2008).

Butler problematiza a própria categoria gênero como interpretação cultural do sexo, enfocando o sexo como resultado "discursivo/cultural" questionando sua constituição como pré-discursivo e anterior à cultura, problematizando o pensamento que considera "inteligíveis"[8] os gêneros que instituem relações de coerência entre o sexo, gênero, sua prática sexual, bem como o desejo, dentro da heteronormatividade. Desse modo, cada ser humano, desfruta de liberdade para escolher a trajetória a descrever.

Em contrapartida, Christine Delphy (1984) argumenta que gênero é um elemento social que constrói o sexo, assinalando que não é o gênero que é construído a partir das diferenças biológicas, mas o sexo é socialmente construído por causa da existência do gênero. Desse modo, diferenças entre homens e mulheres são fatos anatômicos que não teriam significado algum, não fossem os arranjos de gênero vigentes, que reconhecem e hierarquizam a diferença entre homens e mulheres. Para essa autora, transformar tal diferença em desigualdade é um ato social.

As várias teorizações sobre gênero carregam uma dimensão política e um desejo de transformação social, que acontecem por meio de elementos e discursos

[8] Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, práticas sexuais e desejo. (...). Sua persistência e proliferação, entretanto, oferece críticas oportunidades para evidenciar limites e objetivos reguladores daquele domínio de inteligibilidade e, portanto, inaugurar, no seio dos próprios termos daquela matriz de inteligibilidade matrizes rivais e subversivas da desordem de gênero. (Gender Trouble – Feminism and the Subversion of identity. Londres, Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1990, pp.17 e 25.

capazes de promover a preponderância de um sexo sobre outro, bem como suas relações de poder, principalmente nas organizações.

As mulheres durante muito tempo ficaram aprisionadas ao papel de mãe e esposa, pois o patriarcado[9] está muito arraigado em nossa cultura, que é socialmente construída. A mulher era formada dentro de uma cultura que definia qual o seu papel no seio da sociedade, a elas cabia o espaço privado, o sentimento e a orientação, aos homens o espaço público, a razão e a força.

Tal dicotomia pode ser observada no relato a seguir, mesmo tendo ocorrido várias transformações no mundo do trabalho em todas as esferas laborais, os traços culturais ainda permanecem:

> "...ser mulher não é muito fácil, principalmente na segurança pública, eu por exemplo, trabalho fora e quando volto pra minha casa, ainda tenho que fazer todo serviço doméstico, cuido do meu marido e da minha filha, é dupla jornada de trabalho, é muito cansativo..." "...Cheguei no meu limite, quase me separei por causa disso, estava no auge da canseira, meu marido foi criado pela mãe, nunca precisou fazer nada em casa, isso era motivo de brigas, era sempre a mesma lenga lenga, então resolvemos dividir as tarefas, principalmente depois que eu entrei pra polícia, [ele também é policial] sabe o quanto é difícil nosso serviço na rua, então tem que ajudar, senão não dou conta..." "...a sociedade é muito machista, é injusta, se eu posso ajudar na renda familiar ele também pode ajudar nos serviços domésticos, simples assim..." (Marilu)

A noção de cultura é compreendida "como arena de luta política em que competem diferentes formas ideológicas, dentre as quais uma detém a hegemonia que dá sustentação à ordem política" (MISKOLCI, 2009, p. 07).

O conceito de hegemonia revelou-se essencial, para se pensar como as relações hierárquicas operam na sociedade, por meio da cultura e se sustentam não apenas por imposição, mas, especialmente, por consentimento. Observemos o relato de uma interlocutora:

---

[9] Saffioti (2004) considera que a divisão sexual do trabalho está sustentada em um poder patriarcal que, reconstituído e readequado às exigências do desenvolvimento. "O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina". Para a autora o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana.

> “...Não me considero uma “coitadinha”, uma vítima, sou guerreira, minha profissão é de risco, quando entrei pra área de segurança pública eu já sabia das condições, é muita hierarquia, não é que a mulher seja menos que o homem, mas a realidade, é que esta área é dominada pelos homens, então isso aí já é uma coisa que vem de tempos, temos que nos adaptar, achando bom ou não...” “... o militarismo é cruel, não só com a mulher, o regimento é arcaico, seguimos o RDE, que é um regulamento do exército, muito rígido. A gente recebe várias imposições, as vezes coisas absurdas, mas é por causa da hierarquia que nos sujeitamos a muitas coisas, por falta de opção mesmo, e isso desmotiva bastante...” “...Aí tem também a questão do poder também, não importa se é homem ou mulher, é questão de hierarquia mesmo, vixe quem é soldado sofre...” (Rejane)

Tal relato afirma esta arena de luta política, que nos traz Miskcolci (2009), onde as condições de hierarquia são dominadas pelo homem, mesmo apesar da interlocutora não se sentir diminuída, é notório o contraste entre os gêneros, envolvendo difíceis negociações.

Algumas interlocutoras mencionaram sobre a dificuldade em se relacionar com o companheiro de serviço, particularmente, no quanto era difícil conquistar a confiança dele, quando atuam em duplas mistas. No trabalho nas ruas, para atendimento a ocorrências ou no monitoramento de rotina, policiais e guardas costumam atuar em duplas, sendo que um é corresponsável pela segurança do outro.

Fato curioso foi perceber as “desigualdades de gênero” entre os próprios colegas de trabalho, em que o preconceito vigora com tamanha intensidade. Nesse sentido é presumível que esta é uma realidade de várias profissões, não somente da segurança pública, mas especialmente daquelas associadas tradicionalmente à hegemonia masculina, como no caso o militarismo, cujas normas hegemônicas, dicotomias e assimetrias de gênero parecem mais rígidas. Por outro lado, mesmo diante de tanto preconceito, algumas interlocutoras relataram que não se sentem diminuídas, ao contrário, sentem-se empoderadas pela profissão que exercem:

> “...Me sinto empoderada exercendo esta profissão. Até meu marido me respeita muito mais, acho que somos guerreiras, pois além de tomarmos conta da casa e dos filhos ainda trabalhamos fora, isso não é pra qualquer uma não...” “...Eu ralei pra entrar nessa profissão, deixei muita mulher pra trás, não to aqui de graça, eu fiz por merecer, minha autoestima melhorou muito depois que entrei nesta profissão...” (Rebeca)

A definição de empoderamento se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aufere poder e liberdades negativas e positivas.

Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. O empoderamento das mulheres da segurança pública nos traz novos olhares sobre a concepção de poder, assumindo formas democráticas, se constituindo em um desafio. Pressupõe uma mudança nas premissas de gênero, o da mulher livre, trabalhadora e chefe de família, com o acúmulo de papéis muito maior na sociedade moderna, enfrentando os desafios e sendo capaz de manejar mais funções dentro e fora da família.

Para Amartya Sen (2010), o processo de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades, para superar as fontes de privação das liberdades. Assim como construir novas opções, ter possibilidades e saber como escolher e implementar suas escolhas e se beneficiar delas. O autor elucida ainda que as capacidades são poderes que as pessoas têm para fazer ou deixar de fazer coisas, suas habilidades e as oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer.

Porém, é importante destacar que o empoderamento é um processo conflituoso. É uma busca constante de mudanças nas relações de poder existentes que estão arraigadas em nossa cultura, e para compreender o empoderamento, é preciso verificar que este não é um processo com início e fim definidos, nem que ocorre de maneira igual para as diferentes mulheres. O empoderamento difere para cada indivíduo ou grupo, conforme seu histórico de vida, sua cultura e sua localização em diferentes territórios.

2.1 PODER E HIERAQUIA

Nesta seção, busquei construir uma proposta de análise das relações de poder nas subcategorias de segurança pública, sendo elas: polícia civil, polícia militar, guarda municipal e agente penitenciária. Na tentativa de estabelecer uma ligação dos conceitos teóricos com a experiência empírica. Buscou-se

compreender das estratégias que estas mulheres se utilizam para se integrarem neste ambiente predominantemente masculino, repleto de normas e hierarquias.

Neste estudo, traçarei a construção de uma conjectura de análise das relações de poder nas organizações, estabelecendo uma ponte entre a obra de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Os autores foram escolhidos por apresentarem discussões acerca do poder, que acredito em melhor contemplar o tema proposto, relativo ao âmbito da segurança pública.

A posição ou a função que um indivíduo ocupa ou exerce na estrutura social, para que sejam valorizadas ou respeitadas, dependem da relação que este estabelece com a rede de indivíduos que o envolve, e sua consolidação vai depender do modo como o poder é distribuído, bem como das lutas estabelecidas na rede de interdependência.

A partir dessas considerações, pensar em transformação social, envolve transgredir as normas de comportamento, dominação e poder impostas aos gêneros pela sociedade. Ou seja, para que haja um caráter relacional de poder, parte-se do pressuposto, de que não existe apenas uma mulher ou um homem, mas diferentes construções simbólicas de significados e papéis que são flexíveis e mutáveis ao longo do tempo.

O poder se expressa nas diversas relações sociais, assim, pode-se dizer que onde existem relações de poder, existe política. Uma relação de poder se forma no momento em que alguém deseja algo, que depende da vontade de outro, ou seja, esse desejo estabelece uma relação de dependência de indivíduos ou grupos em relação a outros.

Conforme Weber (1970) a política necessariamente envolve um conjunto de esforços, visando a participação ou a influência sobre o poder exercido, seja entre estados ou no interior de um único Estado, legitimando a violência física. Nas palavras do autor:

> (...) qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideias ou egoístas, seja porque deseje o poder pelo poder, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere. (WEBER, 1970, p.61)

Para o autor o poder se legitima no Estado, sob a condição de que os dominados aceitem se submeter à autoridade sucessivamente reivindicada pelos dominadores. Dito isso, a dominação consiste na probabilidade de se encontrar obediência a uma ordem entre pessoas, já o poder consiste na imposição da própria vontade, dentro de uma relação social, independente da resistência.

Os conceitos de poder[10] vêm sendo discutido por diversos autores em diferentes áreas do conhecimento, assumindo grande importância, pois está infiltrado em todos os lugares e em todos os momentos da vida, não possuindo um campo de aplicação única.

Muitos pensadores como Maquiavel, Montesquieu, Locke, Nietzsche, Bakhtin, e Foucault entre outros, discutem a questão do poder, suas características e formas, no intuito de questionar metodologicamente a legitimidade desse discurso.

O poder é retratado não somente através de grupos, o poder consiste na faculdade de alterar o seu curso, na expressão de Giddens, “a capacidade transformadora inerente à ação humana” (1976, p.110).

Segundo Foucault[11]:

> “Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada e ninguém escapa, a que não existe exterior possível. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outros aqueles que se encontram alijados dele. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona...” (FOUCAULT, 2015, p.17)

Na sociedade contemporânea, o poder está em nosso cotidiano nas ruas, na mídia, na política e principalmente nas instituições. Ele surge da necessidade de

[10] Ressalta-se aqui, que as variações dos conceitos de poder apresentam muitas variações, clivagens, contradições e reformulações, justamente por envolverem a interpretação que um ou outro autor faz. Além disso, essas variações foram construídas pelos autores ao longo de uma carreira científica. Neste estudo, as classificações utilizadas, foram devidamente citadas, afim de ressaltar que de modo algum as classificações são perfeitas e livre de contradições.

[11] Vale ressaltar, que para Foucault, a noção de poder muda de acordo com a obra que se está analisando. De início, o poder a que ele se refere é o poder disciplinar, mais adiante ele se refere ao poder da bio-política, sobre o corpo e a sexualidade e por fim sobre o poder como uma ética, uma moral do autogoverno (governabilidade).

se organizar em sociedade, de ordenar e buscar um bem comum, como uma forma de viabilizar a existência de homens e mulheres na Terra. A organização do ser humano na terra em clãs, grupos e sociedades tornam mais clara essa necessidade, pois a vida em sociedade é uma permanente luta pelo poder, principalmente quando grupos sociais tomam defesa de seus interesses ideológicos, que por vezes são conflitantes motivados exatamente pela disputa de poder.

Bourdieu (2001) em sua obra busca apontar as relações de poder inscritas na realidade social, revelando as formas implícitas de dominação de classes nas sociedades capitalistas, defendendo a tese de que, a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se conformarem com a dominação. Tal fato pode ser observado na presente narrativa de uma das interlocutoras, coletada ao longo da pesquisa de campo:

> "...quando entrei pra polícia, isso já faz algum tempo, eu já tinha uma ideia de que era puxado, tem muita regra e norma pra seguir, a corporação pratica tipo um poder, uma dominação sobre a gente, não só com as mulheres, mas com os homens também, manda quem pode, obedece quem tem juízo. O poder tá em todo lugar, até na farda que vestimos, aqui tem que fala baixo porque as paredes têm ouvido, se vacila a punição é certa, acho que a sede de poder é muito grande, o poder semeia a discórdia. Minha equipe quase se matou por causa disso, brigas idiotas acontecem..." "...Com o tempo a gente se acostuma, sei lá, acho que acaba se conformando, mas sempre tem uns e outros que batem de frente, vivem reclamando e batendo boca, acabam sendo perseguidos porque acham injusto..." (Jaqueline)

Na narrativa da interlocutora percebemos o que Bourdieu defende a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes ou campos dominantes são detentoras de um capital simbólico, que é disseminando e reproduzido por essas instituições e práticas sociais que possibilitam o exercício do poder.

No campo da segurança pública, o capital simbólico é bem representativo, principalmente na polícia militar, e na guarda municipal, visto que são organizações que primam pela obediência e pela ordem hierárquica. Seus componentes são identificados pelo fardamento, símbolos e insígnias, os quais permitem uma mensagem que é compreendida por todos que conhecem seu significado, conforme ilustrado na Figura 10 e 11.

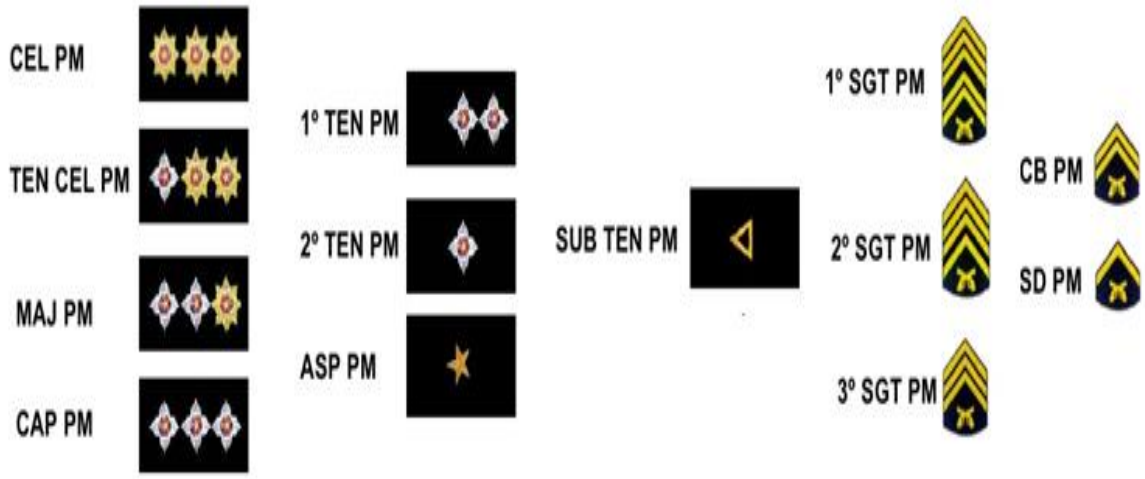


Figura 10 – Símbolos e divisas hierárquicas da Polícia Militar do Paraná.
FONTE: A própria autora (2015)

Figura 11 – Símbolos e divisas hierárquicas da Guarda Municipal do Paraná.
Fonte: A própria autora (2015)

A Polícia Civil e o Sistema Penitenciário, são organizações menos rigorosas quanto à hierarquia, onde os símbolos não apresentam representatividade tão significativa. Todavia, em menor ou maior grau, as instituições ligadas à segurança pública pesquisadas neste estudo, encontram-se entranhadas por aspectos hierárquicos e ligados ao poder. As hierarquias expressam-se também em relação às questões de gênero, que apareceram sucessivamente ao longo da pesquisa.

Conforme SAFIOTTI (2005) a hierarquia entre homens e mulheres era trazida ao debate, fazendo face à abordagem funcionalista, que, embora enxergasse as discriminações perpetradas contra as mulheres, situava seus

papéis domésticos e públicos no mesmo nível, atribuindo-lhes igual potencial explicativo. No relato a seguir, coletado durante esta pesquisa de campo, observou-se esta influência das desigualdades de gênero na rotina das mulheres da segurança pública:

> "... a relação entre homens e mulheres, é meio complicada, porque a mulher tem que provar que é competente, tem que se impor senão acaba na faxina ou no administrativo. Tem parceiro de serviço masculino que é preconceituoso, não trabalha com mulher não, porque tem medo, se sente em desvantagem física. Agora, se a mulher for gay aí é diferente, é tratada como um deles. Já o homem homossexual é ao contrário, é mal visto, sofre mais preconceito ainda... então é meio complicada essa relação entre homens e mulheres no meio profissional..." "...outro grande problema é que muitas vezes temos que compartilhar o alojamento, porque não temos lugar adequado, não temos banheiro separado, então fica bem complicado, a gente acaba perdendo a privacidade, acabamos virando uma coisa só..." (Amanda)

O relato evidencia a valência negativa a tudo que é relacionado ao feminino. Na polícia militar as mulheres heterossexuais e homens homossexuais são menosprezados, por serem associados à feminilidade. Enquanto isso, mulheres homossexuais são tratadas de maneira diferenciada, já que são associadas à masculinidade.

Em algumas falas de algumas interlocutoras, pude observar que talvez essa associação à masculinidade esteja atrelada a questão de confiança, por compartilharem confidências. Os homens (parceiros de serviço) sentem-se mais à vontade para falar, inclusive sobre sua vida pessoal, pelo fato de que suas esposas não sentirão ciúmes, porque sabem que a parceira feminina de serviço é homossexual. Contudo, essa confiança não é gerada tão facilmente, ela é conquistada com o tempo, onde essas mulheres são testadas por seus parceiros de serviço (masculinos).

Vale ressaltar que, nem todas as mulheres que são homossexuais tem estereótipos masculinos, fato este, verificado durante as entrevistas de campo no contato direto com as profissionais. Muito pelo contrário, as mulheres entrevistadas apresentavam atributos tipicamente associados ao feminino, muito cheirosas, com cabelos impecáveis, maquiagem leve e fardamento limpo e muito bem passado.

Um fato notório era a questão dos cuidados pessoais, algumas se consideravam bem vaidosas, e falavam sobre a dificuldade em conciliar este fator com a profissão desempenhada, conforme observação do relato:

> “...o que mais sinto, é que nessa profissão que escolhi, é que não posso me cuidar direito, não posso passar esmalte forte nas unhas, o batom tem que ser clarinho, o cabelo tem que viver preso, o tempo todo, chega a dar dor de cabeça na gente. “...passo perfume normal, adoro andar cheirosa. Esse colete que é fogo, é mega desconfortável, amassa o seio, dói, chego em casa toda dolorida...” “...a farda deixa a gente muito masculina, esse buti[coturno] que usamos é terrível, esquenta muito o pé no verão e é um gelo no inverno, é duro e aperta, a unha do pé fica preta, a minha já chegou a cair...” “...Gosto de ser feminina, sou bem vaidosa, gosto de me sentir mulher, não abro mão de passar um batonzinho, usar um perfume, passar meu rímel, é a única coisa que posso fazer, pra não me sentir masculinizada, porque com essa farda é difícil, é tudo padronizado, então tem que ter um diferencial...” (Sirlei)

É possível perceber que a diferenciação simbólica é marcante conforme a categoria exercida pelas mulheres estudadas, neste outro relato, nota-se essa diferenciação.

> “...nessa profissão, não é tão rigoroso, não tem muita hierarquia, a gente obedece um superior, mas todos são concursados, os cargos variam, conforme a escala, cada mês muda, a gente não usa fardamento, só um colete mesmo, pra identificar quem é agente e quem é o preso, até mandamos fazer umas camisetas por conta própria, o Estado só fornece um colete. A única exigência é que não podemos trabalhar com calça justa, nem blusinhas transparente e curta, que mostre muito o braço, ou que seja degotada, senão os presos ficam de olho e mexendo com a gente. Então a gente acaba se igualando aos homens, e isso não é bom, pareço uma jeca-tatu com calça larga e camisetona, ficamos bem masculinizadas mesmo, desleixadas com a aparência...” (Lari)

Capelle (2006) em seu estudo realizado com mulheres policiais no trabalho operacional, da polícia militar do Rio Grande do Sul, aborda sobre o processo de socialização, onde as mulheres acabam vivenciando um processo de masculinização, sendo homogeneizadas aos homens, justamente por não haver um perfil feminino esperado dentro da polícia.

Em todas as categorias de profissionais deste estudo, constata-se que nenhuma delas está devidamente preparada para a inserção dessas mulheres, não existindo um diferencial nas dependências físicas, como alojamentos e banheiros separados, bem como nas tarefas por elas executadas.

Principalmente na Polícia Militar, onde a mulher é incorporada ao efetivo no intuito de humanizar a imagem das organizações, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de segurança, fator notório também no sistema penal. Daí decorrem as dificuldades em alocar estas mulheres, atribuindo-lhes sobretudo funções burocráticas e administrativas.

Pode-se dizer, que com a inserção dessas profissionais femininas nas organizações associadas tradicionalmente ao masculino, novas posturas são exigidas da mulher, o que implica em ressignificações de suas identidades (Mainardi, 2009) e na busca de diferentes estratégias para se integrarem e serem reconhecidas em sua profissão.

Durante a pesquisa de campo emergiram alguns relatos, acerca da problematização do espaço institucional, como reprodutor de diferenças entre masculino e feminino, com a dominação desse espaço de forma masculinizada:

> “.... Existe muita desigualdade entre homens e mulheres na segurança pública no geral, tem cota, as vagas são limitadas pra entrada de mulheres, não acho isso justo. Essa carreira é desvantajosa pras mulheres, pois no Brasil, a polícia é muito violenta e repressiva, exige das mulheres um comportamento agressivo, e neste ponto a mulher tá em desvantagem...” “...Quem entra nessa profissão acaba perdendo seu lado frágil, ou mais humano, sei lá, porque a realidade violenta muda a maneira de ser da gente, principalmente das femininas, que de tanto ficar em contato com as violências do dia a dia, acho que ficamos mais duronas, como um mecanismo de defesa mesmo, é tipo de uma fuga, porque senão nosso psicológico fica muito abalado...” “... às vezes chego a entrar em crise de identidade, nem sei quem eu sou direito, acabo fazendo coisas que, antes jamais faria, sinto que estou ficando cada vez mais “desumana”, isso é terrível, vejo que perdi meu lado bom, não sou mais a mesma pessoa de antes, meus parentes reclamam bastante disso. Essa parte é ruim, sem contar que nessa profissão, a mulher sempre é menos que o homem, e isso ninguém vê, ninguém valoriza, somos tratados tanto pelo Estado quanto pela população como robôs, sem cérebro nem coração, se é homem ou mulher então, eles não tão nem aí. Na minha opinião, não tem coisa pior, isso desanima, você bem sabe, porque já trabalhou nessa área, sabe como funciona. Não temos como voltar atrás e ser o que éramos antes, isso é impossível. Acreditar naquele mundo cor-de-rosa onde tudo é perfeito, onde as

> pessoas são boas e felizes, não tem mais como, chego a ter pena de quem acredita nisso hoje em dia, com tanta violência, nem dá pra ter lazer direito. A vida da gente muda completamente quando entramos pra segurança pública, olhamos diferente, a gente fica mais alerta a tudo, não frequentamos mais os mesmos lugares de antes, até as amizades mudam, acabamos convivendo com as mesmas pessoas sempre, geralmente do serviço mesmo, por causa das escalas, as folgas batem. Quando tenho folga só quero saber de descansar, e também não sobra dinheiro pra muita coisa, o salário não é muito bom, tem que escolher se vai comer bem ou se vai se divertir, lazer é coisa de luxo hoje em dia..."(Letícia)

Dowling (2001) fala sobre a inferioridade física da mulher, que foi construída discursivamente e aprendida gradualmente no decorrer da história, trazendo como consequência o subdesenvolvimento de sua capacidade física, bem como da força e de seu conhecimento corporal como um todo. No relato a seguir, evidencia-se esta inferioridade construída:

> "...A mulher tem menos força física do que o homem, portanto não podemos fazer as mesmas coisas, não é questão de preconceito, mas infelizmente não temos as mesmas condições físicas que o homem, não temos a mesma força que eles. Não podemos trabalhar em duas policiais femininas na mesma equipe, por causa da inferioridade física, sempre formamos duplas mistas, de um homem e uma mulher..." "..... No início achava um absurdo duas mulheres não poderem trabalhar juntas, mas depois que tive uma experiência ruim, acabei mudando minha opinião, quase apanhamos em uma ocorrência, a população não respeita. O pessoal costuma dizer, em tom de ironia, com uma arma na cinta vocês vencem qualquer um, isso é pura ilusão, não podemos sair dando tiro por aí, sacar a arma é a última opção, temos que agir conforme a proporção física, aprendemos isso na escola, primeiro é a força corporal, (onde a mulher já se lasca né) depois a contenção é no braço ou na "tonfa" [cassetete] e nos últimos casos mesmo é que sacamos a arma, só é sacada se o bandido tentar atirar na gente, caso contrário é processo na certa, não podemos atirar pelas costas, mesmo se o vagabundo estiver correndo e fugindo..."(Letícia)

Segundo Bourdieu (1999), para se compreender a dominação masculina é importante analisar as estruturas inscritas na objetividade e na subjetividade dos corpos. Esta estrutura inscreve-se nos corpos dos sujeitos dominados, determinados gestos, posturas, disposições ou marcas da sua submissão. Os corpos podem e só existem no mundo social, quando inseridos em uma cultura, deixando de ter um aspecto físico para assumir um significado cultural.

Essa divisão desigual de poder, que confere aos homens a posição dominante e às mulheres a posição subalterna, perpassa toda a estrutura social, não se restringindo, portanto, só às questões de gênero.

Nos dois relatos, a seguir observou-se esta influência das desigualdades de gênero na rotina das mulheres da segurança pública, nos diversos segmentos:

> "...infelizmente a mulher e o homem são bem diferentes na segurança, trabalhei em duas instituições diferentes e em nenhuma delas a mulher desempenhava papel de chefia, era bem desigual, a mulher ou era secretária, ou fazia censura em cartas, e fazia revistas nos familiares no fim de semana, isso quando a cadeia é de preso masculinos. Na cadeia feminina, a mulher assume cargo de diretora, inspetora, mas só porque fica chato pro homem esse contato com as presas, não tem como ser inspetor [masculino] as vezes as presas ficam nuas, então é mais fácil pra mulher fazer esse serviço. Os colegas masculinos que trabalham nessas unidades, ficam somente na portaria, pra não ter contato com as presas, também pra evitar problemas, já aconteceu muita coisa, já ouvimos várias histórias de agentes masculinos se envolvendo com presas, tendo até relação sexual..." "...de todos os cargo de direção das penitenciárias, só vi 3 mulheres na chefia, uma na penitenciária feminina e as outras duas em outras unidades, mas assumiram porque tinham influência mesmo, se for uma qualquer não consegue nada, tem que ter costas quentes mesmo. Já no cargo de chefe de segurança é homem mesmo, é ele que domina a área, que coordena as equipes todas, pior é que isso dá maior rolo, sempre tem alguém que leva vantagem, as mais bonitas são as mais privilegiadas, é só pedir que consegue fácil as coisas. Já se você cair na esquerda de um cara desses aí sim tá ralada." (Marlene)

> "...Em geral, a maioria dos delegados são homens, a presença da mulher é mais comum nas delegacias especializadas, com público específico, nessas delegacias as delegadas comandam, tem investigadoras femininas e escrivãs. Aqui no litoral só funciona na temporada de verão [delegacia da mulher] de dezembro a março, durante o restante no ano, não tem delegacia especializada para atender as mulheres aqui no litoral..." "...O efetivo feminino é a minoria, ficam mais no administrativo mesmo, só na operação verão que isso muda bastante, aí vem reforço, então descem várias femininas. A maioria fica interna mesmo, por opção também. Não adianta, esta área é complicada, o homem impera, não é lugar pra mulher não, não to sendo preconceituosa, afinal sou mulher, mas sei o que digo. A mulher tem que se impor o tempo todo, e isso vai cansando a gente, chega uma hora que você dá graças a Deus por ficar interna. O discurso é sempre o mesmo, os masculinos são preconceituosos, não tem papas na

> língua. È difícil você ver o profissional masculino desanimado com a profissão, porque pra eles tudo é muito mais fácil. Geralmente quem é nova de polícia entra com o gás todo, querendo ser operacional, aí vai pra rua, acha que vai mudar o mundo, eu passei por isso também. Depois de anos na profissão vem a desilusão, é quando você percebe que por mais que você tente, nada acontece...” (Déia)

De certo modo, em uma instituição composta majoritariamente por homens, na qual os padrões de virilidade e força física são amplamente difundidos, pensar em mulheres compondo esta área de segurança pública era algo improvável e não aceito pela sociedade até pouco tempo atrás.

Durante séculos a mulher desempenhou o papel delegado pelos homens, aceitando sua condição de inferioridade e submissão como algo natural. É possível perceber o papel da mulher na sociedade contemporânea, suas transformações e conquistas e, ao mesmo tempo, as mulheres passaram de senhoras do lar, submissas, a chefes de família, como revelou o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que 39,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Entre outros fatores, o IBGE credita a evolução a mudanças na estrutura da família, maior participação da mulher no mercado de trabalho, baixas taxas de fecundidade e o envelhecimento da população.

No entanto, com as mudanças no mundo do trabalho, as mulheres foram gradativamente conquistando novos espaços, como agentes capazes de modificar sua história. As mulheres entram em cena e se tornam cada vez mais visíveis no cenário da segurança pública, especialmente após o período ditatorial, onde a presença feminina começou a ser utilizada com o intuito de amenizar a imagem da polícia, na tentativa de construir uma polícia mais preventiva e menos repressiva (MOREIRA; WOLFF,2009).

2.2 MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

São distintas as correntes teóricas que analisam o fenômeno do trabalho bem como sua divisão sexual, sob diferentes olhares. Neste estudo, optei por tratar desta temática com um viés de gênero. Nesta breve seção, não pretendo fazer uma análise profunda do tema, mas enfocar especificamente sobre como as

mulheres galgaram espaços representativos no mercado de trabalho, principalmente dentro do contexto da segurança pública.

O trabalho reflete tanto a essência da vida humana, como sua evolução, esta categoria é constituída por meio de diversas ferramentas, que buscam levar os indivíduos a incluírem um modo necessário de sobrevivência. Para Engels (1986) o indivíduo é oriundo do trabalho, para o autor não haveria desenvolvimento humano sem o trabalho.

Karl Marx (1988) conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o ser humano e a natureza, onde este indivíduo controla, regula e realiza por meio de suas ações, um itercâmbio de materiais com a natureza.

Langer (2004) se refere ao trabalho de uma forma mais humanizada, a qual possibilita aos homens e mulheres a sua humanização. Por meio desse trabalho que o autor se refere, os indivíduos se reconhecem e se constituem como seres sociais.

As mulheres têm um importante papel no mundo do trabalho, não só atualmente, como desde o princípio da civilização. Sua inserção no mercado de trabalho surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX, em decorrência de eventos históricos, tais como a revolução industrial: no emprego de mão-de-obra mais barata nas fábricas, quando as mulheres deixavam seu exclusivo espaço privado (afazeres exclusivamente domésticos); e com a 1ª e 2ª guerras mundiais, com a saída da figura masculina para os campos de batalhas, ocasião em que as mulheres assumiam os papéis masculinos, chefiando famílias, provendo o sustento do lar.

Segundo Scott (1994) a mulher trabalhadora foi um produto da revolução industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para ela postos de trabalho onde antes não existiam, mas porque no percurso da mesma ela se tornou uma figura perturbadora e visível".

Portanto a mulher inserida no mercado de trabalho assalariado, através dos movimentos feministas, multiplicou sua capacidade de reivindicação e de luta por reconhecimento, bem como de sua importância no desenvolvimento de potencialidades até então não empreendidas por elas.

Esta transformação foi intensa e significativa, pois proporcionou as mulheres a liberdade e a responsabilidade, processo este, que contribuiu para o aumento de sua autoestima, promovendo também o acesso a educação e a individualização.

Diversas autoras se debruçam acerca do trabalho feminino, Heleieth Safiotti (2004), Helena Hirata (2001,2002), Danièle Kergoat (2001) e Joan Scott (1994, 1995), dentre outras. Esses estudos foram relevantes na construção desta temática, sobre a divisão sexual do trabalho, visto que na atualidade surgiram várias mudanças e novos paradigmas no mundo do trabalho feminino, provocadas por uma reestruturação produtiva, no qual a mulher exerce um papel significativo.

David Harvey (1992) fala sobre o reordenamento não somente no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares, na reformulação dos valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade. O autor afirma que apesar dessas transformações no mercado de trabalho, as mulheres continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas, nos cuidados com a casa e com os filhos, e ainda auxilia no orçamento familiar, enquanto aos homens cabe o papel de provedor.

2.2.1 Divisão sexual do trabalho

No século XX, período em que já se concentravam expressivos números de mulheres e crianças trabalhando nas indústrias, surgem os movimentos operários, liderados pelos homens, reivindicando o retorno das mulheres ao lar, nas atividades domésticas, nos cuidados com os filhos e marido e também à maternidade.

Tal fato contribuiu de forma substancial para a divisão sexual do trabalho, regulada nas assimetrias de gênero e hierarquizações, onde os homens foram privilegiados, e as mulheres inferiorizadas e desvalorizadas. Na presente narrativa, de uma das mulheres entrevistadas, podemos observar essa segregação no mercado de trabalho:

> “.... Com o dinheiro apertado eu tive que trabalhar fora, meu marido não tava dando conta sozinho, me sinto muito cansada, depois que chego do serviço ainda tenho que limpar a casa e fazer janta, meu marido até ajuda, mas pouco, [ele busca meu filho na creche]. Meu filho é pequeno e quando chega quer atenção, porque passo o dia todo fora, aí tenho que me virar nos trinta, e ninguém valoriza isso...” ...”. Às vezes fico pensando se evoluímos, digo nós mulheres, porque trabalhamos dobrado, em casa e fora também. Aqui no litoral é triste pra achar emprego, os comerciantes exploram demais a gente, principalmente no verão,

> e ganha bem pouco. Eu dei graças a Deus quando passei no concurso, aí consigo me manter melhor, até nossa alimentação melhorou, ganhando melhor a gente pode comer melhor, agora posso comprar mais coisas pro meu filho...” (Janaína)

Evidencia-se as desigualdades de gênero, principalmente no que se refere a dupla jornada de trabalho. As mulheres se dividem entre o mercado de trabalho e a realização dos afazeres domésticos, porque na maioria das vezes só a renda do marido não é suficiente para garantir a sobrevivência. Tal relato desmistifica a concepção de que atualmente vivemos em uma sociedade, justa e igualitária para homens e mulheres, pois na atualidade, ainda se reflete de forma discriminatória a sustentação da divisão sexual do trabalho.

Em contrapartida, esta questão foi relatada por algumas interlocutoras, quanto a divisão dos afazeres domésticos, principalmente pelo fato de que as profissionais que participaram da operação verão são oriundas de diversos municípios Paranaenses. Observa-se que as mulheres com um maior grau de escolaridade e residentes em municípios maiores, relataram de forma diferenciada a mesma temática:

> “...a divisão das tarefas domésticas em minha casa é feita de forma igual, somos em quatro, eu, meu marido e dois filhos, uma menina e um menino. Até isso é bem equilibrado [a interlocutora sorri, achando engraçada a situação]. Hoje em dia tudo evoluiu, então com a mulher trabalhando fora, as tarefas têm que ser divididas. Meu marido sabe cozinhar e lavar roupa, ele também é policial, então revezamos as tarefas. Ele não reclama, sempre ajuda, também tento ensinar meus filhos que não existe serviço de menina ou de menino, dou exemplo de nossa profissão, minha e do meu marido, tanto homem quanto mulher podem ser policiais. Então as crianças revezam a louça e a limpeza dos quartos. Se cada um mudasse sua atitude, acho que surtiria mais efeito, as mulheres que reclamam deveriam dividir suas tarefas em casa, a mulher não é escrava, foi-se o tempo” ...(Silvia)

Safiotti (2004) se debruça sobre as bases materiais e sociais do patriarcado, nas discussões das feministas radicais sobre os serviços gratuitos, domésticos e sexuais que as mulheres prestavam aos homens, cônjuges e patrões. A autora deixa claro os privilégios masculinos no mercado de trabalho, e principalmente nas discriminações praticadas contra as mulheres.

Hirata (1999) traz a diferenciação técnica que se faz do trabalho, evidenciadas pela divisão por sexos, onde os vínculos empregatícios mais centrais e formais, como cargos de chefia, são atribuídos prioritariamente aos homens, e os trabalhos com menores atribuições de responsabilidades às mulheres.

Carrasco (2012) se debruça sobre a teoria econômica não androcêntrica, na construção de novas ferramentas de análise das realidades sociais e econômicas, com indicadores não-androcêntricos. A autora traça uma crítica a desconsideração econômica de todo o trabalho que as mulheres realizam gratuitamente na esfera doméstica.

Contudo, é inegável a inserção da mulher no mercado de trabalho, em diversas áreas, motivados pela combinação de fatores econômicos, culturais e sociais. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) a PEA (população economicamente ativa) realizada pelo IBGE, a trajetória das mulheres economicamente ativas entre 1950 e 2010 acelerou de 13,6% para 48,9%. O aumento expressivo é reflexo de uma série de alterações na sociedade brasileira. A proporção de mulheres chefes de família saltou de 27% em 2001, para 36% em 2012.

Já no ranking de Desigualdade de Gênero, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (2014), o Brasil ficou em 71º lugar, no Índice Global de Desigualdade de Gênero (Global Gender Gap Index – GGGI). O relatório aponta um aumento da desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil, onde são consideradas três áreas-chave: 1) participação econômica (salários, oportunidade e liderança); 2) educação (básica e avançada); 3) capacitação política (expectativa de vida e coeficiente sexual).

No entanto, o relatório mundial não dá conta de analisar as desigualdades, internas de um país, pois tendem a uniformizar as características regionais e as disparidades internas alongam ser ignoradas. Portanto é de essencial importância mensurar a realidade nacional, em diferentes territórios, pois cada região tem sua especificidade, o que vem a revelar a magnitude da desigualdade nas diferentes partes do território brasileiro.

Com a criação do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG), pode ser verificada de que maneira as mulheres e os homens desfrutam do nível de desenvolvimento do seu Estado, levando em conta a disparidades internas territoriais. Nesta perspectiva é importantíssimo ressaltar o trabalho de Cristina

Carrasco (2012), em sua obra “Estatísticas sob suspeita”, com a proposta de novos indicativos com base na experiência das mulheres, tendo em vista que as propostas políticas que almejarem construir igualdade, devem incidir necessariamente nas bases materiais que sustentam todas as formas de desigualdade e discriminação.

O uso de indicadores não androcêntricos permitem analisar as mudanças no decorrer do tempo e sua relevância na possibilidade comparativa entre as variáveis em realidades semelhantes, porque nos levam a refletir sobre as características resultantes da socialização diferenciada dos sexos, mensurando sua incidência, valor social e os padrões predeterminados que marcam a vida das pessoas.

Neste sentido (Gadrey & Jany-Catrice, 2005), ressaltam que a legitimidade de um indicador se constrói ao mesmo tempo que as combinações de sua avaliação, onde a busca pela igualdade constrói quadros cognitivos sociais mais abrangentes.

2.2.2 Mulheres na Segurança Pública

Nos domínios da segurança pública, é bem impactante a divisão sexual do trabalho, pois é composta por lugares construídos de modo masculinizado e são vistos como redutos masculinos, caracterizadas por relações de poder que ali são estabelecidas.

Alguns autores vêm desenvolvendo estudos na investigação dos profissionais de segurança pública, em suas condições de vida, trabalho e saúde, com o intuito de propiciar o entendimento da natureza da função deste profissional na sociedade (MUSSUMECI, 2005; MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008; CAPELE E MELLO, 2010; CALAZANS, 2005 e SCHACTAE, 2004).

A entrada de mulheres nas Instituições de Segurança Pública no Brasil é recente, somando pouco mais de cinquenta anos de história (CALAZANS, 2003; SOARES E MUSSUMECI, 2005).

Contudo, o marco histórico da ocupação, por mulheres, dos cargos mais altos de instituições de segurança pública em diversos estados brasileiros, deu-se a partir do século XXI. Essa inserção evidencia-se em diversas áreas, na polícia

civil, no sistema penal, nas guardas municipais e, principalmente nas anteriormente consideradas como exclusivas dos homens, a polícia militar.

A inclusão de mulheres na segurança pública teve como objetivo a humanização, com o escopo de melhorar a imagem principalmente da polícia militar, aproximando-a da população, oferecendo o atendimento adequado à população mais vulnerável: mulheres, crianças, idosos, grupos onde se destaca a polícia civil, com as delegacias especializadas.

No Estado do Paraná, a Polícia Feminina foi criada na década de 70, o primeiro curso iniciou-se com 42 voluntárias, cuja exigência para a inscrição era de que as candidatas fossem: solteiras, viúvas ou desquitadas, sem encargos de família, com idade entre 18 e 30 anos. Em 1979, iniciou-se o primeiro curso de Formação de Oficiais, na Academia Policial Militar do Guatupê. A exigência para o ingresso era de que as femininas não fossem casadas. O curso encerrou-se em 1981, com cinco policias femininas formadas. Observa-se que a seleção dessas mulheres era extremamente seletiva e realizada por homens, circunstância em que, veladamente a entrada das mulheres não eram bem-vindas.

O Paraná passou a ser o segundo Estado do país a permitir o ingresso de mulheres na Polícia Militar, o primeiro foi o Estado de São Paulo. Somente em 1991, pela primeira vez na história da polícia militar Paranaense, uma policial feminina assumiu um cargo de comando, a Capitã Rita Aparecida de Oliveira. No relato de uma interlocutora, percebemos a importância da posição galgada por uma mulher, em uma instituição dominada pelo homem:

> "...nosso orgulho no Paraná, é a Coronel Aparecida, ela teve que entrar na justiça pra ser promovida, sempre foi muito guerreira, agora ela se aposentou, mas era muito respeitada, porque no militarismo quem comanda é o homem, então ela tinha que mostrar competência, e essa mulher quebrou as regras, pra nós femininas é uma inspiração, ela foi a primeira mulher a assumir o comando, comandava muito bem, botava muito homem no chinelo..." "...Infelizmente ela teve que brigar na justiça pela sua promoção antes de se aposentar, é muito preconceito, um direito que ela tinha, só porque era mulher teve que brigar na justiça, se fosse homem já tinha sido promovida. Acho que é medo mesmo, os homens têm medo da mulher no poder, é que eles não admitem ser mandados por uma mulher. Mas eu conheço muito homem que canta de galo no serviço e pula miudinho em casa, onde quem manda é a mulher, isso é muito comum..." (Emanuele)

Para Schactae (2004) a PM é um espaço, cujo domínio é masculino e cujo poder simbólico representado pela farda e pela arma são identificadores da masculinidade dentro e fora da instituição militar. Lerner (1996) afirma que a conscientização das mulheres se torna uma força dialética que as move na ação de mudar suas condições e entrar em uma nova relação com a sociedade dominada pelo macho.

A crença responsável pela manutenção do patriarcado se baseia nas relações de poder e na divisão sexual do trabalho, de forma social e histórica, sendo acompanhadas por relações sociais desiguais, nas quais muitos homens utilizam dos diversos tipos de violência para mantê-las (SAFFIOTI, 2004).

Conforme estudo, realizado por Leonarda Mussumeci e Bárbara Mussumeci, em “O perfil de gênero da polícia feminina nas PMs Brasileiras (2003)”, mesmo as mulheres sendo a minoria[12], totalizando 25.675 mulheres para 342.415 homens, o peso numérico é muito baixo para que as mulheres contribuam para o índice global de feminização das forças policiais, no Brasil, comparado a outros países.

Observando a Figura 12, a participação feminina ainda continua sendo minoritária. O processo de inserção das mulheres principalmente na polícia, situa-se em momentos de crise das forças policiais, derivadas do deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerras, ou crises de credibilidade da imagem pública das polícias.

País	%	País	%	País	%	País	%
Estônia	26,0	Lituânia	14,1	Barbados	9,7	Itália	5,3
Israel (2002)	22,0	Canadá	13,7	Polônia	9,6	Papua Nova Guiné	5,3
África do Sul	21,4	França	13,3	Dominica	8,6	Colômbia	5,0
Monserrat	19,2	Hong Kong	12,5	Finlândia	8,6	Tailândia	5,0
Cingapura	19,1	Irlanda	12,1	Romênia	8,6	Quirguistão	4,9
Suécia	17,3	Suazilândia	11,0	Geórgia	8,5	Qatar	4,6
Holanda	17,1	Jamaica	10,8	**Brasil**	**8,2**	Turquia	4,5
Inglaterra e Gales	16,7	República Tcheca	10,7	Dinamarca	7,7	Portugal	3,8
Macedônia	16,7	Eslováquia	10,7	Eslovênia	7,1	Japão	3,7
Austrália (1999)	16,5	EUA (1999)	10,0	Zimbábue	6,5	Espanha	3,6
Latvia	16,2	Kazaquistão	10,0	Chile	6,0	Moldova	3,5
Hungria	15,3	Zâmbia	10,0	Maurício	5,4	República da Coréia	2,4
Guatemala	14,6	Malásia	9,7	Sri Lanka	5,3	Índia (1999)	2,2

Figura 12 - Participação feminina nas forças Policiais de 52 países (2000)
Fonte: Leonarda Mussumeci e Bárbara Mussumeci Soares (2004)

[12] No segundo semestre de 2003, as 23 PMs, que enviaram informação a respeito do perfil das polícias femininas, a proporção era de 25.675 mulheres e 342.415 homens na ativa, o que corresponde a uma participação feminina de apenas 7% no efetivo policial. No Estado do Paraná, o efetivo policial na ativa era de 16.005 homens para 548 mulheres, totalizando 3,3% de policias femininas.

Na Inglaterra, as barreiras discriminatórias foram derrubadas no País de Gales, na década de 80, oriundas de movimentos realizados por candidatas femininas que foram rejeitadas no serviço policial. Foi um grande avanço, pois esse movimento resultou no abandono do sistema de cotas para o ingresso de profissionais femininas na área policial. Na França essa quebra de barreiras ocorreu em 1982, com a autorização da igualdade para o recrutamento de homens e mulheres para as forças policiais.

No Brasil, a concentração de mulheres deu-se na década de 80, objetivando os valores condizentes com a realidade atual, ou seja, uma mudança na estrutura organizacional. Esta entrada da mulher nas forças policiais vêm sendo abordada em algumas pesquisas por ANCHIETA (2011); CAPELLE (2006); CALAZANS (2004); OLIVEIRA (2002); CARUSO (2004); SACRAMENTO (2007); SOARES & MUSSUMECI, (2005).

Em alguns países, observa-se o aumento na porcentagem do ingresso de mulheres na área policial. Contudo, houve grandes avanços, motivados pelas lutas feministas, onde as barreiras são vencidas, tecendo estratégias para uma maior abertura para as mulheres nesta área de trabalho.

Sem dúvida, a categoria de profissionais femininas não somente da polícia militar, mas de toda a segurança pública, contestam a dominação masculina, estruturando-se e tecendo estratégias na luta para uma possível construção de uma sociedade mais igualitária.

Nas polícias civis, a incorporação das mulheres teria sido motivada por uma causa externa à instituição, uma vez que a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) partiu de uma demanda dos movimentos de mulheres, que planejavam um trabalho de colaboração com a polícia, atuando como aliadas na luta contra a violência contra as mulheres. Essas delegacias especializadas, que foram sendo criadas a partir dos anos noventa, contribuíram para a definição de um campo para o qual as policiais femininas foram direcionadas.

Conforme dados das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2011), a participação feminina nas Policiais Civis, corresponde a 25% do efetivo nacional, já nas Polícias Militares e Bombeiros, essa participação é de 7,2% e 7,9%, respectivamente. No sistema penal do Paraná, as profissionais femininas foram se

inserindo a partir da década de 60, com o surgimento da Penitenciária Feminina do Paraná, a qual exigia uma demanda profissional feminina, para tratamento diferenciado das presas.

A guarda municipal Paranaense foi criada em 1986, na Capital de Curitiba, com a função de caráter preventivo, realizando atividades comunitárias de segurança urbana, prestando apoio aos órgãos policiais estaduais, quando solicitadas. A primeira turma de guardas municipais contou com 300 homens e apenas 30 mulheres.

No dia 8 de março de 2014, foi criada a Patrulha Maria da Penha, com o objetivo de oferecer acompanhamento preventivo, periódico e garantir uma proteção a mais às mulheres em situação de violência que possuem medidas protetivas de urgência expedidas pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Foram designados 15 guardas municipais, formando duplas mistas, os quais passam por cursos de capacitação ministrados por psicólogos, assistentes sociais e profissionais do direito da Secretaria da Mulher, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência.

Contudo, as mudanças provocadas pela entrada das mulheres na área de segurança pública, não foram acompanhadas por mudanças significativas e, passados cinquenta anos, as políticas institucionais estão distantes de incorporar a igualdade de oportunidade para homens e mulheres no acesso às carreiras policiais.

A experiência dessas mulheres permanece invisível nas estatísticas oficiais da Segurança Pública, não só a nível Paranaense. É preciso (re)conhecer quem são e quais os desafios que enfrentam em seu cotidiano, para problematizar o tema, ganhando uma maior visibilidade, contribuindo de maneira significativa na construção de indicadores de gênero, mostrando situações específicas das mulheres.

Nos diferentes segmentos das carreiras de segurança pública, as organizações têm como princípios norteadores a hierarquia e a disciplina, ou seja, o poder, com base na obediência às ordens estabelecidas.

Tendo em vista que o poder reside no fato de que alguns indivíduos podem mais outros menos, a mulher acaba em desvantagem, pois é a minoria no efetivo Nacional e Internacional no quesito segurança pública. Neste caso as mulheres

podem menos, entretanto, não de uma forma repressiva, usando força física, mas pelos atributos de dominação, o denominado poder simbólico.

> Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte das coisas. (MICHELLE PERROT, 2007, p.17).

Em contato com as 50 mulheres entrevistadas, que incluíam policiais civis, policiais militares, guardas municipais e agentes penitenciárias, observando e participando de suas rotinas laborais, por meio dos vários diálogos, constatei que as mulheres representam ainda a minoria nas instituições de segurança pública, tendo cotas para ingresso na carreira. O que vêm confirmar a discussões teóricas acerca da temática, nos estudos desenvolvidos por Calazans (2004), Capelle (2006) Soares e Mussumeci (2005), Silveira (2009).

Neste estudo, desenvolvido no território do litoral Paranaense, com a intitulada “operação verão”, apenas 15% do efetivo feminino desempenhava serviços administrativos, o restante do efetivo trabalhava nas ruas, na parte operacional, em atendimento às ocorrências. Vale ressaltar que esse território é diretamente afetado pela sazonalidade, principalmente no quesito segurança pública, cujas mulheres participantes deste estudo eram oriundas dos municípios diversos do Estado do Paraná.

Algumas mulheres são resistentes, outras não, principalmente as que obedecem a uma hierarquia como no caso do militarismo, onde tudo é muito velado, onde temor pela punição é notório em algumas falas, tais como nas descritas a seguir:

> “…quando trabalhei em outra unidade, as mulheres eram proibidas de dirigir as viaturas. Não havia justificativa, apenas era dada a ordem: feminina não dirige viaturas. Não podíamos questionar: era sim senhor, não senhor. Militarismo é assim, alguns mandam, outros obedecem…as que enfrentam são punidas ou perseguidas...” “...o que acontece muito são os “ditos privilégios” [a interlocutora frisa com os dois dedos, fazendo sinal de entre aspas], sim, tem mulher que pra ter vantagem nas escalas de serviço, acaba negociando com o próprio corpo, dormindo com oficial, em troca de benefícios, e se não cair na lábia do comando acaba sendo perseguida, é um inferno...” “... se você fizer algo que eles [superiores] não gostem, você cai na esquerda, aí fica com a vida enrolada, chega acontecer até transferência, quando você gosta de um posto de serviço aí te tiram, quando não gosta te deixam, a gente parece marionete,

> qualquer coisa é motivo de punição, eles [superiores] usam muito isso como forma de ameaça...”(Constantine).

Para Bourdieu (1998), o poder simbólico é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. O autor se concentra nas situações em que esse poder é normalmente ignorado, o que nos permite intuir que esse poder é plenamente reconhecido pelos agentes envolvidos.

Para Foucault (2003), o poder configura-se como um lugar estratégico na sociedade, um tipo particular de relação que influencia e modifica a conduta dos indivíduos, o que contribui para que as relações de poder sejam complexas e produtoras de outros poderes. Na presente narrativa observa-se esta modificação de conduta exercida pelo poder:

> “...eu digo sempre, se quiser conhecer uma pessoa realmente, dê poder a ela, é exatamente isso que acontece, o poder muda as pessoas, corrompe o ser humano. Tanto o homem, quanto a mulher, a mulher um pouco menos, mas falando de hierarquia é geralmente assim que acontece...” “...Nesta área é só jogo de influências, quem pode mais chora menos, ou se você tem um “QI” aí fica mais fácil, não pode ter muita opinião, tem que dizer amém pra tudo...” (Silene)

Bourdieu (1999) destaca os processos que se utilizam de um poder que é exercido sobre os corpos sem a necessidade de força física. Desta maneira, a violência simbólica aparece camuflada na naturalização de certas posturas adotadas.

Desse modo, podem-se utilizar das relações de poder como um conceito para mapear as relações de gênero e as disputas que advêm destas. Através dessas relações é possível reconhecer as estratégias que homens e mulheres utilizam para conviver e também tomar posições em determinados espaços da sociedade, além da possibilidade de se reconfigurar a visão da mulher subordinada ao homem (CAPELE, 2006).

Ao acompanhar a rotina de trabalho das mulheres atuantes na operação verão do litoral do Paraná, pude confirmar a teoria de Bourdieu (1999), quando uma das profissionais entrevistadas falou sobre a dificuldade em se relacionar com o companheiro de serviço, particularmente, no quanto era difícil conquistar a

confiança dele, afinal de contas quando se trabalha em duplas a sua vida depende do outro. É uma via de mão dupla, uma faz a segurança do outro, dando cobertura em casos mais complexos e perigosos. E quando esta dupla é formada por uma mulher e um homem, este se vê na desvantagem física, como relatado:

> "…tive que ouvir de um companheiro de serviço que ele não trabalhava com mulher, o cara nem me conhecia, escutei ele falando pra outro policial que ele iria ficar na mão, que na hora do vamos ver eu colaria as placas, que ele não queria morrer…" "...isso é bem comum, esse tipo de preconceito, tem muito disso, é estressante demais ficar tentando convencer as pessoas de que você trabalha bem, só pelo fato de ser mulher. Por isso prefiro trabalhar interna, no administrativo mesmo, aí faço minha parte e acabou. Já trabalhei muito na rua, mas hoje eu prefiro o administrativo, não me incomodo com essa negociação, em ter que ficar provando o tempo todo seu valor. Agora quando o cara é mandado por uma superior feminina, aí ele obedece, fica quietinho, nem reclama, abaixa a cabeça e obedece, pra você ver a importância do poder nessa profissão. Pra oficial feminina é mais fácil, agora pra quem é praça o troço complica, a negociação é diferente..." (Jaqueline).

Neste sentido, é visível que apesar de todas as profissionais serem da área de segurança pública, cada categoria tem sua especificidade, no militarismo a situação é mais complicada, essa negociação entre os gêneros, a questão da confiança, do poder e das relações interpessoais é mais complexa. Como pode ser observado em outro relato:

> "…aqui na operação verão as femininas vão pra rua, pro serviço operacional, braçal mesmo, a população aumenta demais no verão, então não temos muita escolha. A gente se arrisca da mesma forma que o efetivo masculino, estamos todos do mesmo lado, independente se é homem ou mulher, as funções são as mesmas...Tudo bem que tem um pouco de preconceito, mas isso faz parte, é um meio mais masculino, a relação tem que ser amigável, afinal temos que trabalhar juntos, somos uma equipe. (...) Aqui na operação verão a coisa é mais tensa, porque você não conhece direito com quem trabalha, e isso é ruim, porque não confiamos na pessoa, nem conhecemos direito, então você não sabe se a pessoa é certinha, se trabalha direito, ou se é corrupto, então dá um pouco de medo. Nessa área nossa, qualquer coisa dá processo, então todo cuidado é pouco. O negócio é resolver o problema logo no começo, pra evitar complicações, mas logo os caras percebem se você é ponta firme ou não. Acho que o problema maior é lidar com a parte investigativa, sendo que já pegamos o bonde andando, não acompanhamos o caso desde o início. Infelizmente as instituições

> não são unidas, não existe um diálogo, pra coisa funcionar melhor...” (Isabel)

Fato perceptível são as “desigualdades de gênero” entre os próprios colegas de trabalho, relacionadas a questões da vida privada, no que tange à sexualidade e orientação sexual, conforme relatos nas diferentes categorias:

> “...nesta área de segurança tem muito disso, se a mulher é vaidosa é vagabunda, se é homossexual é machorra e o homem é pior ainda, é taxado de mulherzinha, o preconceito, é muito pior. Os gays masculinos levam a pior, viram motivo de chacota, ninguém que trabalhar junto, os caras heteros são muito machistas, eles têm medo que os gays deem em cima deles, falam que vão descer porrada. Então dentro da instituição tudo é muito escondido, os gays têm medo de se assumirem, é bem complicado, porque os caras dividem alojamento, tem uns que até tem casamento de fachada, você percebe, mas ninguém se mete, se o cara não quer contar problema dele, mas rola um monte de piadinha. Tem também a negociação das escalas, se você é protegida de alguém aí tá de boa, tem feminina que sai com oficial só pra se dar bem nas escalas, pra se privilegiar mesmo, eu não me sujeito a isso, prefiro pegar escala ruim mesmo...” (Fernanda).

> “…nunca tive problemas com discriminação, desde que cheguei aqui já fui falando logo de cara que eu era homossexual, pra evitar os ti ti tis, então os colegas de serviço trabalhavam comigo, acho que me consideravam um deles [um homem], não que eu seja masculina, bem pelo contrário, eu adoro ser mulher. Mas quando eu contava que era gay o negócio já mudava, os caras confiavam em mim, diziam que eu era ponta firme, que poderiam contar comigo, até falavam comigo sobre mulheres, perguntavam se eu achava fulana bonita. Ficavam perguntando o melhor jeito de chegar em uma mulher, eu dava muita risada, achava bem divertido...” (Sandra).

É no mínimo interessante observar o perfil de cada profissional, independente do gênero, pois são instituições mistas, e por vezes acabei presenciando situações atípicas. Um deles foi observar o impacto da farda, o chamado “fetiche pela farda”, o símbolo que ela representa, na fala de alguns profissionais masculinos “até o mais feio fica bonito”, e vice-versa. Corpos masculinos e femininos são alvo da cobiça, o que por sua vez, acaba resultando em problemas, se estendendo às suas relações conjugais.

Outro fato notório foi a questão do sexismo, o qual esteve presente sob forma hostil, que envolve a crença de que as mulheres se utilizam de sua “frágil” condição para obterem privilégios, enfatizando características supostamente naturais da mulher, que demandam proteção.

Renata, uma das profissionais que compõem o quadro efetivo da Operação Verão, oriunda de outro município, relata que acha um absurdo o comportamento de algumas mulheres da corporação, que os colegas homens acabam generalizando todas em detrimento do comportamento de algumas:

> “…Acho o cúmulo algumas não se darem ao respeito, acabam estragando nossa imagem, o pessoal generaliza e acha que todas são vagabundas ou frescas e que não tem competência pra trabalhar. Acho que vida profissional é uma coisa, pessoal é outra, não dá pra misturar. Eu me dou o respeito, desci para trabalhar, não pra fazer festa, odeio gracinhas de colegas de serviço que acham que mulher é sexo frágil, eu trabalho melhor do que muito homem por aí. Mas isso é culpa de algumas mulheres mesmo, porque passam a noite festando, saem cada dia com um cara diferente, não tenho preconceito, quer sair saia, mas se dê o respeito pelo menos. Eu trabalho direito, agora tem mulher que se folga, não quer tirar escala porque saiu com fulano que comanda a equipe, ah daí não né, não é justo. Por isso que os caras dão em cima valendo, acham que todas são iguais. Eu tive sérios problemas com a questão do assédio, foi coisa feia mesmo, mas prefiro não comentar, sabe como é nunca se sabe o que vai acontecer, tenho medo de perseguição. Por isso ser mulher nessa profissão é complicado, porque além de você ter um direito seu violado, ainda tem que ficar calada porque sofremos perseguições. O pessoal costuma dizer, denuncia, representa contra, vai pra imprensa, mas não tem a mínima noção do que é na realidade, permanecer no emprego, com trocentos superiores te perseguindo, porque um deve favor pro outro, você acaba sendo transferida, e vai ser perseguida pro resto da vida, até não aguentar mais e pedir baixa ...” (Regina).

Neste sentido é visível que esta é uma realidade de várias profissões, não somente da segurança pública, mas especialmente daquelas associadas tradicionalmente à hegemonia masculina, onde as diferenciações e desigualdades de gênero parecem mais rígidas.

Com a entrada das mulheres na segurança pública passou-se então a buscar-se outros valores condizentes com a realidade atual, focando-se mais na inteligência, na capacidade de resolução de conflitos e na redução de potenciais situações violentas e conflituosas, na aposta do diálogo.

O caso a seguir, narrado por uma das interlocutoras chaves, é rico-informante, pois a partir desta narrativa, ocorre a quebra de um paradigma, especificamente quanto ao atendimento à ocorrência de Maria da Penha:

> "...as mulheres de modo geral, são menos violentas, apostam mais no diálogo, são mais humanas e racionais ao tentar resolver conflitos. Não que não tenha mulher violenta e agressiva, tem, tem muito, mas em geral elas são mais tolerantes do que os homens, dependendo do tipo de ocorrência. Tentam conversar, são mais pacientes, menos em ocorrência de Maria da Penha, onde os masculinos são mais tolerantes que nós. Neste tipo de ocorrência nós (femininas) temos que tomar partido, tomar a rédea da situação, porque muitas vezes a mulher se faz de vítima, chorando, esperneando e gritando, daí quando o policial masculino se sensibiliza, principalmente quando a mulher está lesionada, e este vai efetuar a prisão do marido de uma forma mais enérgica, a mulher pula no policial e ainda entra com ação contra ele, alegando que o policial foi muito rude com o marido. Em 90% dos casos que atendemos, tanto a mulher quanto o homem estão embriagados. Por isso neste tipo de ocorrência, os policiais masculinos preferem a presença da policial feminina, pois não nos sensibilizamos tão facilmente com a situação, sabemos conduzir melhor a situação, pra evitar futuras encrencas..." (Carolina)

Os relatos nessa perspectiva repetiram-se inúmeras vezes, durante o decorrer da pesquisa de campo, tanto com as profissionais oriundas de outros municípios, quanto com as que residem no próprio litoral, o que me chamou muito atenção. Ao longo de doze meses de pesquisa de campo, pude constatar que realmente é isso que de fato acontece, na prática, pelo menos neste território do litoral Paranaense.

O que vem refutar o fato de que a mulher vítima de violência doméstica, sente-se mais segura, acolhida, quando atendida por uma policial feminina. Pois neste tipo de ocorrência, a vítima na maioria das vezes dialoga com o policial masculino, justamente por ele se compadecer mais com sua situação. Já à policial feminina cabe a condução da situação, a conversa direta e objetiva. No caso se a vítima não quiser representar contra o agressor a situação tende-se a resolver no próprio local, não chegando até a delegacia.

Neste momento, me surgiram várias questões: Porque o papel do acolhimento[13] é atrelado majoritariamente ao feminino? Porque o masculino também não pode ser acolhedor? Quais as raízes de tais pressupostos que parecem tão cristalizados em nossa sociedade? Mais uma vez voltamos as questões de gênero.

Importante ressaltar, que as profissionais femininas atuantes no período da "operação verão" não caracterizam especificamente as opiniões ou maneira de trabalhar da polícia do litoral do Paraná, justamente por seu efetivo ser composto por mulheres oriundas de várias regiões, não somente de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.

A coleta das entrevistas foi realizada no período laboral dessas profissionais, em diversos pontos, muitas vezes sob o sol escaldante. As temperaturas dessa temporada de verão de 2014/2015 foram muito altas, o que me fazia pensar em como aquelas mulheres suportavam o calor extremo com aquelas fardas e botinas. O calor era tanto, que quando eu fazia alguma anotação no caderno de campo, era só borrão, pois eu transpirava muito, estava muito quente mesmo. Neste dia, especificamente os termômetros marcavam 40ºC, com sensação térmica próxima de 59ºC, perto das 16:00 horas. As entrevistas eram interrompidas com frequência, para que a profissional atendesse alguma solicitação ou resolvesse algum conflito e posteriormente retornasse para nossa entrevista, de onde havíamos parado.

Várias interlocutoras relataram em seus discursos que se sentem menos humanas, em virtude das violências vivenciadas no dia a dia, das relações de poder, das hierarquias, e principalmente sobre a questão psicológica, que por defesa acabam se tornando mais frias, criando uma espécie de escudo protetor, encarnando um personagem ao vestir a farda, deixando sua razão e a emoção para trás, nas palavras da interlocutora:

> "...tenho que treinar a insensibilidade todos os dias, senão entro em choque, tento ser o menos humana possível, pois como lido com presidiários e familiares não posso me deixar levar pela emoção, este sentimento tem que ficar guardado..." "...Já fui muito criticada no trabalho, porque tratava as famílias [os familiares de presos, que vão visitar os pesos] com educação, somos treinadas

[13] Conforme Signorelli (2011), o termo "acolhimento" é muito utilizado na área de saúde, trata-se de um modelo de atenção centrado em outros aspectos, para além dos biológicos, sendo, portanto, comumente denominado por profissionais de saúde como biopsicossocial ou psicossocial. Tal modelo elege o "acolhimento em saúde" como uma das estratégias de reorientação do sistema de saúde e das relações entre os atores que compõem tal sistema.

> pra não dar conversa, não criar intimidade com nenhum deles, nem preso, nem parente, tem que ter certo distanciamento. No começo achava meio injusto, mas depois de anos na profissão acostumei. Já vi colega de trabalho dar notícia de morte de parente pra preso com a maior frieza possível, alguns até davam risada..." "...essa profissão acaba deixando a gente mais fria, eu por exemplo, encarno duplo papel, uma como se fosse um personagem e a outra quem realmente sou, mas não é fácil não, porque não sou um robô, que tem um botão de liga e desliga..." "...a sociedade é preconceituosa, quem é da área de segurança é mal visto, nós [tanto as profissionais femininas, quanto os masculinos] temos fama de "caceteiros" a própria mídia faz questão de detonar com a gente, mas eles esquecem que também somos seres humanos, temos nossos direitos, e que cada um é de um jeito, e a mídia generaliza todo mundo... (Verônica)

O campo da segurança pública interfere diretamente na maneira de ser do sujeito que trabalha nela, seja homem ou mulher. Fazer parte desta categoria profissional, significa moldar-se aos requisitos para melhor desempenhar a sua função, mesmo que para isso seja necessário assumir um personagem para resguardar sua verdadeira identidade[14].

Segundo Gomes *et. al* (2003) pressupõe-se que o ser policial se constitui a partir de sucessivos espelhamentos, envolvendo a inter-relação entre a auto percepção do policial sobre sua identidade profissional e a imagem da polícia projetada por ele na sociedade.

As mulheres entrevistadas também abordaram sobre o estigma de quem trabalha no campo de segurança pública, falando sobre sua imagem, sobre como a sociedade vê a imagem dos profissionais de segurança, principalmente dos policiais. Na seguinte narrativa percebemos a preocupação da interlocutora:

> "...nossa profissão é de risco, somos um alvo ambulante, temos que ficar alertas o tempo todo, cuidar até da sombra. Eu só saio armada, até em horário de folga, a gente fica muito rotulada. Não tem como separar a vida pessoal da profissional. Aqui [na operação verão], o efetivo é maior, então fico mais tranquila, se precisar de apoio é mais fácil. O duro é aguentar as críticas, a falsa imagem que as pessoas têm da gente, a mídia detona e lança a semente do mal, e a população responde a isso. Aqui na operação verão o que mais fico indignada de atender de

[14] Romeu Gomes e Edinilsa Ramos de Souza (2013), abordam a questão da identidade dos policiais, "as opiniões sobre a instituição em que vivem e os sentidos atribuídos por esses trabalhadores ao seu ofício podem ser uma via de acesso para a compreensão, tanto do significado de ser policial quanto do cotidiano no exercício desta identidade profissional".

> ocorrência, é criança perdida na praia, porque os pais assustam as crianças, isso mesmo, elas tem medo da gente [polícia], aí quando precisam de uma ajuda elas entram em pânico...” “...uma vez atendi uma situação que a criança gritava tanto quando chegávamos perto, que tivemos que colocar ela na viatura pra procurar os pais, e a criança chorava e gritava sem parar, desesperada o tempo todo, eu tentava conversar, mas não tinha o que acalmasse. Quando encontramos os pais dela [da criança] em conversa com a mãe, pude perceber que ela assustava a criança, que fazia ameaças, tipo, se você não comer tudo ou obedecer eu vou chamar a polícia, ou a polícia vai te pegar. Acho o cúmulo quem faz isso, não somos monstros, ou bicho papão, sempre faço questão de tratar bem as crianças, pra que elas confiem na polícia, porque se ela precisar um dia, sabe que pode contar com a gente. O que me deixa feliz é que tem o outro lado também, as crianças vêm sorrindo cumprimentar a gente, dão tchau, a gente escuta eles dizendo, olha mãe ela é uma policial mulher, tem criança que que faz questão de cumprimentar, dar oi pra gente, faz perguntas, isso é gratificante...” (Silvana)

Neste sentido, a interlocutora problematiza a questão da imagem negativa que sociedade tem da polícia, por vezes influenciando na questão do bom atendimento à população.

3. SEGURANÇA PÚBLICA E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

> O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, etc. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (AMARTYA SEN, 2000, p. 19).

Assim, a democracia, os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e deliberações públicas), e disposições sociais como educação, sistema de saúde e segurança pública, são elementos constitutivos e intrínsecos ao processo de desenvolvimento.

No Brasil, na última década, a segurança pública ganhou enorme visibilidade pública, passando a ser discutida e refletida, não só na área acadêmica, pois se constitui em um grande desafio, e também não somente para a polícia, mas para toda a sociedade civil. Tal ascensão na agenda de políticas públicas demonstra, a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania, pois os instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência têm sido insuficientes para proporcionar os patamares de segurança almejados pela população.

Considera-se segurança pública um “processo articulado, caracterizado pelo envolvimento de interdependência institucional e social”, enquanto, a política de segurança pública pode ser definida como “a forma de instituir mecanismos e estratégias de controle social e enfrentamento da violência e da criminalidade, racionalizando as ferramentas da punição” (ADORNO, 1996; BERGOCHEA *et. al*., 2004; SAPORI, 2007).

A questão de segurança pública é considerada uma demanda social, a qual necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser de fato efetivada. O Estado deveria garantir o fortalecimento da capacidade em gerir a violência, investindo na capacitação gerencial, no âmbito das políticas públicas de segurança, aliadas a sociedade civil, e principalmente no incentivo ao meio acadêmico, com produções relevantes, que subsidiem ações eficazes para a área de segurança pública.

Neste sentido, Norbert Elias (1994) em sua obra “A teoria sociológica”, aborda a relação entre indivíduo e a sociedade. Um não pode existir sem o outro, nem um se pertence, coexistem ambos. Sem indivíduo não tem sociedade, sem sociedade não tem indivíduo. O autor entende que “a vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994, p. 20), “não somos certamente bons uns com os outros”.

Em sociedade a maioria das pessoas não se conhece, porém existe uma ordem oculta que não é perceptível pelos sentidos, porque “cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar” (ELIAS, 1994, p. 21), no processo de construção de teias de interdependência que dão origem a configurações de muitos tipos: família, aldeia, cidade, estado, nações.

Este conceito pode ser aplicado onde quer que se formem conexões e teias de interdependência humana, isto é, em grupos relativamente pequenos ou agrupamentos maiores. Talvez a dificuldade resida na complexidade de se investigar algumas configurações decorrentes do fato de que as cadeias de interdependência são maiores e mais diferenciadas. Nesta tentativa de entender o que se passa na contemporaneidade, o autor aponta o papel central do Estado moderno, desde o século XVIII.

Manuel Castells (1999), em sua obra “A sociedade em Rede”, contribui na compreensão do novo mundo que se apresenta para todos nós em suas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesta nova sociedade informacional, há pouco espaço para quem não se informatizou, para os grupos que consomem menos e para os territórios não atualizados com a comunicação, pois quando a rede desliga o “ser” individual ou coletivo, este se constrói sem a referência global.

Daí a importância da existência de uma rede articulada entre as subdivisões de segurança pública, fator primordial ao desenvolvimento de um território, de forma a vencer os desafios enfrentados no século XXI, com ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social. Com as polícias trabalhando de forma articulada e informatizada, afim de agilizar e dar continuidade ao atendimento à população, garantindo a segurança individual e coletiva de forma eficaz.

As altas taxas de criminalidade só aumentam a sensação de insegurança que assola o país, principalmente nos grandes centros urbanos num primeiro momento,

mas que atualmente se estende também às regiões menos abastadas, o interior e inclusive regiões rurais.

> A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA *et al*., 2004, p. 120).

A segurança pública é um processo sistemático, pela necessidade de integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais, seus compromissos e objetivos devem ser otimizados, pois dependem de decisões rápidas. Suas agendas implicam em medidas preventivas e saneadoras, com resultados concretos para a sua eficácia. Não pode ser tratada apenas como medida de vigilância e repressão, mas como um sistema integrado e otimizado envolvendo proteção, prevenção, justiça e defesa dos direitos. Nem tão pouco considerada um fator isolado e limitado, ou seja, um problema apenas das instituições de justiça, polícias e presídios.

O Estado deve trabalhar em prol do fortalecimento da capacidade em gerir a violência, com políticas públicas bem elaboradas e adequadas no combate a violência, aliadas a sociedade civil, principalmente no incentivo acadêmico, com produções relevantes que subsidiem novas ações para a área de segurança pública.

O grande problema, é a falta de mecanismos coordenados para a implementação com eficácia e eficiência das políticas públicas na área de segurança pública. Seriam necessárias ações combinadas com a sociedade civil afim de garantir o pleno funcionamento dessas políticas preventivas, assim seriam reduzidos os gastos com segurança pública, violência e saúde, já que a violência impacta diretamente neste setor.

De acordo com o 8º Anuário de Segurança Pública (2014), conforme Figura 13, o Brasil gasta o equivalente a 5,4 % do PIB brasileiro com custos de segurança pública, violência e prisões.

Figura 13 - Custos nacionais com violência e segurança pública
FONTE: 8º anuário de Segurança pública Copyright© Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os assassinatos vêm aumentando de forma alarmante no Brasil. Em 2013 a cada 10 minutos uma pessoa foi assassinada no país. Contabilizamos 53.646 mortes violentas, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, 1,1% superior ao ano de 2012, ano em que foram registradas 53.054 mortes violentas. Foram contabilizados 50.320 casos de estupros, em que 35% das vítimas relataram o episódio a polícia.

O número de pessoas encarceradas no Brasil, em 2014, referência jun./2013 e jun./2014, 9º anuário de segurança pública 2015) atingiu 607.373 pessoas, conforme pode ser observado na Figura 14:

Branca				Negra				Parda			
2013		2014		2013		2014		2013		2014	
Ns. absolutos	% (1)	Ns. absolutos	% (1)	Ns. absolutos	% (1)	Ns. absolutos	% (1)	Ns. absolutos	% (1)	Ns. absolutos	% (1)
176.137	35,3	77.096	31,3	86.311	17,3	44.715	18,1	221.404	44,4	120.766	49,0

Figura 14 – Perfil dos presos do sistema carcerário, por cor da pele/etnia
FONTE: 9º Anuário de Segurança Pública Copyright© Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Nas palavras de uma interlocutora observamos em sua fala a problematização dos dados:

> "...os dados geralmente não condizem com a realidade, principalmente em regiões turísticas, a mídia não divulga para não assustar os turistas, em nosso município em 4 meses tivemos 10 homicídios, isso é muita coisa pra um município pequeno, de 20 a 30 mil habitantes, vários policiais também são mortos em serviço, e esse número quase não aparece nas estatísticas..." (Dirce)

Os números são expressivos, porém, as profissionais de segurança pública relatam que os dados são incipientes, que nem todas as ocorrências são registradas, ou que nem toda vítima recorre aos serviços policiais e delegacias. Um assunto que merece atenção é a vitimização e letalidade policial, conforme mostra a Figura 15:

Figura 15 – Vitimização e letalidade policial 2013.
Fonte: 8º anuário de Segurança Pública (2014) Copyright© Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em 2015, 398 policiais foram mortos, ao menos um por dia. Este número significa 2,5% de redução de policiais mortos em relação a 2013. Porém,

necessitamos tomar cuidado com as estatísticas, pois nem todos os dados são computados e disponibilizados, muitas informações são incipientes. O número de mortes aumentou, porém, a criminalidade tem se dissipado rapidamente. Se compararmos Brasil e Estados Unidos, temos duas realidades bem distintas.

Os Estados Unidos, tem uma economia fortalecida, altos índices de industrialização, elevado nível tecnológico, além de suas populações apresentarem indicadores sociais elevados, tais como boa qualidade de vida, bons rendimentos, baixos níveis de analfabetismo, boa expectativa de vida, entre outros. A segurança pública é um fator bem significativo, diria primordial, no país, com instituições e efetivos trabalhando de forma articulada em prol da manutenção da lei e da ordem do país. Já o Brasil, possui uma economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, enormes disparidades políticas, econômicas e sociais entre a nação, deixando muitas delas marginalizadas no cenário mundial. Em nosso país a segurança é sucateada, tanto em efetivo quando em equipamentos, e a violência e criminalidade se dissipam de forma assustadora. Ao indagar as profissionais de segurança pública entrevistadas, acerca da violência policial Brasileira, algumas narrativas emergiram:

> "...a polícia brasileira comparada com algumas outras, no geral, é bem violenta, mas nossa dinâmica operacional é diferente. Temos que analisar, que no Rio e São Paulo, por exemplo, tem muita favela e a guerra do tráfico é bem intensa, nas grandes capitais o combate é maior. Em Curitiba, morre muito polícia, tanto no serviço quanto fora, é só ver os jornais. Eu acho que essa situação mudou muito, de uns tempos pra cá, hoje a polícia tem medo de trabalhar, sim, porque tudo dá processo. Eu penso duas vezes antes de fazer qualquer coisa, não me arrisco, ganho muito pouco pra pagar advogado. Converso com muita gente que trabalha na segurança pública, a situação é geral, pior ainda é nas cadeias e presídios, agir de forma truculenta é pedir pra perder o emprego. Só acho injusto a população e imprensa, só prestar atenção no bandido, porque quem trabalha combatendo a criminalidade é esquecido. Quantos policiais são vítimas, quantos agentes são reféns, e isso não para aí, ainda se estende pras nossas famílias. Não temos apoio nem dos que comandam a gente, essa área é triste de trabalhar. Está tudo errado mesmo, tá na hora do povo acordar, e perceber que não existe segurança, a violência e o crime estão ganhando cada dia mais. Eu te digo, não quero ter filho, não mesmo, não tenho coragem de colocar uma criança nesse mundo violento, onde nada funciona, inclusive a lei. Pergunta pra qualquer profissional que trabalhe com segurança se ele acredita na lei? Independente do lugar, o papo é sempre o mesmo: Conversa pra boi dormir..." (Larissa)

> "...o pessoal não tem educação, danificam o patrimônio público, quebram as coisas, picham, as vezes você chama atenção, aborda, mas dependendo do comportamento você tem que agir de forma mais enérgica, senão ninguém respeita. Então se o infrator for violento você também tem que ser, senão não tem como conter. Se a população tivesse consciência, não seria necessária essa fiscalização intensiva..." ..." Eu penso assim, não faça pro outro o que você não quer que façam pra você, mas todo mundo só pensa no próprio umbigo, por isso a criminalidade aumenta, a corrupção, porque cada um quer tirar vantagem pra si..." (Tereza)

A realidade da segurança pública brasileira é preocupante, o que corrobora para a confirmação de que nosso país precisa, com urgência, investir em políticas de segurança pública a nível preventivo. E para o sucesso dessa implementação, deveria ser levado em conta questões territoriais sobre as quais essas políticas preventivas iriam incidir, uma vez que a dinâmica e especificidades regionais podem tornar uma política inviável e comprometer a continuidade dos trabalhos que já são realizados a nível local. Ou seja, uma política de segurança pode ser eficaz para um determinado local, e se implementado em outro a garantia de sucesso não necessariamente será a mesma.

Elizabeth Leeds[15], aponta que a segurança pública, de todas as arenas de políticas públicas, é a mais difícil de mudar:

> "Com exceção da mudança nominal e simbólica do papel da polícia, deixando de ser responsável pela segurança nacional e assumindo a responsabilidade da segurança pública – ou seja, de protetora do Estado passou a proteger os cidadãos –, a Constituição de 1988 manteve inalteradas as instituições policiais, tendo por base o modelo implantado em 1964, no início do regime militar. O artigo 144 da Constituição manteve a responsabilidade primária da polícia com a segurança pública na esfera estadual, assim como preservou a estrutura hierárquica da Polícia Militar e o seu papel na manutenção da ordem "nas ruas". A função investigativa exclusiva da Polícia Civil foi mantida, sem muita comunicação ou coordenação com a Polícia Militar." (ELIZABETH LEEDS, 2013, p.135)

A autora ainda fala que os dois serviços policiais com maior impacto na segurança pública do cidadão, é a polícia militar e a polícia civil, pois, refletem a história e cultura de seus respectivos estados e regiões, com variantes

[15] Pesquisadora Associada no Centro para Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Sênior Fellow do Washington Office on Latin America - WOLA para o Brasil e Presidente de Honra do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

consideráveis quando se trata de mudanças institucionais. Por isso, a dinâmica territorial, influencia de forma direta a segurança pública. Cada Estado tem a sua maneira de implementar e formular as políticas públicas.

O grande problema na área de segurança pública, é que as políticas públicas de segurança, são em boa parte, políticas de governo e não políticas de Estado. Elas geralmente, são decorrentes de momentos políticos específicos, quando as visões do governo com suas coalisões políticas, permitem o avanço ou a implantação de políticas inovadoras e eficazes, o que muitas vezes, é descontinuado com a troca de gestão. Ou seja, acaba-se por implantar uma mesma política para diferentes dinâmicas territoriais, o que evidentemente não funciona. Por isso, em nosso país, as políticas inovadoras e eficazes dificilmente conseguem institucionalizar-se de modo permanente.

A participação da sociedade civil é de fundamental importância para a discussão e implementação das políticas de segurança pública, de natureza proativa e progressista, substituindo as políticas reativas às crises de segurança que vivenciamos no cotidiano. O Estado e a sociedade, devem exercer papéis cruciais na definição das estratégias políticas e de poder, que legitimam o processo pelo qual se desenvolvem as políticas públicas.

Dito isto, Pereira (2009, p.96):

> (...) trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva na qual tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos.

O Plano Nacional de Segurança Pública, de 2000, foi considerado a primeira política Nacional e democrática de segurança, com foco de inovação tecnológica. Estabeleceu um marco teórico significativo na propositura da política de segurança pública no âmbito nacional, objetivando a articulação das ações repressivas e preventivas da criminalidade no país.

A partir de 2007, um novo programa surgiu: o Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, um programa do Governo Federal em parceria com os estados da federação. Tinha como objetivo as ações combinadas de políticas sociais para a prevenção, controle e repressão à criminalidade, principalmente em áreas com altos índices de violência. Daí surge o conceito de

segurança cidadã, “envolvendo várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações” (FREIRE, 2009, p.105-106).

Nesta perspectiva de democratização da política de segurança pública, com efetiva possibilidade de exercício da cidadania, nas palavras do autor:

> “...a perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de segurança cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p.107).

Nesta última década, surge o Fórum de segurança pública, com a missão de criar espaços de diálogos, com veículo independente e apartidário, pautado na reforma da segurança pública, articulando e fomentando a transparência, com avaliações objetivas das políticas.

O processo de implementações do Pronasci e ampliação das discussões da 1ª Conseg (Conselhos Comunitários de Segurança) resultaram na reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). Apesar de seus limites estruturais, essa ampliação dessas discussões, são indicadores positivos nos avanços das políticas públicas.

O anuário de segurança pública se originou deste Fórum de segurança pública, mas as análises apontaram problemas e reforçaram ainda mais a necessidade de um aperfeiçoamento nos métodos de coletas de dados e também na transparência das políticas de segurança pública.

3.1 Segurança pública no litoral Paranaense

No verão tudo fica diferente, a dinâmica territorial do litoral muda completamente, as pacatas cidades praianas, dão espaço a agitada e barulhenta cidade, onde turistas e proprietários de imóveis vem desfrutar da temporada de verão. As ruas estreitas e tranquilas, incorporam um trânsito caótico, onde a bicicleta é a salvadora da pátria de muitos.

As temperaturas são extenuantes, a sensação é de estar literalmente derretendo. A orla marítima é o alvo de disputa de todos, tanto turistas quanto moradores locais. A faixa de areia, fica lotada com coloridos guarda-sóis, onde famílias e amigos se reúnem para desfrutar as férias de verão.

O calçadão da avenida principal transforma-se em um diversificado mosaico humano, gente de todos os cantos do Brasil e também de fora, num interessante intercâmbio cultural, o famoso tererê e o chimarrão são bastante apreciados.

Essa dinâmica territorial, é bem impactada principalmente pelo quesito segurança pública, onde a presença notória do policiamento nas ruas e em pontos fixos nos calçadões da orla marítima era contratante. Tínhamos os turistas, com trajes de banho ou com roupas leves, alguns pedalando, outros correndo e andando de patins; e os policiais com roupas pesadas e impróprias para o verão, usando fardas, coletes balísticos e botinas de couro, com armas na cinta. Este contraste facilitava a vida dos turistas, porque o efetivo da segurança pública era de longe avistado.

Policiais femininas fardadas, também circulavam pelas areias, distribuindo pulseirinhas de identificação para as crianças, para evitar que estas se perdessem. Quadriciclos da polícia militar trafegavam pela beira da praia, para garantir a segurança dos banhistas. Viaturas policiais circulam por toda parte, o giro-flex das viaturas podia ser avistado de longe, principalmente nos horários noturnos.

Em aproximação com o campo de pesquisa, em contato com as profissionais femininas, pude perceber que as guardas municipais eram mais receptivas, o contato era realizado de forma mais fácil. Com as policiais militares o contato se deu de forma mais arredia, as mulheres eram mais sisudas, o contato só era efetivava de fato, ao relatar que também fui profissional da área de segurança pública por durante quase sete anos. Com as policiais civis foi mais difícil, porque as mulheres eram a minoria, e sempre estavam atarefadas, tendo que realizar as entrevistas entre um turno e outro de serviço. A abertura foi mais complicada, a maioria questionava o motivo da pesquisa, se iria ser publicada, e liam atentamente o termo de consentimento antes de assiná-lo.

No litoral Paranaense, são explícitas as diferentes territorialidades, da desigualdade de oportunidades, principalmente na questão de segurança pública, onde não existem políticas específicas de atuação, se resumindo apenas na intitulada “Operação Verão”.

A operação verão, é uma ação integrada do Governo do Estado do Paraná, com os municípios litorâneos, para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores do litoral, e dos veranistas que visitam as praias paranaenses neste período.

Estão envolvidas nestas ações, as secretarias de Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Esporte e Turismo, Comunicação Social e Infraestrutura e logística, além da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros, Copel (Paranaense de Energia), Sanepar (Empresa de saneamento básico), Simepar (Sistema Metereológico do Paraná), DER (Departamento de Estradas e Rodagem), ITGC (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências) e IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Referente a atuação diretamente nas ruas, encontram-se os burocratas de nível de rua, a Polícia Civil e a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Grande maioria deste efetivo, são oriundos dos diversos municípios Paranaenses. Este efetivo, desloca-se ao litoral, para reforçarem a segurança local, totalizando na temporada de 2014, num efetivo de cerca de 158 policiais civis, 1929 policiais e 966 bombeiros. Onde somente cerca de 10% é composto por profissionais femininas.

O efetivo feminino é muito inferior ao masculino, totalizando apenas 12%. Soares e Mussumeci (2004) abordam esta questão em sua pesquisa Polícia e Gênero: participação e perfil das polícias femininas nas PMs Brasileiras, garantindo a participação de apenas 7% no efetivo nacional.

Outro estudo realizado por Andréa Schactae (2004), intitulado “Representações: a Polícia Militar Feminina no Paraná” aborda sobre a lenta, e difícil inserção da mulher na polícia do Paraná. A autora traz a dificuldade de pensar a presença da mulher em um espaço masculino, muitas vezes atendendo populações mais vulneráveis, como crianças e anciões.

No litoral paranaense, não existe uma delegacia especializada de atendimento à mulher, ao longo do ano, nem na operação verão, nas últimas temporadas a delegacia da mulher foi extinta, por falta de espaço físico. As mulheres vítimas de violência doméstica são atendidas na delegacia comum, porém com um tratamento diferenciado. Em conversa com uma interlocutora sobre a questão da violência contra a mulher a mesma relatou:

> “...recebemos muitas denúncias de violência contra a mulher, no geral. Mas não dispomos de dados sistematizados, não temos um banco de dados referente a este tipo de ocorrência, porque tudo é contabilizado em crimes contra à mulher, desde um roubo até ameaças, qualquer tipo de crime contra a mulher é configurado como Maria da Penha, então é difícil contabilizar. Os dados existem, porém, seria necessário um levantamento disso tudo, são várias delegacias...” (Cintia).

Podemos concluir que a segurança no litoral paranaense, é sazonal, a realidade territorial deste local, que dista apenas alguns quilômetros da capital do Estado, fica à mercê da própria sorte, nos períodos pós e pré-temporada, chegando a ter um efetivo de apenas 4 policiais por turno de serviço/por município, com uma única viatura, para atender por volta de 30 mil habitantes. Este fato contribui para a sobrecarga de trabalho das policiais, não só femininas, o que vem a corroborar com o adoecimento desta categoria profissional. Tal fato pode ser observado na seguinte narrativa:

> “...a segurança pública no litoral é precária, a escala é puxada, tem pouco polícia, feminina então tem uma em cada equipe. A gente não pode nem ficar doente, senão acaba prejudicando o pessoal da equipe. Não temos viaturas pra trabalhar, volta e meia quebra, porque não tem manutenção, tem viatura que chove dentro, não tem nem cinto de segurança, pneu careca, uma época nem combustível tinha. É essa segurança pública é complicada, a gente não tem recurso pra trabalhar direito, nem sei quando atirei pela última vez, acho que foi na época de escola, nunca mais tive um treinamento. Na temporada a gente conversa com as polícias que vem de fora, tá crítica a coisa, o problema é geral, não só aqui no litoral, tem lugar que é pior ainda. As PFEMs tão preferindo ficar internas, porque a escala é bem melhor, dá pra ter mais contato com a família, principalmente das que tem filho. Apesar de tudo eu gosto da minha profissão, gosto de ir pra rua, de fazer a minha parte, gosto de me sentir útil, se eu puder ajudar alguém é o que importa...” (Sinara)

Tendo em vista essa escassez de segurança, as limitações estruturais, a sensação de impotência das próprias policiais, com a sensação de medo que a população vive, as empresas de segurança privada ganham cada vez mais espaço no mercado capitalista, com aparatos de segurança pública, tornando-a um bem de consumo e uma indústria lucrativa.

Neste sentido, Bauman (2006) afirma que com a sensação do medo crescente da população, a indústria do consumo encontrou a mina de ouro que há

muito procurava. Para a indústria do consumo, “o medo é, plena e verdadeiramente um recurso renovável’, principalmente nos grandes centros urbanos.

Minayo e Adorno (2013) apresentam uma importante contribuição em seu artigo, a reflexão do policial como produtor e consumidor simultâneo da segurança pública. O policial compromete sua própria segurança para garantir a dos outros e paga um elevado preço por isso, conforme pode ser ilustrado no trecho a seguir:

> “...as corporações policiais poderiam ser configuradas como organizações nas quais o risco como escolha individual é previsível e inclusive desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais. Os profissionais que as compõem têm consciência disso. Seus corpos estão permanentemente expostos e seu espírito não descansa num sentido de alerta que as investigações demonstram. Em todas as pesquisas realizadas com policiais observamos que eles, ao mesmo tempo temem as dificuldades e sentem os perigos, relatam “o vício da adrenalina” que os mantém prontos para a ação...” (2013, p 588)

Os autores ainda abordam que a segurança coletiva não pode ser obtida negligenciando a segurança dos próprios agentes da lei, sob a cruel desculpa da sua suposta vocação para o heroísmo.

Um fator que foi bastante abordado nas entrevistas de campo, foi o aparato de segurança pública, dos equipamentos para o exercício da função: coletes balísticos vencidos, falta de fardamento, viaturas danificadas sem condições de uso, falta de comida no rancho (local onde os policiais fazem suas refeições no quartel ou delegacia), os policiais contam com a doação dos comerciantes locais para poder comer carne no almoço, mas o Estado não dispõe de verba para tal fim? Ou a verba é insuficiente? A falta de materiais para o desempenho da função, os baixos salários, e a insatisfação com a profissão, foram abordadas pelas interlocutoras. Estes fatores também foram relatados por pesquisas realizadas por Minayo *et. al* (2008) e Minayo e Souza (2003) nas categorias da polícia militar e também na polícia civil. Na opinião das autoras:

> “...Ora, o elenco de questões que geram insatisfação, a nosso ver, deveria merecer a reflexão dos gestores, sobretudo da Secretaria de Segurança Pública, uma vez que atinge as duas corporações. O trabalho mal remunerado, sem reconhecimento e sem perspectivas de crescimento profissional leva ao baixo desempenho no cumprimento das tarefas, o que se reflete na insatisfação da

> população. Esse subconjunto de temas aferidos negativamente e referidos nos últimos parágrafos traz como consequência um sentimento de frustração muito forte, que tem impacto sobre a saúde física e emocional dos policiais...” (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, p. 129.)

Durante a pesquisa de campo, pude visitar as instituições e repartições, verificando que as instalações eram precárias, geralmente adaptadas para o funcionamento durante a temporada de verão. As salas eram improvisadas, pequenas e sem ventilação. Raras as salas que tinham ar condicionado, na maioria das vezes o pessoal improvisava um ventilador.

O calor extenuante, tornava a vida das trabalhadoras mais difíceis. Pela falta de verba, o Estado não forneceu os uniformes adequados para o verão, então as policiais tinham que trabalhar com uma calça cortada, uma adaptação de bermuda, gandola ou camisa, colete balístico e botina com meias pretas. Os policiais rodoviários trabalhavam com botas de couro e calças compridas, também com coletes balísticos. Era visível a indisposição do efetivo, lembrando que na referida temporada, as temperaturas atingiram a casa dos 40ºC, com sensações térmicas maiores. Os uniformes mudavam de cor, devido a transpiração excessiva. O impacto era maior nas polícias militares e civis, devido aos coletes balísticos, que intensificavam ainda mais o calor. O efetivo que patrulhava no patrulhamento com motos, queimavam as pernas com o calor do escapamento.

4. VIOLÊNCIA(S)

O presente capítulo busca discutir sobre um tema complexo, que perpassa não somente o trabalho, mas também a vida pessoal das profissionais femininas de segurança pública: as violências. Adotou-se o termo em sua flexão no plural, pois a violência é múltipla, complexa, compreendida por diversas esferas, seja ela social, econômica, cultural, religiosa ou política. É um tema presente em nossos cotidianos, sendo que primeiramente era predominante em grandes cidades, todavia mais recentemente, estende-se com intensidade às cidades menores, gerando um sentimento de insegurança na população.

Portanto, refletir sobre esse problema é fundamental, já que se trata de grande desafio não somente para a área da saúde. Este estudo parte do pressuposto de que não há desenvolvimento sustentável concomitante à epidemia de violência em que vivemos atualmente.

A violência está hoje, entre as maiores causas de morbidade e mortalidade de muitos países do mundo, incluindo o Brasil (WAISELFISZ, 2008), e é própria da condição humana, possuindo facetas negativas e positivas e que seus referenciais variam de acordo com a sociedade em questão (DA MATTA, 1982). Os autores apontam que a dificuldade em conceituar a violência reside no fato de que os significados são socialmente construídos, e que esses significados variam de acordo com o momento histórico.

Hannah Arendt (2001) tem uma expressão muito interessante quando disserta sobre o problema em discussão: a violência serve para dramatizar as causas e trazê-las as considerações públicas.

A violência é estudada em distintas áreas do conhecimento, Sociologia, Psicologia e Saúde Pública, pois é um fenômeno de causalidade complexo. Envolve lutas pelo poder, domínio, posse, submissão e extermínio do outro ou de seus bens (MINAYO, 2006). Suas manifestações são aprovadas ou não, lícitas ou ilícitas, conforme normas sociais, mantidas por uso de costumes ou por magnificências legais da sociedade.

Diversos autores se debruçado sobre os estudos da violência bem como sua conceituação, Hannah Arendt (2001); Minayo e Souza (1999); Chauí (1984); Vilella 2000); Franco (1990); Rocha (2012), Waiselfisz e Maciel (2003); Chesnais (1981) entre outros.

> A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países (...). O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social (OPAS/OMS, 1994, p.5).

Segundo Agudelo (1990, p.1) "a violência afeta a saúde porque ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima".

Chesnais (1981) distingue no discurso contemporâneo próprio do imaginário social, três definições de violência que contemplam tanto o individual quanto o coletivo: 1) a violência física (homicídios, agressões, violações, roubos); 2) violência econômica (apropriação agressiva sobre o patrimônio ou bens); 3) violência moral ou simbólica (dominação cultural, perpetrada sobre os direitos dos outros).

Hofmann-Horochovski e Archanjo (2015), traçam um breve panorama, acerca da constituição cultural da violência, problematizando quatro questões que circundam a violência: 1) o processo de banalização da violência, fator que provoca sua naturalização, com algo intrínseco às relações humanas; 2) jovens aparecendo como os principais autores e vítimas da violência (principalmente por causas externas) como acidentes de trânsito e homicídio; 3) a violência comumente associada à pobreza, ou incapacidade do Estado em gerir e promover a segurança 4) uma relação estreita entre a violência e a violação aos direitos humanos:

> A explicação segue comumente por duas vias: a da incapacidade do Estado de garantir a qualidade de necessidades básicas, como saúde, educação e segurança; e a que associa violência e pobreza, criando estereótipos de marginais. Visões reducionistas que, aliadas ao questionável funcionamento do sistema judiciário, acabam gerando mais violência ao discriminar os que estão à margem da sociedade e que, não obstante, correspondem à maioria da população (HOFFMANN-HOROCHOVISKI, 2015, p. 54)

Para Minayo (1994; 2003) a violência é um fenômeno biopsicossocial, tendo como espaço de criação e desenvolvimento, as relações intergrupais e interpessoais

da vida cotidiana, seguindo uma tipologia. A autora lança que o termo mais adequado a ser utilizado seria violências, (no plural), porque abrange uma gama de fatores, expressados nas ações humanas de indivíduos, classes sociais e grupos, ocasionando em atitudes violentas, como mortes ou danos à integridade física, mental ou moral. Portanto, trata-se de uma realidade multifacetada e diferenciada.

A maior dificuldade em conceituar a violência, vem do fato dela ser um fenômeno cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma elevada carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Portanto, para entender a dinâmica da violência é importante a compreensão da visão, que a sociedade projeta sobre o tema.

Minayo (2005) aponta os tipos de manifestações que provocam sérias consequências para a vida pessoal e social das pessoas, destacando:

1 - Violência criminal: é praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e aos seus bens, constitui objeto de prevenção e repressão, por parte das forças de segurança pública: polícia, ministério público e poder judiciário. Ex: narcotráfico, tráfico de pessoas e de armas, exploração sexual. Geralmente é cometido vislumbrando o poder e dinheiro, os fatores que potencializam o aumento da violência criminal são, principalmente, corrupção e impunidade. A sensação de que o crime compensa, cria na sociedade um sentimento de impotência e alimenta o clima de desconfiança.

2 - Violência estrutural: diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades, sejam elas sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas, que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de algumas pessoas pelas outras. Mais cruel é a violência que mantém a miséria de grande parte da população do país.

3 – Violência institucional: realizada dentro as instituições, reproduzindo as estruturas sociais injustas, na forma como são ofertados, negados ou negligenciados os serviços públicos. Na voz de uma interlocutora, podemos observar o que a autora nos traz sobre a violência institucional:

> “...difícil falar sobre violência, convivo com isso todo dia, talvez ela tenha mudado meu jeito de ser e de pensar e também de ver as pessoas, não confio em qualquer um, sou bem ressabiada. O meio onde convivo é um ambiente onde todo mundo é violento, agressivo, é próprio da profissão, ela acaba deixando a gente assim. Acho que minha vida se resume em duas fases: uma quando eu era comum, e outra quando entrei pra essa profissão. Meu comportamento mudou, você sabe, já trabalhou nessa área, sabe do que to falando. A violência do dia a dia transforma a gente, não tem como ficar indiferente a tudo que vejo. Não posso falar tudo que já vi, mas olha tem coisa feia...” “...Em cadeia a vida é dura, até a fala da gente muda, tem que fazer vista grossa pra muita coisa, senão acaba ficando pinel. Minha vida daria um livro... [a interlocutora ri]. Na lei tudo funciona, mas na prática é tudo zoado, tem cada ordem absurda. Graças a Deus to quase me aposentando. Cansei dessa vida, na época que entrei, não tinha os direitos humanos, a barra era pesada pros presos, a violência era muito grande, principalmente por parte dos funcionários, teve muito problema com os terceirizados, o pessoal exagerava, era só pancadaria e castigos, os presos sofriam violência duas vezes, uma entre eles e outra dos funcionários. Hoje o pessoal é concursado do Estado, é mais de boa, os direitos humanos batem em cima, e os diretores cobram muito a questão da integridade física dos presos, senão dá problema pra gente, o bicho pega mesmo...(Dinorá).

4 - Violência interpessoal: é principalmente, uma forma de relação e de comunicação. Quando esse intercâmbio ocorre com prepotência, intimidação, discriminação, raiva, vingança ou inveja. Costuma produzir danos morais, psicológicos e físicos, inclusive morte. Importante distinguir conflito e violência, o conflito sempre existiu nas relações entre casais, entre pais e filhos, entre vizinhos, chefes e subordinados, por exemplo. Portanto, o que é grave no caso das interações pessoais, é a incapacidade de resolver os conflitos por meio do diálogo, da explicitação civilizada de pontos de vista diferentes, da compreensão das razões de cada uma das partes, primando, pela negociação, uma saída pacífica para os problemas.

5 - Violência intrafamiliar: a violência que ocorre no âmbito das relações familiares, sendo muito comum ocorrer dentro dos lares, sendo então denominada de violência doméstica. Nesse caso, o foco da análise e da compreensão é o espaço familiar. Na prática, a violência doméstica e violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema, ambos os termos dizem respeito aos conflitos familiares transformados em intolerância, abusos, opressão, domínio e posse geralmente dos homens sobre as mulheres.

6 - Violência auto infligida: assim são chamados os suicídios ou as tentativas, a ideação de se matar e as automutilações. No Brasil, cerca de quatro habitantes por 100 mil, em média, se suicidam, e um número difícil de se calcular tenta se auto infligir. Os números desse fenômeno em nosso país, são muito inferiores aos de outros países, sobretudo na Europa, Ásia e Estados Unidos. Mas os estudiosos da violência chamam atenção para o fato de que existe uma relação muito forte entre homicídios e suicídios: ambos expressam sintomas destruidores da sociedade.

Comparativamente, suas taxas podem não ser muito significativas, referente aos suicídios e as tentativas de autodestruição. Ambas têm aumentado entre os jovens, em muitos casos associadas com práticas de bullying e cyberbullying. Conforme relato de uma interlocutora que labora na patrulha escolar:

> "...os casos de bullying são bem comuns nas escolas, atendemos vários chamados das direções das escolas. Com acesso fácil às redes sociais, os adolescentes postam comentários maldosos e fotos mal-intencionadas. Pegamos uma situação, onde os pais, adolescentes e direção da escola, foram parar na delegacia. Um grupo de meninas postaram fotos nuas, no "*whatsapp"* [um aplicativo de celular] todas menores de idade, e isso viralizou. Deu um problemão, as fotos circulavam na escola, e as adolescentes não conseguiam lidar com o fato de que todos estavam sabendo da situação. Nós tentamos fazer a nossa parte, a patrulha escolar é bem atuante nas escolas..." ..." geralmente é isso que acontece, são jovens mal instruídos em casa, que não receberam educação adequada. Nós da patrulha escolar, trabalhamos direto com esses conflitos nas escolas, na verdade acho que isso não papel da polícia e sim da escola, nós ajudamos a mediar o conflito. O bullying contra homossexuais também é bem comum, um fato que me chocou bastante, foi quando recebemos um chamado para atender sobre uma situação. Chegando na escola, fui informada de que era para dar jeito, ter uma conversa séria com uma garota que estava apaixonada por outra garota. Gente, isso não é caso de polícia, a própria escola estava disseminando o preconceito, acho isso o cúmulo em pleno século XXI ainda termos uma educação falha, arcaica. Acho que deveria ser trabalhado esses temas na escola, a sexualidade, o bullying, o preconceito. Eu sempre ensinei minhas filhas, tenho duas, a nunca discriminar ninguém, sempre respeitar. Acho que a boa educação evita a violência, por isso acredito muito no poder que ela tem, se educarmos os jovens, certamente teremos menos problemas policiais, menos violências, porque se as crianças e os jovens tiverem uma boa educação, certamente nosso futuro será menos violento..." (Neiva)

Em vários relatos, oriundos do campo de pesquisa, pude constatar que as opiniões das profissionais eram bem semelhantes no tocante a educação, como uma ferramenta na tentativa para amenizar o problema da violência. Talvez alguns relatos se justifiquem, por parte das entrevistadas atuarem na patrulha escolar, de forma preventiva. Neste sentido, o relato da interlocutora atuante na patrulha escolar, vem de encontro ao trabalho realizado pelas pesquisadoras Patrícia Constantino, Simone Gonçalves de Assis e Joviana Quintas Avanci, em sua obra "Impactos da violência na escola: um diálogo com professores" que resultou no prêmio Jabuti 2011. As autoras trabalham a violência de forma interdisciplinar, onde a educação é uma parceira presente.

7 - Violência cultural: expressada por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados. Nessa categoria podem ser classificadas todas as formas de violência que são naturalizadas na cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade. Toda cultura tende a adotar como certos, alguns comportamentos e práticas, e a rechaçar outros. A violência cultural se apresenta inicialmente, sob a forma de discriminações e preconceitos, que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes. Nesse sentido, os grupos vulneráveis em nossa sociedade são principalmente: crianças e adolescentes, idosos, mulheres, LGBGTs, pessoas com deficiência, moradores de favelas e de rua, minorias étnicas e religiosas, dentre outros. Três tipos específicos de violência cultural, merecem atenção: o de gênero, o racial e contra pessoa com deficiência. Todos eles demonstram a dificuldade que a sociedade heteronormativa tem em conviver com diferenças e de ultrapassar os padrões falsamente tidos como normais. Nesta perspectiva é interessante ressaltar o Curso de Gênero e Diversidade na Escola – GDE, curso de formação continuada de profissionais da educação, realizado por Sierra e Signorelli (2014), Signorelli e Wanzinack (2015). O curso trata as temáticas de gênero, raça/etnia, e orientação sexual, possibilitando aos professores a construção de uma educação inclusiva.

As intersecções entre gênero e violências são também abordadas por diversas autoras, tais como Debert e Gregori (2008); Schraiber *et al.* (2005), incluindo não somente a violência física e a violência sexual, mas também a violência psicológica, que inclui humilhações, isolamento social e intimidações, assim como a violência verbal, entre outras modalidades. As diferentes

manifestações de violência de gênero se configuram em tema bastante complexo, que requer ainda mais o estudo e diálogo entre as distintas áreas do conhecimento, particularmente das ciências sociais e das ciências da saúde.

Aprofundando o escopo, com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do IBGE (2013), o Mapa de Violência 2015, aponta os homicídios de mulheres, no Brasil, conforme pode ser observado na Figura 16.

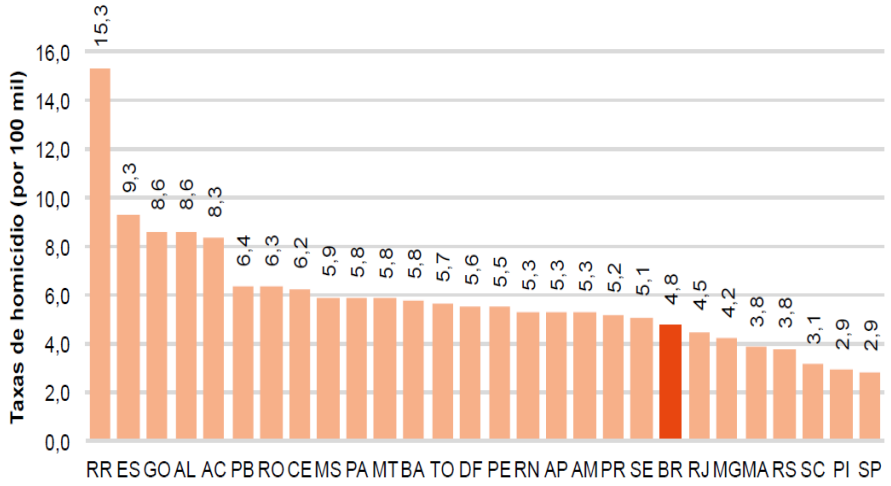


Figura 16: Ordenamento das UFs, feminicídios no Brasil (por 100 mil)
Fonte: Mapa da violência (2015)

Observando a Figura 17, o Estado do Paraná, ocupa a 19º posição, com 5,2 homicídios de mulheres (feminicídio), um número maior que a média nacional. Assumindo a liderança o Estado de Roraima, que destoa consideravelmente dos demais, com 15,3 %.

No período entre 2003 e 2013, o número de vítimas passou de 3.937 para 4.762 mulheres. A taxa nacional de feminicídio no ano de 2003 era de 4,4 por 100 mil, em 2013, apresentou um crescimento de 8,8%. Conforme apontam os registros do SIM, no período entre 1980 e 2013, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. De 1980 a 2006, o período que antecede a sanção da lei Maria da Penha, o crescimento foi de 7,6%, depois que a lei foi sancionada de 2006 a 2013 este número caiu para 2,6%.

Vale ressaltar, que a violência contra a mulher não é um fato novo. O que é recente, é a desnaturalização desse fato e preocupação com a superação dessa violência, como condição necessária para seu desenvolvimento humano.

Um dos maiores desafios relatados pelas profissionais de segurança pública, ao longo da pesquisa de campo, foi a falta de informações oficiais sobre estas mortes. De acordo com as interlocutoras, “as estatísticas não trazem (na maioria das vezes), o sexo das vítimas. Nos relatórios emitidos, apenas constam como homicídios”. Os dados extraoficiais, trazido pelas profissionais, revelavam índice alarmantes de violência no litoral paranaense, municípios pequenos com até 30 mil habitantes, com cerca de 18 homicídios ao longo de um ano. Segundo as interlocutoras que residem no local, as pessoas estavam evitando caminharem sozinhas pela praia, com medo de serem assaltadas, principalmente o público feminino, pois aconteceram casos de estupros seguidos de mortes, com algumas mulheres, o que acabou chocando a população local.

No ranking de feminicídios, o Brasil ocupa a 5º posição, com taxa de 4,8 %, por 100 mil, num grupo de 83 países, conforme dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde.

No entanto, analisando o Mapa da Violência (2015) das mortes suprimidas por armas de fogo, os dados disponíveis indicam que as políticas do desarmamento não frearam o crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo.

Conforme o 9º Anuário de Segurança Pública (2015) 118.379 armas foram apreendidas em 2014, um número 8,2% menor que no ano de 2013. No Litoral Paranaense, durante a operação verão foram apreendidas 34 armas de fogo, também foram realizadas 39.647 abordagens policiais, destas 595 resultaram em prisão. Ocorreram 21 mortes, 11 estupros, 589 furtos e 124 roubos, registrados.

Segundo Deyfrus e Nascimento,[16] no período de 1980/2010 nosso país contava com um arsenal de armas de fogo, dentre elas: 15,2 milhões de porte privado, 6,8 milhões registradas, 8,5 milhões sem registros. Deste montante, 3,8 milhões de armas circulam em mãos de bandidos e criminosos. Até o ano de 2012, 880 mil pessoas foram mortas por arma de fogo, conforme os registros do SIM.

Conforme figura 17, a taxa de mortalidade ocasionada por arma de fogo no Estado do Paraná é de 24,3%, em Santa Catarina que faz divisa com o Paraná a taxa é de 8,6% e no Rio Grande do Sul 18,5%.

[16] DREYFUS, P. NASCIMENTO, M.S**. *Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners***. FERNANDES, R. ed. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Viva Rio/ISER, 2005.

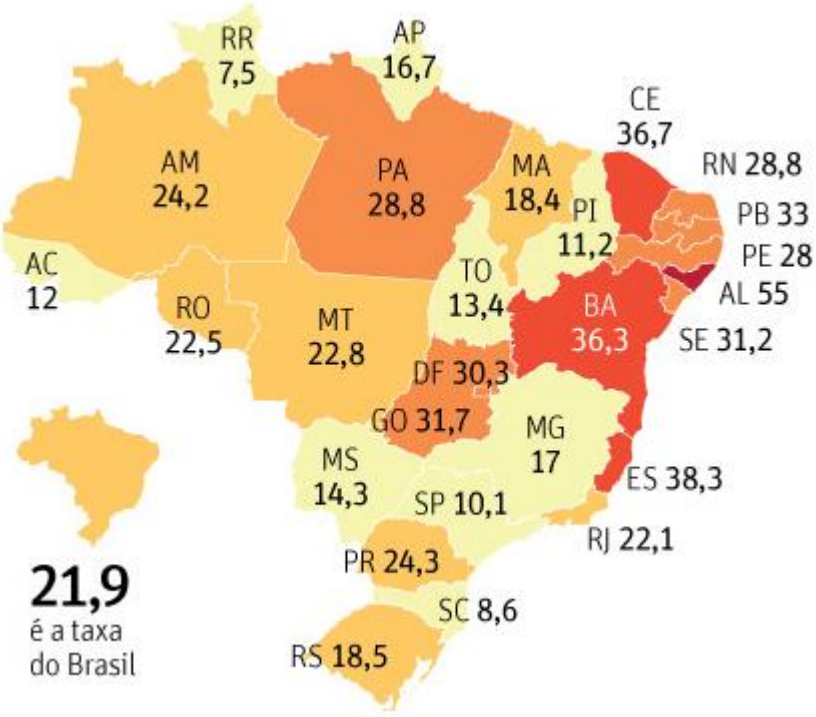


Figura 17: Taxa de mortalidade por arma de fogo por UFs 2012 por (100mil)
Fonte: Mapa da violência (2015)

Os homicídios juvenis são bastante preocupantes, de 71,6% das mortes de jovens, 95,9% são homicídios, assim como as questões étnico-raciais, sendo que a maioria das vítimas é preta ou parda, de acordo com a classificação do IBGE, conforme pode ser observado na Figura 18:

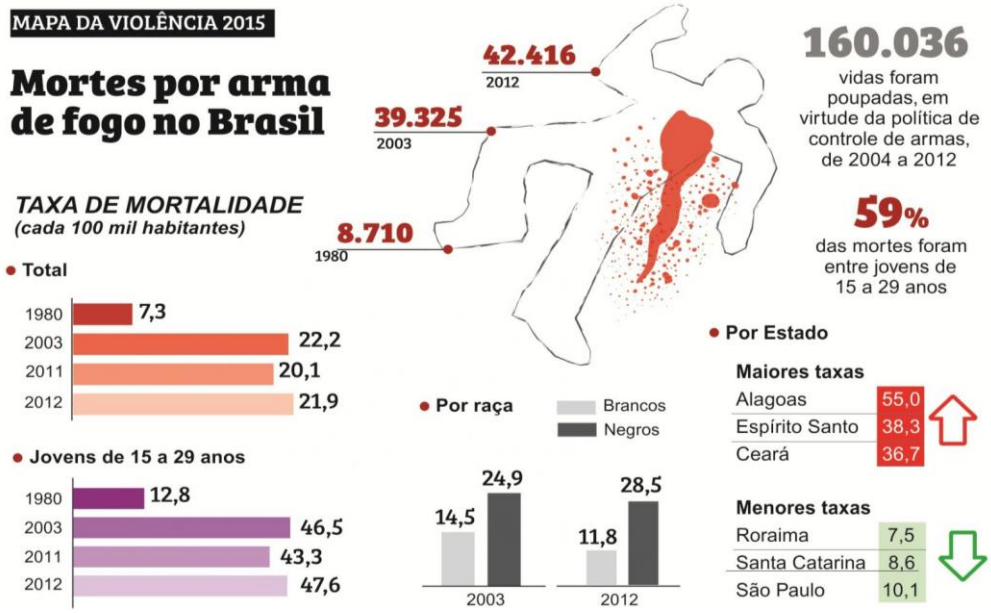


Figura 18 – Mortes por armas de fogo no Brasil
FONTE: UNESCO (2015)

Costa (1984) admite que a violência se institui a partir dos conflitos instaurados no campo da cultura, como um tipo de negociação, que é empregado através da força ou da agressividade, visando encontrar soluções para os conflitos que não fossem resolvidos pelo diálogo ou cooperação. Essa constatação, nos mostra a necessidade da compreensão da violência como um fenômeno sócio histórico e cultural, o qual emerge a partir do desejo.

Nesta perspectiva, Oliven (2009)[17], em sua obra "Metabolismo social da cidade e outros ensaios – Cultura e Personalidade", traça um breve panorama, acerca dos fenômenos culturais, na visão de Freud, Koestler, Russell, Malinowski, Radcliffe-Brown, Durkheim e Merton. O autor traz a seguinte questão: É a cultura que molda a personalidade de seus membros, ou são as características instintivas destes, responsáveis pela existência da cultura? Nas palavras do autor:

> "...o importante não é determinar o começo do problema, mas constatar que se trata de um processo dinâmico ao qual causas e efeitos se confundem e agem um sobre o outro. Se reconhecermos a existência de um tipo básico de estrutura psíquica nas sociedades onde há uma família do tipo patrilinear, condicionada por necessidades biológicas e sócio-culturais, podemos analisar qual é a influência que a cultura exerce sobre a mesma..." (OLIVEN, 2009, p.34)

Nesse sentido, a violência é causada pela satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do ser humano, onde geralmente as ações são racionalizadas, buscando uma justificativa perante a consciência.

Roberto da Matta (1982) sugere que o discurso a respeito da violência seja interrogativo e relativizador, ao invés de normativo e valorativo, como em muitos casos, em que é estabelecida uma dicotomia entre vítima e algoz. O autor sugere reflexões sobre a coparticipação de cada um/a dos/as envolvidos/as nesse processo, que muitas vezes pode alternar-se entre vítima e algoz, dependendo das circunstâncias.

Neste sentido, a violência ocorre quando há desejos de destruição da parte do algoz, caracterizando-se pela intencionalidade presente em toda ação humana.

As manifestações violentas aparecem em diferentes configurações, variando de acordo com referenciais históricos, sociais, culturais, religiosos e também de

[17] Centro Edelsen de Pesquisas Sociais (2009).3 – Cultura e personalidade.p 19-37. ISBN: 978-85-7982-012-0. Availabre from SciELO Books <http:/books.scielo.org>

gênero (Signorelli, 2011), atingem homens e mulheres de diferentes maneiras e em diversos momentos da vida: desde crianças e adolescentes até pessoas idosas. Ocasionam, além dos transtornos a quem sofre diretamente dela, grande ônus a toda população, uma vez que grande parte das ações, políticas e recursos de um país são destinados às medidas de prevenção e minimização dessa manifestação (VILLAGÓMEZ, 2005; ADEODATO *et. al*. 2005).

Nesta perspectiva os profissionais que atuam na segurança pública, são mais propensos à probabilidade de ocorrências de lesões, traumas e mortes. É de fundamental importância incorporar a reflexão sobre os nexos entre violência e saúde, estabelecendo diálogos entre academia e profissionais que atuam na ponta, compreendendo a transversalidade com a qual a violência perpassa o campo da saúde coletiva e se manifesta em diferentes cenários. Nos municípios onde foi desenvolvida esta pesquisa, a violência urbana é perceptível, principalmente por disputas territoriais de gangues de tráfico de drogas que se digladiam para abastecer o mercado de turistas, resultando em homicídios, estupros e assaltos.

Em uma manhã de junho de 2014, os habitantes do município de Guaratuba, presenciaram uma praça de guerra, precisamente, um assalto a banco na avenida principal do município. O barulho dos tiros e vidraças se quebrando ecoava, pois, a cidade fica bem parada fora da temporada, então qualquer movimentação estranha é facilmente visualizada por qualquer pessoa. Os gritos das pessoas também eram ouvidos, a viatura da polícia militar chegou apressada em frente ao banco na tentativa de conter os assaltantes, os tiros ricocheteavam e quebravam as vitrines das lojas do outro lado da rua. O medo tomava conta das pessoas, principalmente porque duas vítimas foram baleadas. Pedaços de cacos de vidro estavam espalhados pelo chão, junto com alguns projéteis disparados pelas armas dos assaltantes e dos policiais. Na frente da agência bancária tinha sangue espalhado pelo chão, um policial foi baleado na perna e outra policial foi salva, por estar com o celular no bolso da jaqueta.

Como a cidade é pequena, todos se conhecem. Este dia específico emergiu em uma entrevista:

> "...Aqui no litoral é complicado, tudo é muito precário, o sistema de saúde, a segurança pública, temos pouco efetivo, e poucas viaturas. As escalas de serviço são desumanas, nem podemos conviver com a família..." A segurança é insuficiente nessa época

> do ano [outono e inverno]. Também acontece casos de estupros, nessa época fica tudo deserto, pouca movimentação, isso facilita a criminalidade" ".... Nossos hospitais não dão conta de atender alguns casos. Uma vez um policial que foi baleado durante um confronto, teve que ser encaminhado para o [hospital da cidade vizinha, que fica a 55 km], tendo que utilizar "*ferry boat"*, que demora 45 minutos para travessia, se for muito grave a situação é rezar pra aguentar. Tenho medo de acontecer algo e não ser socorrida a tempo..." (Bruna)

São explícitas as diferenças particulares desse território, da desigualdade de oportunidades, da flutuação sazonal, e que fica particularmente evidente na questão da segurança pública, e também da saúde, onde as interlocutoras mostravam-se preocupadas com as precárias condições do hospital local, temendo precisar de um atendimento mais emergencial. Os hospitais locais, mesmo sendo localizados em municípios balneários, não dão conta de atender casos de afogamento, repassando para o município de Paranaguá.

Minayo e Adorno (2013), apresentam uma importante contribuição em seu artigo, a respeito de reflexão do policial como produtor e consumidor simultâneo da segurança pública. O policial compromete sua própria segurança para garantir a dos outros e paga um elevado preço por isso. Os autores ainda abordam, que a segurança coletiva não pode ser obtida negligenciando a segurança dos próprios agentes da lei, sob a cruel desculpa da sua suposta vocação para o heroísmo. Tais acepções convergem com a presente pesquisa, sendo que o relato de uma das profissionais atuantes no litoral Paranaense, enfoca exatamente isto:

> "...Essa profissão é perigosa, arriscamos nossas próprias vidas pela profissão. Não trabalhamos com equipamentos de segurança apropriados, muitos coletes balísticos estão vencidos, se der bobeira você perde a vida. Lidar com presidiários é sempre uma caixinha de surpresas, tenho colegas que foram reféns e que ficaram fora da casinha até hoje. Quando tem rebelião é estressante, nos preocupamos, pois, a [profissional] mulher é sempre alvo de estupro..." "...A maior e pior preocupação é com a família, porque temos medo pela segurança deles, porque nossa profissão é muito marcada. Temos um rótulo, somos alvo de ameaça dentro e fora do serviço, e quem paga o pato as vezes é nossa própria família. Meu filho já foi ameaçado várias vezes. É terrível ter que viver em constante alerta, odeio a sensação de adrenalina, porque quanto tenho essa sensação, é sinônimo de coisa ruim..." ...Em relação a nossa saúde, aí fica feia a coisa, pra marcar consulta temos que deslocar até a capital, porque nosso convênio de saúde do Estado só atende lá, ou fica na fila [no pronto socorro] ..." (Flávia).

Em diálogos e entrevistas com as profissionais de segurança pública do litoral Paranaense, evidenciam-se as violências mais comuns, dentre elas:

1) Violência contra mulheres (“Maria da Penha”, na fala das interlocutoras), ocasionada na maioria das vezes, pelo consumo excessivo de álcool, em situações em que comumente, os turistas em busca de lazer, acabam extrapolando os limites recomendados.

> “...eu já peguei aversão por ocorrência de Maria da Penha, tem demais, é muito bebedeira, o casal bebe e depois se agride, se estapeiam e sobra pra gente. Não é só o homem que é culpado, pior que os filhos acabam pagando o pato, morro de dó das crianças quando chego em ocorrência, ficam assustadas, encolhidas no cantinho, fico pensando que tipo de adulto será, convivendo com violência desde a infância...” (Janaína)

Signorelli (2011) nos aponta em sua pesquisa, realizada também no litoral do Paraná, que a questão sazonal interfere diretamente no modo de vida das pessoas, principalmente na questão da violência contra as mulheres. Os profissionais da área de saúde afirmaram que os registros de violências eram maiores no inverno, já que muitos estão ociosos. No verão, é a época onde as pessoas arrumam os empregos temporários se mantendo ocupadas.

2) Furto (em residências e veículos), com o calor excessivo os banhistas buscam as praias para se refrescar, deixando as residências fechadas e ociosas por longos períodos, o que facilita a ação dos bandidos. Fora da temporada de verão grande parte dos imóveis fica desabitado, o que também se torna atrativo para os arrombamentos. Arrombamentos em veículos estacionados em locais ermos, distantes da orla marítima, também são comuns:

> “...o que tem bastante na temporada é furto em residência, o pessoal vai pra praia e deixa a casa fechada, aí tem vizinho ou gente que tá passando na rua mesmo e liga pra nós atendermos a ocorrência, sem o dono estar no local, aí é complicado. As viaturas circulam, fazem o patrulhamento, mas não tem efetivo suficiente ...” (Renata)

3) Roubo, (ocasionado pelo fácil acesso aos turistas), ocorre principalmente, no período noturno, quando as pessoas transitam pela praia ou em locais mais desertos.

> "...putz, roubo é que o mais aparece, os casais vão namorar na praia a noite, em lugar mais afastado, aí acontece roubo de celular, carteira. Também aparece muita gente cozida, cambaleando dizer que foi roubado, as vezes nem tem como fazer o BO porque a pessoa nem sabe o que aconteceu direito..." (Rubia)

4) Tráfico (fator bem marcante, influenciado diretamente pela sazonalidade) nos relatos das interlocutoras residentes do Litoral Paranaense, observa-se que os traficantes locais, "donos das bocas de fumos locais" reduzem drasticamente suas atividades, pois sabem que o policiamento aumenta significativamente no verão, o que pode comprometer o "negócio". Porém, as disputas são acirradas, com os traficantes que vem de fora dos balneários.

> "...tráfico aqui é bem comum, tem muita boca de fumo, já tem os bairros certos, tem lugar que nem tem como entrar com a viatura, porque metralham a gente, os caras têm mais armamento que a polícia. Tem muito acerto de contas entre eles [traficantes e usuários] quem deve e não paga tá morto, já sabem..." "...a patrulha escolar faz um trabalho legal contra as drogas, fazem palestras nas escolas, o duro é que tem muito marmanjo traficante matriculado nas escola só pra vender droga..." (Nair)

> "...pegamos bastantinha droga até, na temporada, playboizada vendendo maconha, ecstasy, cocaína, pior que os caras são ligeiros, fazem menores de mula, principalmente a piazada que tá sem emprego, é dinheiro fácil..." (Lizia)

5) Homicídio (mais comum fora de temporada, pois o policiamento é precário). Como a segurança é bem reduzida no período pós-temporada, os municípios ficam defasados em termos de policiamento, chegando a ter apenas uma viatura para atender cerca de 30.000 habitantes, com 3 a 4 policiais por turno de serviço.

> "...pra uma região pequena que nem aqui acho muito homicídio, a maioria é acerto de conta entre traficante, mas também tem estupro seguido de morte, fora da temporada, porque as mulheres caminham sozinhas na praia deserta, isso facilita o bandido. Na temporada é mais difícil porque tem muito policiamento, os caras ficam espertos, geralmente acontece um em cada município, estupro..." (Bárbara)

Com os dados que emergiram do campo de pesquisa, as estações mais violentas são o outono e inverno, onde o efetivo de policiais militares e civis é bem

reduzido. A questão climática/sazonal foi desde o início um fator que emergiu ao longo da pesquisa. As profissionais relatam em suas falas essa dinâmica de modo marcante, como pode ser observado:

> "...é só chover que o telefone não para de tocar, vira um tumulto, o pessoal não pode ir pra praia aí passa o dia bebendo, e o resultado é serviço dobrado, é marido que bate na mulher, é namorada que bate no namorado, é assalto em residência e mercadinhos, porque com chuva o barulho fica mais abafado e o trânsito de pessoas nas ruas diminui [os próprios bandidos afirmam isso quando são presos]. Embriaguez no volante também é bem comum, o motorista bebe e depois causa acidente..." "...No verão a maioria das ocorrências são de perturbação do sossego, nosso maior problema é que a lei varia conforme a operação verão, porque cada juiz que vem pra temporada, determina uma coisa diferente, cada ano é de um jeito diferente, fica complicado trabalhar desse jeito, porque a lei era pra ser uma só. Já no inverno, então, é um verdadeiro inferno, porque a maioria das ocorrências que atendemos é por causa do consumo excessivo de bebidas. Os homens ficam muito desocupados, porque tem bastante trabalhador que vive só do emprego temporário, então no restante do ano ficam sem ter o que fazer, ficam caçando arte. Chega o inverno eles frequentam botecos, aí é briga, homicídio e principalmente Maria da Penha. Aqui a violência é bem de acordo com o clima..." (Bárbara)

> ..." na operação verão os turistas descem pra ferver, é só bebedeira, briga e confusão, Maria da Penha rola solto, os homens bebem e sentam paulada nas mulheres, chegam aqui na delegacia chorando, muitas desistem de seguir adiante, acabam voltando atrás, porque não tem pra onde ir, porque tem filhos com o cara. A história se repete, muitas não têm coragem de ir até o fim porque tem medo do que pode acontecer depois. A justiça não ampara a mulher depois, geralmente o cara fica preso pouco tempo, sai e continua ameaçando a mulher. É bem raro o caso em que a mulher bate no marido. Tem, mas não é tão comum, geralmente quando isso acontece eles nem chegam a procurar a delegacia, acabam se resolvendo em casa mesmo. Eu sou contra a violência doméstica, não gosto de atender casos assim, porque 90% das vezes a guria acaba voltando com o cara, é uma situação bem delicada, porque tem o nosso lado também. Pela lei, a vítima não precisa representar contra o agressor, é uma ação incondicionada, não depende de representação da vítima, mas o juiz da temporada, exige que a mulher represente contra. A gente fica numa sinuca de bico, porque cumprimos a lei, mas o juiz é a lei, então é bem complicado. Isso é um assunto bem polêmico, só quem trabalha na área sabe como é, como funciona de fato na prática. Eu acredito na lei sim, mas infelizmente ela não é igual pra todos, não é justa. Quem formula as leis as vezes nem sabe o que é violência, nunca viu uma favela, enfim, nem vou entrar no mérito da questão, deixa pra lá... (Lucia)

As narrativas que emergiram do campo são bem significativas e impactantes, pois revelam os bastidores de uma seara de difícil acesso, talvez o teor das entrevistas tenha sido motivado pela revolta gerada em um período de crise na segurança pública Paranaense. Muitas policiais falaram sobre a desvalorização profissional, derivadas em parte, pela falta do pagamento de diárias pelo Estado, enfocaram este tema em seus discursos, sobre o descaso com a categoria profissional, e acima de tudo com a falta de dignidade para com o ser humano que são.

4.1 VIOLÊNCIAS NA ROTINA LABORAL

As dimensões que recaíram sobre essas profissionais nas exposições a violência cotidiana em seus contextos de trabalho e que estiveram presentes em seus discursos foram:

4.1.1 Violência urbana

É inegável que vivemos dias difíceis, a violência em toda sua plenitude tem envolvido grande parte da sociedade mundial. Ao observarmos o quadro atual da violência urbana, muitas vezes não nos atentamos para os fatores que conduziram a tal situação, no entanto, podemos exemplificar o crescimento urbano desordenado. Em razão do acelerado processo de êxodo rural, as grandes cidades brasileiras absorveram um número de pessoas elevado, que não foi acompanhado pela infraestrutura urbana (emprego, moradia, saúde, educação, qualificação, entre outros); fato que desencadeou uma série de problemas sociais graves.

A violência urbana tem ocasionado a morte de milhares de jovens no Brasil, é o principal fator de mortandade dessa faixa etária. A criminalidade não é um “privilégio” exclusivo dos grandes centros urbanos do país, entretanto o seu crescimento é largamente maior do que em cidades menores. É nas grandes cidades brasileiras que se concentram os principais problemas sociais, como desemprego, desprovimento de serviços públicos assistenciais (postos de saúde, hospitais, escolas etc.), além da ineficiência da segurança pública. Tais problemas

são determinantes para o estabelecimento e proliferação da marginalidade e, consequentemente, da criminalidade que vem acompanhada pela violência.

Algumas cidades do país apresentam um percentual de mortandade proveniente de atos de violência que equivale aos do Iraque, uma zona de guerra.

A violência urbana é a violência a que essas mulheres da segurança pública estão expostas nas ruas, em atendimento às ocorrências, diuturnamente. Abrange uma multiplicidade de fatores, extrapola os ambientes da segurança pública, e da saúde, passando a compor um grande desafio para a sociedade. Ela se constitui em uma nova faceta da criminalidade, ligada ao crime organizado, assumindo contornos alarmantes, promovendo a insegurança nos cidadãos, interferindo diretamente em seu território. A rua é o espaço da criminalidade, é o lugar onde profissionais de segurança pública e bandidos convivem, transforma-se em arena de guerra.

É difícil encontrar uma definição unânime de violência urbana. Trata-se de um tema social extremamente abrangente e pouco elucidativo.

A violência urbana é uma problemática diária de profissionais de segurança pública, se constitui na maior dificuldade no trabalho, enfrentada pelas profissionais entrevistadas. Nas falas das interlocutoras, é a "*pedra no sapato*", que gera estresse e as deixa em estado de alerta por todas as 24 horas do dia. Tal fato pode ser observado no seguinte relato:

> "...a exposição à violência diária é estressante, vivemos em alerta 24 horas, no serviço e fora dele também. Em cidade pequena, não tem como sair desarmada, os bandidos nos identificam muito facilmente, não tem como esconder que você é policial ou guarda municipal. O problema, é que isso afeta nossas famílias, acabamos complicando a vida deles, pela opção da nossa profissão..." "...trabalhar nas ruas é uma missão difícil, inclui muitas coisas, principalmente o jogo de cintura. Você tem que ser esperta, ficar ligada em tudo e em todos, isso é muito estressante. Até quando to de folga não desligo, eu tenho um rótulo, o bandido não pensa ah ela tá de folga, então não tem problema. Já atendi muitas ocorrências à paisana, uma vez tava lanchando na panificadora, em cidade pequena todos se conhecem, aí entrou um menino pra assaltar, um calor miserável e o piá de jaqueta, sabia que ia dar merda. Na hora a pessoa que tava no caixa me olhou, eu fiquei sem reação, o lugar tava cheio de gente, peguei meu celular e liguei na hora prum amigo que tava perto, levantei e fui em direção ao muleque, ele já foi saindo porque me reconheceu. Tive que sair correndo atrás dele na rua, e meu colega veio pelo outro lado, cercamos ele em um beco, revistamos e prendemos, ele tava com droga e arma. Detalhe, eu estava a paisana, de saiona, e rasteirinha [a interlocutora ri]. Pois é nossa vida é assim, cheia de surpresinhas..." (Líbera)

No relato, podemos observar a questão da exposição à violência urbana, a que essas mulheres que trabalham na área de segurança pública estão expostas, no seu cotidiano, mesmo em horários de folga. Este fator é bem marcante, principalmente por se tratar de um município pequeno, onde as profissionais são facilmente identificadas, tanto pela comunidade quanto pelos criminosos.

Minayo e Adorno (2013) apontam:

> "...o sentido de risco, adequado para descrever a situação intrínseca à profissão de policial, combina a visão epidemiológica e a visão sociológica. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, os tempos e dos locais de maior ocorrência das fatalidades. A segunda compreende a convergência entre duas dimensões de sua ação: uma objetiva, representada pelas características de estrutura e funcionamento das agências policiais, que incluem condições de trabalho, regras de orientação da conduta profissional e definição de metas de ação. Tais características limitam as opções dos policiais no desempenho de suas atividades. E uma dimensão subjetiva em que o risco sob a ótica dos policiais tem o sentido de ousadia, bravura e de escolha individual diante de situações de enfrentamento..." MINAYO E ADORNO, 2013, p. 589)

Nesta perspectiva, Constantino, Ribeiro e Correia (2013, p. 645) apontam que "as percepções de risco dos policiais e as estratégias que eles utilizam para minimizá-los, são características que os unem". As autoras ainda trazem, que "o risco ganha gradientes diferenciados em relação à função e ao território de atuação". Tal fator vem corroborar com os resultados que emergiram da pesquisa de campo do referido estudo, no litoral Paranaense, onde a dinâmica territorial influencia de forma significativa a vida das profissionais

4.1.2 Violência de gênero

Caracterizada pelas relações assimétricas de poder, pelo fato de serem mulheres. A violência de gênero é definida por Suárez e Bandeira (1999) como acontecimentos violentos abrigados nos diferentes relacionamentos de gênero, que podem pôr em interação conflituosa não apenas homem-mulher, mas também a mulher-mulher ou homem-homem.

Nesta perspectiva, a busca pela igualdade de gênero tem sido um dos principais focos na análise e no combate à desigualdade social, constituindo-se em um dos Objetivos do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU (2000), onde diz em seu Objetivo 3: “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

Signorelli (2014, p.54) chama atenção de que a violência de gênero pode ser a ligação entre violência e gênero, não somente no envolvimento de mulheres e homens como vítimas e autores/as, mas também seu envolvimento como sujeitos, que buscam firmar mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas. O autor ainda problematiza o fato de vivermos em uma sociedade heterossexual normativa e assimétrica, composta por homens e mulheres, que figuram de forma distinta e desigual na sociedade.

O fruto dessa relação desigual aparece claramente na área de segurança pública, onde o poder e a hierarquia são fatores rotineiramente legitimados e reforçados pelos detentores do poder hierárquico, o que gera alto grau de estresse e descontentamento nas profissionais entrevistadas durante esta pesquisa de campo, conforme relatado:

> “...a pior violência é aquela que sofro todos os dias, dentro da instituição, justamente por ser mulher, é muito preconceito, isso estressa demais, ficar se justificando o tempo todo. Sempre a mesma lenga lenga, mulher não tem força física, não pode ficar trabalhando na rua, melhor ficar no rádio, ou no rancho. Qualquer limpeza que tenha que ser feita na instituição já olham pra gente, tipo vai limpar porque é mulher, isso enche o saco, torra a paciência. Eu já mando pros quintos, já to no meu limite. [a interlocutora começa a rir] Sabe o que cheguei a fazer? [ri novamente] ah um cara veio me encher o saco, falando de mulher, blá blá blá e tal...acho que era de propósito queria me tirar do sério, aí falei pra ele: nossa você fala tão mal de mulher, então deve ser casado com um homem né? Ele ficou todo sem graça, dizendo claro que não né, sai pra lá, tá me estranhando...” “...agora eles já nem azucrinam mais, porque levanto pra trinta mesmo...” (Brenda)

O preconceito e discriminação dentro das instituições são fatores citados pelas interlocutoras, uma vez que 100% dessas mulheres se incomodam com o fato dos colegas de serviço e os superiores hierárquicos, atribuírem ao sexo feminino as funções administrativas, ou no ideário feminino de que a mulher teria a

obrigatoriedade de fazer faxina e cozinhar. Tal fato foi abordado em estudos correlacionados por algumas autoras Capelle (2006) e Soares e Mussumeci (2005).

4.1.3 Violência institucional

É aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos ou privados, como hospitais, postos de saúde, creches, asilos, ou mesmo nos ambientes de segurança pública. Observa-se essa dinâmica não somente nas instituições mais rígidas, como na polícia militar, mas nas demais categorias, polícia civil, guarda municipal e sistema penal também se faz presente.

O assédio moral[18] é apontado como o principal causador do estresse psicológico. Tal temática também é abordada por diversas pesquisadoras, como Constantino *et al.* (2013)

As interlocutoras deste estudo atribuem o assédio moral e as vezes o sexual como decorrentes da hierarquia e do poder:

> "...O poder é muito marcante em nossa área de trabalho. A cadeia hierárquica é complicada, não podemos pular cadeia de comando, senão o bicho pega, é punição na certa, sofremos assédio moral, e as vezes até sexual." ... "Temos que seguir à risca as ordens, com disciplina, senão é punição." "...Já sofri assédio sexual, o cara acha que porque tá no comando pode tudo, não é bem assim, aí você fica entre a cruz e a espada, porque precisa do emprego, e superior hierárquico é assim, persegue a gente, de forma disfarçada, mas persegue, em coisas simples, transfere de posto, escala em lugar ruim pra trabalhar, pela escala extra direto. Além de ser assediada ainda é perseguida, isso já é de praxe, por isso sou considerada como grossa, fecho a cara pra todo mundo, pro cara nem dar em cima, já dou meu recado..." (Janaína).

Neste estudo 100% dessas trabalhadoras discorrem em suas narrativas sobre essa temática da violência institucional e suas intersecções. São explícitas as diferenças particulares dessas profissões ligadas à segurança pública, principalmente nas escalas de serviço que são desgastantes, dificultando a convivência familiar, e prejudicando a saúde. Muitas falam sobre a excessiva carga

[18] Corrêa (2004) define assédio moral, as condutas hostis, impróprias, repetitivas e prolongadas direcionadas a um indivíduo ou um grupo durante a jornada de trabalho, manifestadas mediante comportamentos, palavras, gestos ou situações de humilhação. É mais comumente praticada quando em ocasiões de exercício de poder, visando atingir a autoestima, a segurança ou imagem da vítima.

de trabalho como sendo um fator que influencia diretamente a saúde dessa categoria de profissionais. Conforme observado:

> "...Nossa escala é puxada, fazemos 12 por 24 horas e 12 por 48 horas, com um reforço dentro das 48 horas de folga, é desgastante. Fica difícil o convívio com a família, isso acaba interferindo no psicológico da gente..." "...Pior que não recebemos horas extras, a gente é obrigada a cumprir a escala sem receber, em uma instituição que trabalha com a lei, mas não cumpre, isso é desumano, ninguém aguenta trabalhar desse jeito, tem muita gente ficando doente..." "...Desde que entrei para a polícia não passei um Natal com meus filhos, pois onde todos comemoram e aproveitam feriados, eu trabalho..." "...Essa escala prejudica a saúde da gente, a gente troca o dia pela noite, alterando o horário de sono todos os dias, um dia tomo cafeína pra me manter acordada, no outro tomo remédio pra poder dormir, a gente envelhece demais, detona com a saúde..." "...Sem contar que ficamos horas a fio em pé, na mesma posição..." "...A instituição pega pesado com a gente, com essa escala somos todos lesados, é contra a lei, trabalhamos muito além do permitido por lei, aí questionam porque do policial ser violento, você tá com o relógio biológico totalmente alterado, desde humor, sono, e cansaço físico e mental, aí qualquer coisa é motivo pra estourarmos, isso é culpa do próprio Estado. Quem fala mal da polícia que venha trabalhar no nosso lugar, eu desafio qualquer um, pode vir, ver como é bom, trabalhar sem dormir, sem comer direito, sem equipamentos adequados. Não somos máquinas, será que ninguém enxerga isso? Já gastei um monte com médico, pra reverter minha saúde, aí o povo vem falar de direitos humanos? E o nosso cadê? ou será que não temos esse direito? Olha eu perco a paciência com isso..." (Loreta)

O assédio sexual[19] no trabalho é um aspecto negativo da inserção feminina nas organizações, principalmente nas instituições de segurança pública, pois ele envolve manifestações de natureza sexual, ou com base no sexo, tipo físico, verbal ou não verbal, não desejado pela vítima. Na área de segurança pública, pode incidir de superiores hierárquicos ou de colegas, quando envolve a quebra do respeito pela dignidade no trabalho.

Em relação ao quesito "direitos humanos"[20] que apareceu no discurso de várias participantes do estudo, com sendo uma medida que depõe contra a profissão

[19] Costa (2005) define assédio sexual como um fator relacionado a pressão, sugestão ou exigência de favores sexuais, em troca de vantagens no trabalho, tais como promoção, aumentos salariais, ou estabilidade profissional. Envolve qualquer comportamento relacionada a natureza sexual, tipo físico, podendo ser verbal ou não. Geralmente é praticado por superiores hierárquicos.

[20] O debate acerca dos direitos humanos, é extenso e não é o objetivo deste trabalho, não será aprofundado aqui. No entanto, é necessário ressaltar, que a revolta e desentendimento por parte dos policiais, e quiçá da sociedade, deriva da falta de conhecimento dos direitos humanos.

delas, Norberto Bobbio (2004, p.1) afirma que sem direitos dos seres humanos reconhecidos e protegidos, não há democracia, não existem condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

> "... haverá paz estável, uma paz que não tenha guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo..." (BOBBIO, 2004, p.1)

As violência(s) manifestam-se por meio de diferentes atores sociais e concentram-se nos mais diversificados cenários, possuem especificidades, geram diversos desdobramentos repercutindo em múltiplos setores como segurança pública, saúde, educação e consequentemente impactam diretamente o desenvolvimento de uma região. Neste sentido, o desenvolvimento só pode ocorrer, se não houver violência, tirania e privação de liberdades individuais e coletivas (SEN, 2000).

Neste sentido, estas mulheres trabalhadoras da segurança pública, objeto deste estudo, que enfrentam as violências em seus cotidianos laborais também têm seus direitos e valores agredidos, revelados ao longo desta pesquisa de campo, o que também é um ato de violência.

As mudanças na sociedade contemporânea têm sido também algumas das causas do grande crescimento da violência, evidenciando-se o desemprego, as desigualdades sociais, a política, a crise econômica, que em conjunto tem intensificado os conflitos sociais, principalmente em regiões em que as condições de vida são mais precárias, onde as pessoas são mais vulneráveis tanto para sua prática, como atores de atos violentos, quanto para serem potenciais vítimas.

As narrativas que emergiram no campo de pesquisa nos mostram que a falta de punição, as leis arcaicas, a falta do efetivo, de aparatos de segurança pública bem como, a ineficácia das políticas públicas, corroboram para a proliferação da violência.

Encerro o presente capítulo compartilhando as palavras do Professor Sérgio Adorno, em uma mesa redonda em que se debateram os condicionantes da violência: "a violência é o sintoma de uma sociedade que está passando por

mudanças, um mundo sem violência é utopia, o que podemos fazer é administrá-la de forma evitar que se reproduza. ” (ADORNO, 2014)

5. BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA

Neste breve capítulo, pretendo ressaltar e trazer algumas reflexões sobre a burocracia de nível de rua, sobre suas principais características, sua importância, peculiaridades e as suas ações no contexto da segurança pública, com o recorte das mulheres desta arena, que atuam no litoral Paranaense.

Para Lipsky (1980), os burocratas de rua “são funcionários que trabalham diretamente em contato com os usuários dos serviços públicos, em um curso regular de rotina, em interação constante com os cidadãos, como, por exemplo, policiais, professores, profissionais de saúde, entre outros”. São atoras que cotidianamente atuam em contato com a população, na linha de frente do Estado, onde as políticas públicas, de fato (ao menos em tese) se implementam.

Conforme Gabriela Lotta (2006), a discussão sobre o papel e a influência dos burocratas no processo de implementação das políticas públicas, é central e importante, para compreendermos como estas ações são colocadas em prática e quais são os fatores que vão influenciar ou não, na mudança dos rumos e nos resultados das políticas públicas.

A relação entre a burocracia, a organização e a implementação das políticas públicas, é importante pois problematiza o porquê destas políticas serem bem-sucedidas ou fracassarem.

Nos diversos estudos de políticas públicas, principalmente no Brasil, o campo é bastante incipiente, a maioria deles se remete à atuação da alta burocracia, ou seja, dos homens públicos do topo de carreira da base hierárquica, os detentores de “saber especializado”, que ocupam altos cargos na máquina pública, consequentemente, tornam-se os responsáveis pelas maiores e mais importantes decisões das políticas públicas.

Contudo, existe um outro segmento crescente, a burocracia que está ligada à prestação de serviços à comunidade, com considerável importância nos processos de criação de estados de bem-estar social e da universalização dos serviços básicos, são eles os burocratas de nível de rua (*street level bureaucracy*).

No Brasil, após a Constituição de 1988, ocorreu a expansão do emprego público, devido à universalização de serviços básicos, como saúde e educação, daí a importância da burocracia das ruas. Para a maioria dos cidadãos, sua relação com

o Estado ocorre através desses agentes de Estado (burocratas de nível de rua), pois estes servidores em suas atividades, provém serviços públicos, definem quem tem ou não acesso aos serviços e estipulam sanções.

As mulheres da segurança pública atuam como burocratas a nível de rua, em diversas funções, em diversas categorias, são atoras que cotidianamente estão em contato com a população, na base da hierarquia, são responsáveis pela manutenção da ordem, e o aspecto simbólico da justiça (BAYLEY, 1994; BITTNER, 1990). A ordem se dá mediante a presença visível do Estado, incluindo as atividades preventivas de pacificação e mediação de conflitos, manutenção do patrimônio público, bem como a segurança da população. Já o aspecto simbólico da justiça, refere-se à implementação das leis, a punição.

Segundo Lipsky (1980) os burocratas de nível de rua são o foco da controvérsia política, porque são pressionados pelas demandas de serviços para aumentarem a efetividade e a responsividade e ao mesmo tempo são pressionados pelos cidadãos para aumentarem a eficiência e eficácia. Portanto essa burocracia a nível de rua está alocada em um nível essencialmente problemático da burocracia.

O autor aborda as duas razões para esta controvérsia política: 1) todos os debates sobre o alvo e foco dos serviços públicos, dizem respeito diretamente à discussão sobre a finalidade e a função exercida por esses trabalhadores, 2) os agentes de rua têm grande impacto na vida das pessoas, na medida em que vivenciam as comunidades onde atuam, porque são responsáveis por receberem e transmitirem as expectativas dos usuários sobre os serviços públicos, determinando a elegibilidade dos cidadãos no acesso à seus benefícios ou sanções, mediando essa relação institucional dos cidadãos com o Estado. Neste estudo, as mulheres que atuam na segurança pública são o elo entre o Estado e a população.

Em um relato da pesquisa de campo, uma interlocutora nos fala sobre essa difícil missão de representar o Estado, com grande responsabilidade sobre o sucesso das políticas públicas:

> “...é muito difícil nossa missão de representar o Estado, somos a cara dele nas ruas, a população confunde muito isso, acha que nossa obrigação é proteger ela [população], quando na verdade devemos proteger o Estado, manter sua ordem. O que o governador mandar temos que cumprir, para garantir a ordem pública...” “...fazer esse meio de campo entre o Estado e a população é bem complicado, um quer uma coisa outro quer

> outra, as vezes colocam a gente em situações em que mandam agir agressivamente, principalmente em manifestações, e não é o que eu, como pessoa gostaria de fazer, ficamos entre a cruz e a espada até o momento em que alguém vem pra cima da gente e sempre tem um polícia que não tem “sangue frio” e depois disso vira um quebra-quebra em que todos nós participamos pra não deixar o polícia na mão...” “...o pior é trabalhar em jogo de futebol pois nunca concordei com isso, não acho certo trabalhar em um evento particular, acabamos fazendo “vista grossa”. Sempre acaba mal e quando não temos que responder judicialmente porque batemos em alguém. A torcida vem pra cima e a polícia tem que resolver no loco loco o que fazer, pois sempre estamos em um número muito pequeno.” (Latifa)

Fica evidente que as burocratas de rua ocupam um espaço conflituoso, sendo à discricionariedade[21] um fator importante, pois estas profissionais, não somente femininas, tem que agir de forma rápida para tentar manter a ordem pública. Ainda que seja possível distinguir esses conflitos, internos ou externos a organização (Estado), todas essas dificuldades que os burocratas enfrentam, nos mostram as particularidades dos serviços públicos de segurança pública.

Observa-se nesta relação entre agentes implementadores e cidadãos, que as pessoas recorrem aos burocratas de rua cheios de expectativas e necessidades. No entanto, quando encontram os burocratas de rua, transformam-se em clientes, identificáveis e alocáveis em alguns padrões e categorias sociais, tratados, de acordo com esses padrões unificados e indiferenciados. Como na presente narrativa:

> “...nosso papel dentro da escola e no seu entorno, é prevenir a violência e o combate as drogas, temos que exercer nosso papel, mas faz mais de oito meses que estamos sem viatura, a nossa quebrou, fazemos o patrulhamento a pé, quando chove fica complicado, os diretores querem nossa presença, mas nem sempre temos como atender. Na escola tem muito problema, acontece de tudo, briga na saída, ameaças de morte, tráfico de

[21] Discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão, diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar, por uma, dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

> drogas, os professores e diretores contam com o nosso apoio...” (Loreta)

Já os burocratas de rua, experimentam os problemas dos clientes como categorias de ação e suas demandas individuais como solicitações agregadas, e categorizadas dentro das possibilidades de respostas e serviços que estão aptos a prestar. Conforme o relato das profissionais, observa-se que elas distribuem benefícios ou sanções, que podem afetar os clientes (população) seu bem-estar, contribuindo ou não para uma mudança ou desenvolvimento de satisfação ou frustração destes.

As burocratas também enfrentam dificuldades de ordem técnica ou política, impactando o pensamento acerca do próprio funcionamento do Estado e da sua relação com a sociedade, pois tem a responsabilidade de transmitir os esforços de uma política de governo para com os cidadãos, mediando o relacionamento da população e Estado.

Segundo Lotta (2012) a partir de análises empíricas, os burocratas não apenas administram, mas participam do processo de tomada de decisão. A autora ainda reconhece que existe uma lacuna sobre a implementação de políticas referentes principalmente às interações e valores envolvidos nestes processos:

> “...os agentes de implementação lidam, em sua prática, com processos de interação que envolvem diferentes valores, referenciais e identidades. Nesses processos de interação, portanto, entram no contexto as mais variadas identidades, demandas, necessidades e referenciais, além de constrangimentos e normas institucionais, que devem ser negociados pra a construção das práticas de implementação. Esses processos requerem negociações entre os diversos fatores que aparecem na interação, para que se possa, efetivamente, implementar as políticas públicas. ” (LOTTA, 2010, P.53)

A atuação da burocracia nas linhas de frente do Estado deve ser referenciada, em grande parte, por ocuparem uma posição de decisão em última instância na implementação de políticas públicas. Essa característica é de grande importância, porque abre possibilidades para que suas ações possam ser rebatidas e discutidas pelos cidadãos.

Uma das discussões apontadas por Lipsky (1980) a respeito dos burocratas a nível de rua, é a discricionariedade desses agentes, reconhecendo a autonomia que

possuem, pois, suas ações individuais acabam tornando-se o comportamento da agência pela qual respondem e que representam, no caso, o Estado ou município.

Dependendo da ação exercida por essas burocratas, com a população, usuária dos serviços, o exercício da função pública, pode ser causa de bem-estar ou mal-estar social, pois personifica a relação do Estado com o cidadão. O autor ainda aponta os fatores ligados às razões para que esses burocratas exerçam a discricionariedade:

- as burocratas frequentemente trabalham em situações que não são possíveis serem trabalhadas de forma programática;

- frequentemente, são eficazes em fazer seus integrantes confiarem em sua própria autoridade, e ao mesmo tempo, encoraja os cidadãos a crerem que estes burocratas possuem a solução para seu bem-estar.

- frequentemente trabalham em situações que requerem jogo de cintura com dimensões humanas, o que significa que devem trabalhar com grandes incertezas e diversas possibilidades de efeitos não antecipáveis.

Quanto às relações pessoais, na prática, o princípio da impessoalidade, que idealmente norteia a prestação dos serviços públicos, vê-se relativizado à medida que no ato da prestação de serviços, ressaltam-se elementos individuais, à base de traços culturais existentes na sociedade, muitos deles indesejáveis, como racismo, machismo, preconceito social, preconceito sexual, etc. É o caso do agente público que discrimina negros, mulheres, pobres, homossexuais, no ato da prestação do serviço público.

Se no espírito das leis o Estado busca a neutralidade e a imparcialidade, tratando a todos de forma equânime, no âmbito da sua ação concreta, a máquina pública revela-se o contrário disso. Esta atuação explicaria o reduzido impacto que políticas públicas tem sobre determinadas populações-alvo. No caso, a política pública pode mesmo ser bem concebida, dispor de recursos adequados: humanos, materiais e financeiros, e mesmo assim revelar baixa eficácia, a depender da atuação do agente público no ato de prestar o serviço (LIPSKY, 1980).

A burocracia como descreveu Weber (2002), pensada como o modelo ideal de funcionalidade para o contexto do Estado moderno, deve ser associada a duas características fundamentais para que se compreenda sua manutenção e legitimidade: a impessoalidade e a universalidade. A burocracia é impessoal e

universalista porque, deve operar pela lógica racional-legal para existir, se legitimar, é obrigada a reconhecer os cidadãos de modo formalizado, como iguais.

Lipsky (1980) caracteriza o burocrata de nível de rua como um “policy maker”, ou seja, um indivíduo cuja função é o de literalmente realizar as políticas públicas, que lida rotineiramente com a realidade da função pública.

A condição de estar no nível de rua, em interação com a população, público das políticas, permite ao burocrata, a amplitude de escolhas como realizador das políticas públicas, pautada no seu relativo poder discricionário e a relativa autonomia das autoridades organizacionais, o que estão inter-relacionadas para a constituição dos burocratas das pontas como um entregador ou um executor dos serviços públicos.

Já Lotta (2010,p.4), fala sobre o poder discricionário:

> A discricionariedade exercida pelos burocratas é, portanto, resultado da interação que exercem entre seus próprios valores, valores de outros atores envolvidos, os procedimentos, restrições, estruturas, incentivos, encorajamentos e proibições. Assim, é necessário examinar os padrões de interação para compreender por que as ações foram feitas daquela forma. A questão, portanto, é olhar para o ambiente institucional e relacional dentro do qual a burocracia opera.

Conforme Arretche (2001) há uma grande distância entre os objetivos e os desenhos concebidos das políticas públicas e a tradução de tais concepções em intervenções públicas. A literatura tem abordado essas decisões tomadas pelos implementadores como exercício de sua discricionariedade, considerando que esses agentes têm grande impacto sobre as políticas públicas implementadas devido à autonomia que possuem no momento da implementação.

Assim, podemos considerar que as instituições impactam as práticas dos burocratas de rua, mas também que as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos acabam por influenciar suas decisões. Meier e O ‘Tolle (2006) afirmam que onde existe a discricionariedade, estão presentes os valores e referências individuais, que se tornam tão importantes quanto os valores das instituições.

Conforme Lotta (2001), o cotidiano dos burocratas de nível de rua é marcado por uma série de interações que realizam com os sistemas político, institucional, organizacional e comunitário inerentes à sua profissão.

Piore (2011) lembra que as decisões de um burocrata de nível de rua são pautadas por um conjunto de regras tácitas e procedimentos que fazem parte de um determinado contexto organizacional, ao mesmo tempo em que são influenciadas por decisões e interesses individuais.

Meier e O'Tolle (2006) abordam que os burocratas precisam coordenar seus próprios valores com os de diversos atores envolvidos na implementação, para conseguirem operar suas ações, sejam atores da sociedade ou do próprio Estado. Assim, os fatores institucionais e organizacionais são determinantes para se compreender como os burocratas agem, em contextos específicos sobre os quais os burocratas poderão atuar.

Dessa forma, as próprias decisões que serão tomadas e a discricionariedade[22] que será exercida pelos implementadores têm como pano de fundo condições específicas colocadas pelo contexto, as quais podem, inclusive, ampliar ou limitar o espaço para discricionariedade.

Acerca da discricionariedade, uma interlocutora nos explicita melhor esta abertura e flexibilidade da lei:

> "...na verdade o poder de polícia não é exato, pois as leis possuem brechas, então isso complica um pouco, porque não temos como prever todas as situações em que vamos aplicar determinada lei. Acabamos tendo de decidir em cima da hora, por conta própria, e isso as vezes dá problema depois, é questionado pelos nossos superiores hierárquicos, mesmo a gente agindo dentro da lei. Temos que raciocinar e decidir na hora mesmo, isso é bem comum no carnaval de rua, manifestações, onde temos que agir de imediato, as vezes nem dá tempo de consultar ninguém, você olha pro teu companheiro de serviço e o que os dois decidirem tá de bom tamanho. Só que isso as vezes, dá margem pro abuso de poder, muitos usam esse poder de polícia pra exagerar..." (Patrícia)

[22] O poder de polícia é a faculdade discricionária de que dispõe a Administração Pública, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens ou direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Em verdade, o poder de polícia é inexato, pois a lei, às vezes, possui brechas que permitem a livre interpretação e apreciação sobre alguns elementos, o que é aceitável, uma vez que o legislador é incapaz de conhecer previamente todas as situações de aplicação da lei. Assim, discricionariedade é a abertura da norma legal à Administração, de maior liberdade de atuação, permitindo-lhe que escolha seus próprios caminhos de atuar, na oportunidade que lhe convenha, pelos motivos que entender relevantes. Na realidade, a discricionariedade é intrínseca às três características principais do poder de polícia, pois ao ser aplicada a auto-executoriedade, é feito um julgamento por quem o aplica, e esse julgamento é discricionário.

Meyers e Vorsagner (2010) lembram que o alcance e a direção da discricionariedade estão ligados também à complexidade organizacional e das tarefas desempenhadas por eles:

> A complexidade aumenta a necessidade de decisões discricionárias pelos trabalhadores de linha de frente junto com a dificuldade de supervisão e monitoramento de suas ações. A promulgação de regras e procedimentos muitas vezes gera efeitos contrários e força os burocratas de nível de rua a selecionar as regras a serem aplicadas. (MEYERS; VORSANGER, 2010, p.254).

Muniz (2008) observa a atuação dos policiais, analisa a ação desses profissionais e a discricionariedade na aplicação das leis, demonstra como a atuação policial, no que diz respeito à aplicação seletiva das leis, sofre grande variação individual a partir das escolhas e do exercício da discricionariedade desses policiais.

O exercício da discricionariedade na atuação policial em uma sociedade democrática promove diversas questões, estimulando propostas de reformas nas polícias e, ao mesmo, causando polêmica entre estudiosos e profissionais da área.

A segurança pública tem motivado o desenvolvimento de diversas agendas, por outro lado também tem dividido a opinião dos profissionais atuantes na área, políticos e cidadãos quanto à possibilidade destas agendas responderem de forma factível e consequente à democratização das práticas de segurança pública, principalmente da policial.

Uma das visões mais problemáticas e, ao mesmo tempo, uma das mais corriqueiras que se tem sobre as instituições policiais é a de que elas "fazem cumprir a lei". Nada é mais enganoso e inconsistente com a realidade das polícias. Apesar de caracterizar-se como um consenso e revestir-se de uma roupagem legalista, esta visão oculta os elementos que conformam a polícia como um instrumento de coerção sob consentimento social subordinado ao império da lei (BITTNER, 1990; MUNIZ, 2006). Ela mascara, particularmente, o recurso fundamental à discricionariedade nos processos de tomada de decisão.

Diante da impossibilidade real de poder prever ou antecipar qualquer acaso ou surpresa de violência intrínsecos às demandas da população, a intervenção policial se dá exatamente na tomada de decisões discricionárias, onde evidencia-se

que as leis existentes são uma entre outras referências relevantes a serem consideradas no processo decisório.

A discricionariedade é apresentada como uma capacidade que é exercida tanto por policiais individualmente, quanto pela organização policial. Trata-se de um aspecto importante, ainda que pareça óbvio, porque permite compreender que o recurso à discricionariedade não se restringe às escolhas que policiais fazem nas ruas no curso do seu trabalho diário.

Assim como os agentes da ponta, as agências policiais estão, diariamente, tomando importantes decisões discricionárias quando decidem onde alocar pessoal; o que deve ser ensinado nas academias policiais; qual a prioridade no atendimento às emergências; quando recompensar ou punir policiais; como encaminhar as reclamações dos cidadãos, etc. Todas estas, e muitas outras decisões da administração policial, tanto afetam as atividades e atitudes dos policiais nas ruas, quanto podem interferir na qualidade de vida dos cidadãos.

Uma decisão policial é caracterizada como discricionária quando os policiais ou a polícia detém o poder de executá-la. Isto não significa afirmar que a decisão policial discricionária não seria influenciada por outros poderes ou forças exteriores à polícia. Significa somente que, dentro dos prévios limites normativos, políticos e técnicos estabelecidos, uma decisão policial é discricionária quando se qualifica como uma espécie de "última decisão" que se sustenta e se afirma mesmo diante de oposições. Isto quer dizer que uma decisão discricionária admite a existência de cursos de ação alternativos e contrários ao escolhido, igualmente possíveis de serem adotados.

Existem duas possibilidades lógicas de decisão discricionária que expressam o "agir" ou o "não agir" numa determinada situação. O reconhecimento da inação como uma alternativa decisória possível e válida da polícia, pois permite melhor restringir-se a realidade do "decisionismo policial", sobretudo em termos de publicidade, visibilidade e oportunidade de controle (Muniz 2006; 2006, 2007).

A partir das reflexões e descrições sobre a realidade do trabalho policial elaboradas por Joseph Goldstein (1960), Herman Goldstein (1977), Carl Klockars (1985), Egon Bittner (1990), Jerome H. Skolnick (1992), e Walker (1993), pode-se constatar que no universo das práticas policiais, poucas são as decisões discricionárias que são anunciadas publicamente, como resultado de uma política adotada por uma determinada organização policial.

É o caso, por exemplo, da decisão policial de não prender uma pessoa. Neste tipo de decisão discricionária a oportunidade de revisão e reversão *a posteriori* é remota ou quase inexistente. Caracteriza-se por construir uma espécie de "não-fato" já que dele não resulta nenhum ato burocrático, expediente formal ou resultado (pessoas presas, objetos apreendidos, registros, etc.) que possam alimentar a linha de produção do sistema de justiça criminal (MUNIZ, 1999; MUNIZ E PROENÇA JR, 2006).

O mesmo não ocorre com o meio de força policial, cujas atividades interferem de forma direta e indireta na liberdade das pessoas. A função social da polícia de construir alternativas de obediência às leis sob consentimento, enfim, de gerar controle e coerção pactuados socialmente, suscita percepções contraditórias quanto ao seu papel (MUNIZ E PROENÇA JR, 2007). Têm-se tanto caracterizações morais da polícia com viés positivo como a "primeira linha de defesa da sociedade", quanto as que soam negativas como "o braço armado do estado que limpa a sujeira social".

A visão de que os policiais possuem bem mais poderes do que os cidadãos permitem uma leitura da discricionariedade como um expressivo acréscimo de poder policial. Num jogo de relações já pontuadas pela assimetria, este suposto "poder a mais" pode ser percebido como um sobrepeso que faria a balança pender ainda mais para o lado daqueles agentes que controlam, coagem e custodiam.

Aos olhos do senso comum, a desproporção de recursos é mais palpável nas interações entre policiais e cidadãos do que nas relações de poder estabelecidas entre outros profissionais e o seu público.

Diante dessa evidência é admissível supor que o “decisionismo policial” possa vir a ser objeto de uma espécie de desconfiança coletiva prévia. Em parte, por conta desse tipo de suspeita, muitas polícias e policiais tentam minimizar e até mesmo negar seus poderes discricionários.

Conforme ressalta Klockars (1985:94), os políticos, por diversas motivações, tendem a seguir pelo mesmo caminho, tratando a polícia como se ela tivesse muito pouco, ou quase nenhuma autonomia decisória no emprego da legislação.

Isto ocorre, no Brasil, onde o ato policial discricional tende a ser interpretado juridicamente como "prevaricação", ou seja, a decisão policial discricionária pode ser tipificada como "um crime perpetrado por um funcionário público, e que consiste em retardar ou deixar de praticar, indebitamente, ato de ofício, ou em praticá-lo contra disposição legal expressa, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal".

A perspectiva de um enquadramento do ato discricional como uma possível "prevaricação" pode conduzir ora a paralisia decisória policial, ora a um acordo tácito na polícia de sustentação dos necessários procedimentos policiais de aplicação seletiva da lei numa ordem de total informalidade e baixa institucionalização. O que certamente amplia os níveis de incerteza, imprecisão e insegurança do policial na tomada de decisão e, por conseguinte, a imprevisibilidade dos resultados de sua ação (Muniz, 1999; Muniz e Proença Jr, 2006).

O exercício da discricionariedade na atuação policial em uma sociedade democrática suscita diversas questões, estimulando propostas de reformas nas polícias e, ao mesmo, causando polêmica entre estudiosos e profissionais da área.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas páginas finais, não caberia organizar uma consideração final no sentido literal de concluir a pesquisa, uma vez que algumas problematizações e inquietações ainda rondam, estando longe de seu fim definitivo.

O debate da segurança pública com foco nos profissionais atuantes na área, merece mais aprofundamento, principalmente no tocante da saúde e nas condições de trabalho desta categoria, pela exposição excessiva às violências diversas e em seu enfrentamento.

Como sabemos a violência é um fenômeno polissêmico e multicausal, independentemente de sua natureza simbólica ou física, suas manifestações variam de acordo com referenciais históricos, sociais, culturais, religiosos e também de gênero. É um tema complexo, que abrange discussões de diferentes campos interdisciplinares, pois atingem homens, mulheres, crianças, adolescentes, e idosos, de diferentes maneiras.

Nesta perspectiva os profissionais que atuam na segurança pública, são mais propensos à probabilidade de ocorrências de lesões, traumas e mortes. É de fundamental importância incorporar a reflexão sobre os nexos entre violência e saúde, estabelecendo diálogos entre academia e profissionais que atuam na ponta, compreendendo a transversalidade com a qual a violência perpassa o campo da

saúde coletiva e se manifesta em diferentes cenários. Nos municípios onde foi desenvolvida esta pesquisa, a violência urbana é perceptível, principalmente por disputas territoriais de gangues de tráfico de drogas que se digladiam para abastecer o mercado de turistas, resultando em homicídios, estupros e assaltos.

Nesta pesquisa, realçou-se denso e conflituoso contexto de negociações a que as mulheres de segurança pública são submetidas, imbricadas por relações hierárquicas de poder. Principalmente nas corporações da polícia militar, e na polícia civil, as quais obedecem uma hierarquia rigorosa.

Observou-se, uma rotina de trabalho permeada por iniquidades de gênero, em ambiente de violência institucional, que materializa desde atitudes preconceituosas e discriminatórias por serem mulheres, até relatos de casos de assédio moral e sexual. Todavia, pode se observar um fenômeno significativo relacionado ao empoderamento dessas mulheres por meio do trabalho, quebrando tabus socialmente impostos e galgando cargos importantes na corporação.

Ser mulher para as profissionais participantes deste estudo significa ser múltipla, ou seja, desempenhar várias funções: filhas, esposas, mães, profissionais, donas de casa e chefes de família. Nessa perspectiva, o espaço público e o privado se fundem, o que muitas vezes é conflituoso e complexo para elas, já que ao se expor a todo tipo de infortúnio, temem expor seus familiares, principalmente os/as filhos/as.

> Sem dúvida, a categoria de profissionais femininas não somente da polícia militar, mas de toda a segurança pública, contestam a dominação masculina, estruturando-se e tecendo estratégias na luta para uma possível construção de uma sociedade mais igualitária.

> O empoderamento é um processo conflituoso, é uma busca constante de mudança nas relações de poder existentes que estão arraigadas em nossa cultura, principalmente nas dominadas pelos homens, como na segurança pública. Este processo de empoderamento dessas mulheres, não tem início e fim definidos, nem ocorre de maneira igual para diferentes mulheres. O empoderamento difere para cada indivíduo ou grupo, conforme seu histórico de vida, sua cultura e sua localização em diferentes territórios.

A influência sazonal foi aspecto marcante no cenário de estudo e interconecta os quesitos segurança pública, saúde e desenvolvimento, determinando o modo de

vida de grupos ou sociedades, onde representações são construídas de acordo com lógicas próprias a determinadas sociedades.

A flutuação sazonal também é um fator preocupante para as profissionais da categoria de segurança pública, uma vez que com o fim do verão, vão-se além dos reforços na área de segurança e saúde, também muitos empregos, persistindo os problemas relacionados à desigualdade social, ao tráfico de drogas e às distintas manifestações de violência. Os municípios ficam praticamente abandonados, chegando a ter uma ou duas viaturas com equipes de 3 ou 4 profissionais por turno de serviço, em cada município. Fato que possivelmente afeta outros locais com as mesmas características.

Outro fator notório, foram as precárias condições de trabalho que reverberam diretamente no processo saúde-doença, dessas trabalhadoras de segurança pública, em ambientes insalubres, com sobrecarga de trabalho nos períodos de maior movimento e de déficit de profissionais e aparatos de segurança pública, no período de inverno.

O trabalho repercute na vida pessoal e social dessas mulheres, principalmente o risco e ameaça da segurança de seus familiares, causando um forte impacto emocional e psicológico, devido ao estado de alerta constante, principalmente por se tratar de municípios pequenos, onde são facilmente identificadas como profissionais de segurança pública, tornando-se alvos fáceis para bandidos e facções criminosas.

A questão do processo de “desumanização” a que essas mulheres se submetem, na exposição as violências do cotidiano, e as crises de identidades, muitas vezes gerando insatisfação profissional e também pessoal, foram fatores que geraram algumas inquietações, onde talvez possam ser aprofundadas em um estudo subsequente, quiçá em um doutorado, pois o mestrado é um curto tempo para aprofundar todas as questões que emergiram do campo de pesquisa.

Um fator marcante e polêmico, foi relacionado aos atendimentos de ocorrências de Maria da Penha, onde as vítimas tinham receio em dirigir-se às profissionais femininas, o que vem a refutar o fato de que a mulher vítima de violência doméstica, sente-se mais segura, acolhida, quando atendida por uma policial feminina. Pois neste tipo de ocorrência, a vítima na maioria das vezes dialoga com o policial masculino, justamente por ele se compadecer mais com sua

situação. Já à policial feminina cabe a condução da situação, a conversa direta e objetiva.

Durante a pesquisa de campo buscou-se “dar vozes” a essas mulheres, no sentido mais amplo do termo, pois assim sentiram-se, ao poder falar sobre seus anseios e medos, em um campo de difícil acesso e diálogo, em que tudo é muito velado e quase sempre visibilizado.

Portanto, espera-se que este estudo resulte em discussão a respeito dos dilemas vivenciados por essas profissionais, promovendo visibilidade às suas angústias. As experiências subjetivas dessas mulheres ainda permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais da segurança pública e é bem possível que não seja só no Paraná.

Portanto, a necessidade de conhecer quem são estas mulheres, como é sua rotina e quais os desafios que enfrentam em seus ofícios, para problematizar a realidade, pode se constituir em uma importante estratégia para visibilidade. Espera-se assim, contribuir na construção de conhecimento sensível às questões de gênero, colaborando com a diminuição das assimetrias entre homens e mulheres.

O campo da segurança pública interfere diretamente na maneira de ser do sujeito que trabalha nela, seja homem ou mulher. Fazer parte desta categoria profissional, significa moldar-se aos requisitos para melhor desempenhar a sua função, mesmo que para isso seja necessário assumir um personagem para resguardar sua verdadeira identidade.

A questão de segurança pública é considerada uma demanda social, a qual necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser de fato efetivada. O Estado deve trabalhar em prol do fortalecimento da capacidade em gerir a violência, com políticas públicas bem elaboradas e adequadas no combate a violência, aliadas a sociedade civil, principalmente no incentivo acadêmico, com produções relevantes que subsidiem novas ações para a área de segurança pública.

O grande problema é a falta de mecanismos coordenados para a implementação com eficácia e eficiência das políticas públicas na área de segurança pública. Seriam necessárias ações combinadas com a sociedade civil afim de garantir o pleno funcionamento dessas políticas preventivas, assim seriam reduzidos os gastos com segurança pública, violência e saúde, já que a violência impacta diretamente neste setor.

A realidade da segurança pública brasileira é preocupante, o que corrobora para a confirmação de que nosso país precisa, com urgência, investir em políticas de segurança pública a nível preventivo. E para o sucesso dessa implementação, deveria ser levado em conta questões territoriais sobre as quais essas políticas preventivas iriam incidir, uma vez que a dinâmica e especificidades regionais podem tornar uma política inviável e comprometer a continuidade dos trabalhos que já são realizados a nível local. Ou seja, uma política de segurança pode ser eficaz para um determinado local, e se implementado em outro a garantia de sucesso não necessariamente será a mesma.

Assim, a democracia, os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e deliberações públicas), e disposições sociais como educação, sistema de saúde e segurança pública, são elementos constitutivos e intrínsecos ao processo de desenvolvimento.

Portanto, para finalizar, empresto as palavras de Sen:

> O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, etc. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p. 19).

7. REFERÊNCIAS

ADEODATO, V.G. *et. Al*. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.1, p.108-113. 2005.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea.** 282.p. Tese – Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996

AGUDELO, S.F. **La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región**. *Bol. Epidemiol*. OPS,11: 01-07, 1990.

AMADOR, F. S. *et al.* Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicologia: Ciência e Profissão***,* v. 22, n*.* 3, p. 54-61. 2002.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: RAYNAUT, C. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Editora da UFPR. Curitiba. 2002

ANCHIETA, V.C.C. **Policial 24 horas. Um estudo sobre representação social da violência e de identidade entre policiais civis do distrito federal** (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

ANCHIETA, V, C.C. *et al.* Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 199-208. 2011.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10.° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 35-36, 2001.

ARREGUI, Carola C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. **Serv. Soc.** n.111, p. 529-554. ISSN 0101-6628. 2012.

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, M. C; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.

ATKINSON, B.; HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. IN: Denzin, N.K.;Lincoln, Y.S (Eds.) **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.

BAYLEY, D.H. ***Patterns of policing: a comparative international analysis***. N. J., Rutgers University Press. New Brunswick, 1985.

BENTO, B. Estudos de gênero o relacional, o universal e o plural. In: BENTO B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**, p. 69-108. Rio de Janeiro. Garamond. 2006.

BERGOCHEA, J.L. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.1, p.119-131, 2004.

BEZERRA, M.C; MINAYO, M.C.S; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Cienc. Saúde Col.** v.18, n. 3, p. 657-666. 2013.

BIGARELLA, J. J. **Matinhos: Homem e Terra Reminiscências...** 9.ed. Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BITTNER, E. ***Aspects of police work*.** Boston, Northeastern University Press, 1990.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de: COUTINHO, C. N. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª reimpressão. 2004.

BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. Memória e sociedade: nota de apresentação. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 322 p. 2001.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006.

BRASIL (País). ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Violência y salud: resolución no XIX. Washington, 1994. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em 13/12/2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

CONSTANTINO, P; RIBEIRO, P. A; CORREIA, C. S. B. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. **Cienc. Saude Col.** v. 18, n. 3, p. 645-655. 2013.

CORTI, L.; THOMPSON, P. Secondary analysis of archived data. In: Seagle, G,;Gobo, G,. Gubrium, J.F.; Silverman, D. (eds) **Qualitative researth practice**. London: Sage Publications, 2004.

CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho Feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais**. Tese apresentada para conclusão do Curso de Doutorado em Administração da Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Minas Gerais. 376 p. 2006.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie,** São Paulo, v.11, n.3, p.71-99, 2010.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres.** São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 160p. 2012.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. PPG Psicologia Social e Institucional. UFRGS. Porto Alegre, 128 p. 2003. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2940/000379254.pdf?sequence=1 >. Acesso em 03/09/2014.

CARUSO, H.G.C. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ**. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1. 1999.

COSTA, J. F. **Violências e psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, S.G. **Assédio sexual: uma versão brasileira**. Porto Alegre; Artes e Ofícios, 1995.

DEBERT, G. G; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev Bras Cienc Soc**; v. 23, p. 165-85. 2008.

DELPHY, C. **Close to home: a materialist analysis of women's opression**. London: Hutchinson; 1984.
DOWLING, C. **O mito da fragilidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2001.

DA MATTA, R. **As raízes da violência no Brasil**. In: PAOLI, M. C.; BENEVIDES, M. V.; PINHEIRO, P. S.; DA MATTA, R. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

EMERSON, R. M; FRETZ, R. I; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes.** Chicago: University of Chicago Press, 1995

ESTADES, N. P. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 8, p. 25-41. 2003.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3ª Edição - São Paulo: Global. 1986.

ESCOBAR, S. *et al*. **Seguridad Ciudadana: Concepciones y políticas.** Caracas. Nueva Sociedad- Friedrich Ebert Stiftung. p. 85- 147. 2005.
FAVRET-SAADA, J. " Ser Afetado". Tradução de: Paula Siqueira. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.13, p. 155-161. 2005.

FRIEDMAN, B. **A mística feminina**. Petrópolis; Vozes, 1971.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber.** Coleção Ditos e Escritos, v.4. Organização e seleção de textos Manoel Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M**. Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e Escritos, v.4. Organização e seleção de textos Manoel Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 2ª Ed, Editora Paz e Terra. 2015

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública.** Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

GEERTZ, C. **Local interpretation of cultures.** New York: Basic Books, 1973.

GOMES, R; SOUZA, E. R. A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos. **Cienc. Saúde Colet.** V. 18, n. 3, p. 601-610. 2013.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, p. 523-545. 2012.

GREENHALGH, T; TAYLOR, R. How to read a paper – papers that go beyond numbers (qualitative research). **British Medical Journal**, v.315, n.7110, p.740-743, 1997.

GIDEENS, A. New Rules of Sociological Method, Londres. Huntchinson., 1976. In: **Tratado de Sociologia**. Sob Direção de Raymond Boudon, com a colaboração de J. Baechler...[el. Al]; Tradução de Teresa Curvelo; revisão técnica de Renato Lessa - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995, 604p.

GAULÉJAC, V. **La société malade de la gestion.** Paris: Seuil, 2005.

GOMES, R; SOUZA, E. R. A identidade de policiais civis e sucessivos espelhamentos. **Ciências e Saúde Coletiva**, p. 601-610. 2013.

GOMES, R; SOUZA, E.R; MINAYO, M. C. S. **Imagem do policial civil: um jogo de espelhos.** In: MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. Rio de Janeiro: Garamond. 2003.

GADEA, C. A. **Acciones colectivas y modernidad global. El movimiento neozapatista**. Toluca: UAEM. 2004.

GADEA, C. A. **Paisagens da pós-modernidade. Cultura, Política e Sociabilidade na América Latina.** Itajaí-SC: Univali. 2007.

GOLDSTEIN, H. **Policing a Free Society**. Cambridge, Ma: Ballinger, 1977.

GOLDSTEIN, J. **Police Discretion not to invoke the Criminal Process: Low Visibility Decisions in the Administration of Justice**. Yale Law Journal 69 (March), p. 543-594, 1960.

HAMMERSLEY, M. Desconstructing the Qualitative-Qualitative Divide. In:
BRANNEN, J. (ed.)Mixing **methods: qualitative and quantitative research**. Aldershot: Averbury, 1992.

HAESBAERT, R. Des-territorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In CASTRO, I.E*., et al*. **Geografia - Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, pp. 165-205. 1995.

HARTMANN, H. **The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union**, Capital and Class, n. 8, p.1-33 1979.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** n.17/18, p.139-156. 2001/02.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil França, Japão. Mercado de trabalho e gênero: comparações interncionais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.163-178. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HIRATA, H. Taller las transformaciones del trabajo: **genero, flexibilización e inserción laboral feminina**. CEM, Santiago, 24, 25 y 26 de noviembre, 1999.

HIRATA, H; PRÉTECEILLE, E. "Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das Ciências Sociais na França". **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 47-80. 2002.

IBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=41. [acessado em jul 12].

JANY-CATRICE, F. **Les apports de la comptabilité nationale dans la quete d'indicateurs synthétiques.** Paris: Seminaire Dares, 2002.

KLOCKARS, C. B. **The Idea of Police**. London, Sage Publications, 1985.

KLOCKARS, C. B; MASTROFSKI, S. Thinking about Police. **Contemporary Readings**. New York. McGraw-Hill, 1991.
KERGOAT, D. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: H. Hirata (org*.).* **Dicionário crítico do feminismo***.* São Paulo: Unesp, 2009.

LIAMPUTTONG, P; EZZY, D. **Qualitative Research Methods**. 2ª Ed. Melbourne: Oxford, 2005.

LAQUEUR, T. **Making sex: body and gender from the greeks to Freud**. Cambridge, MA: Harvard UP, 1992.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, p. 14–36. 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LANGER, A. O trabalho como essência do Homem. **Revista Vinculando**. 2004. Disponível em: <http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/trabalho_essencia_homen.html.>

LOTTA, G. S. **Saber e poder: agentes comunitários de saúde aproximando saberes locais e políticas públicas.** Dissertação (Mestrado) Programa de Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2006.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo. 2010.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service.** New York: Russel Sage Foudations, 1980.
MAGNANI, J. G. (sexta-feira, São Paulo, n.1 de maio de 1997). O (velho e bom) caderno de campo. pp. 8-11.

MINICHIELLO, V; ARONI, R; TIMEWELL, E; ALEXANDER, L. **In-depth interviewing principles.techniques,analysis**. Melbourne: Longman. 1995.

MINAYO, M. C. S; ADORN S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Cienc. Saúde Col.** v.18, n. 3, p. 585-593. 2013.

MINAYO, M. C. S. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Cienc. Saúde Coletiva** v.18, n. 3, p. 611-620. 2013

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R; CONSTANTINO P. **Missão prevenir e proteger**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F. S. **Pesquisa Social. Teoria, Método e criatividade.** Editora Vozes – Petrópolis, 2007.

MEAD, M. **Sexo e Temperamento**. São Paulo, Perspectiva, 1969.

MISKOLCI, R. Os Saberes Subalternos e os Direitos Humanos. In: Rossana Rocha Reis. (Org.). **A Política dos Direitos Humanos.** 1 ed. São Paulo: Hucitec, , v. 1, p. 1-20, 2009.

MOREIRA, R; WOLFF, C. S. A ditadura militar e a face maternal da repressão. In: **Dossiê gênero, feminismos e ditadura**. Ano X, 2º semestre, p. 56-65. 2009.

MAQUIAVEL, M. **O príncipe**. 2ª ed. São Paulo, 1944.

MAINARDI, D. M. **A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso** (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá).

MOREIRA, R; WOLFF, C. S. **A ditadura militar e a face maternal da repressão**. In: Dossiê gênero, feminismos e ditadura. Ano X, 2º semestre, p. 56-65. 2009.

MARX, K. **O capital***.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

MINAYO, M. D; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. ***Ciência e Saúde Coletiva*****,** 585-593. 2013

MINAYO, M.C.S; DESLANDES S.F.S. **Pesquisa Social***.* Petrópolis: Editora Vozes. 2007.

MEYERS, K; O'TOOLE, L. J. **Bureaucracy in a democratic state: a governance perspective.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

MEYERS, M; VORSANGER, S. Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (org). **Administração Pública: coletânea.** São Paulo: Editora Unesp, p. 249-270. 2010.

MUNIZ, Jacqueline, PROENÇA JR., Domício, DINIZ, Eugênio. "**Uso da Força e Ostensividade na Ação Policial". *Conjuntura Política****: Boletim de Análise do Departamento de Política da UFM*G. Belo Horizonte, Abril de 1999; pp.: 22 – 26.

MUNIZ, J; PROENÇA JR. **Police Use of Force. The Rule of Law and Full Accountability. Comparative Models of Accountability Seminar.** INACIPE. Mexico, 29-30 Octuber; p.1 – 11. 2003.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Femininos**. V.8, n.2, p. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, R. D. O. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

SIGNORELLI, M. C. **Mudaram as estações...nada mudou**: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense. 194f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, L. S. **Na mira da supremacia masculina: um estudo de relações de gênero no centro de formação e aperfeiçoamento de praças da polícia militar**. (Dissertação não publicada. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2002.

OLIVEIRA, S. Nem homem gosta de bater, nem mulher gosta de apanhar: fortalecendo a rede de proteção. In: CASTILLO-MARTÍN, M,; OLIVEIRA, S. **Marcadas a Ferro, violência contra a mulhe**r: uma visão multidisciplinar. Brasília: Presidência da República/ SEPM, p. 234-238. 2005.

PINTO, W. L; FIGUEIREDO, B. E. A; SOUZA, R. E. Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. **Cienc. Saúde Col.** v. 18, n. 3, p.633-644. 2013.

PEDRO J. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, p. 77-98. 2005.

PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2009

PIORE, M. Beyond markets: sociology, street-level bureaucracy, and the management of the public sector. **Regulation & Governance**, v.5, n.1, p.145-164, Mar.2011.

SOUZA, R. E; SCHENKER, M; CONSTANTINO, P; CORREIA, C. S. B. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. **Cienc. Saúde Col.** v. 18 p. 667-676. 2013.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996.

SCHRAIBER, B. L; *et al*. **Violência dói e não é direito: a violência contra as mulheres, a saúde e os direitos humanos**. 1ª Edição. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; 2005.

SOUZA, E. R; MINAYO, M. C. S. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. Ciência e Saúde Coletiva v. 10, n. 4, p. 917-928. 2005.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência. Uma ciência feminista? In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. B. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: Coleção Bahianas, 2002.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu: Abramo. 2004.

SAFIOTTI, H. I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In CASTILLO-MARTÍN, M; OLIVEIRA, S. **Marcadas a Ferro, violência contra mulher: uma visão multidisciplinar.** Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SEN A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1ª Edição. Companhia de Bolso,2010.

SOUZA, E. R; MINAYO, M. C. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 10, n. 4, p. 207-226. 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 151p. 2004.

SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres Polícias: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHACTAE, A. M. **Representações: a polícia Militar Feminina no Paraná** (1979-1984). **Revista de História Regional**, Curitiba: Inverno 2004. Disponível em < file:///C:/Users/Home/Downloads/2205-6138-1-PB.pdf> acesso em

SACRAMENTO, J. **Polícia e gênero. Percepções de delegadas e delegados da polícia civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial** (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIGNORELLI, M. C. **Mudaram a estações...Nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e Mulheres Vítimas de violência doméstica no litoral Paranaense.** 2011. 189f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Defesa : 204/11/2011.

SKOLNICK, J. H. **Justice Without Trial. Law Enforcement in Democratic Society.** New York. Macmillan College Publishing Company, 1994.
Signorelli, M. C. Violência **doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2013000600019&script=sci_arttext.

SCHRAIBER, L. B; *et al.* **Violência dói e não é um direito: a violência contra as mulheres, a saúde e os direitos humanos.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista. 2005.

TABARELLI, M. et al. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na mata atlântica brasileira. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 132-138. julho 2005.

VILLAGÓMEZ, E. Los costes econômicos y sociales de la violência contra la mujer em Andalucía, Espanã. In: CASTILLO-MARTÍN, M. & OLIVEIRA, S. **Marcadas a Ferro: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar.**

Brasília: Presidência da República/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 192-198. 2005.

VELHO, G. **Observando o Familiar**. In: NUNES, E. O. – **Aventura Sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VILLELA, V. W; PEREIRA, P. P. G. Gênero uma categoria útil (para orientar políticas)? **Cienc. Saude Col**, v.17, n. 10, p. 2579-2588, 2012.

WEBER, M. **Economia y Sociedad. Esbozo de sociologia compreensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. 1245p. Original em alemão: Wirtschaft und gesellschaft, grundriss der verstehender soziologie.
WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: cultrix, 1970. 124p. Original em alemão: Wirtschaft und gesellschaft, grundriss der verstehender soziologie.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008.** Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Justiça, 2008.

8. APÊNDICES

Apêndice 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Vossa Senhoria está sendo convidada a participar de um estudo de dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, intitulado **"VIOLÊNCIA(S), GÊNERO E TERRITÓRIO: MULHERES TRABALHADORAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO LITORAL PARANAENSE".**
É por meio das pesquisas acadêmicas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, e sua participação é fundamental. O objetivo deste estudo é investigar e analisar os fatores que influenciam as relações biopsicossociais das profissionais da área de segurança pública do Litoral Paranaense, bem como analisar a dinâmica territorial sob a perspectiva da sazonalidade e observar suas implicações.

Caso você decida participar do estudo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas com gravador mp4, transcritas e analisadas por meio de metodologia qualitativa. As entrevistas se darão em local de sua preferência, respeitando o conforto e privacidade. Como em qualquer procedimento de pesquisa, se você se sentir desconfortável em participar do estudo, durante a realização das entrevistas, ou qualquer momento, você poderá deixar de participar da mesma.

Deve-se ressaltar que a participação neste estudo não traz riscos nem agravos à saúde, nem custos ou despesas ao participante.

A sua participação neste estudo é voluntária. Você tem a liberdade de se recusar a participar, ou se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento.

A equipe de pesquisa compromete-se a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nas entrevistas, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde e o código Penal Brasileiro.

Os resultados obtidos neste estudo serão publicados em eventos científicos e periódicos acadêmicos. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **confidencialidade e o anonimato** sejam mantidos.

Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro. As informações existentes neste documento são para que vossa senhoria entenda perfeitamente os objetivos desse estudo, e saiba que a sua participação é espontânea.

Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pessoalmente por um dos pesquisadores que conduzem o estudo.

Pesquisador responsável: Mestranda Daniele Schneider

E-mail: danischneiderufpr@gmail.com

Telefone para contato: (41) 97968820

Pesquisador participante: Profº Drº. Marcos Claudio Signorelli

Estão garantidas todas as informações que você queira, antes, durante e após o estudo.

Eu, _____

CPF, _____, li o texto acima e a compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidada a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo e os procedimentos. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Data, _____, Local _____

_____ _____

Participante da Pesquisa

Daniele Schneider

Pesquisadora

_____

Profº. Drº Marcos Claudio Signorelli

Orientador da Pesquisa

Apêndice 2

Roteiro de Entrevistas

Nome: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ nº flho(a)s_____

Grau de instrução: _____ Religião: _____

1) O que te motivou a entrar para a área de segurança pública?

2) Por que você escolheu esta profissão? Há quanto tempo você atua na instituição?

3) Quais as implicações desta escolha profissional para sua vida? O que mudou?

4) Como você se sente ao vestir a farda?

5) Sua escala de trabalho ultrapassa 40 horas semanais?

6) Sua escala de trabalho muda durante a Operação Verão?

7) Os tipos de ocorrências atendidas mudam durante a Operação Verão em comparação com a cidade de origem?

8) Você já atendeu ocorrência em horário de folga?

9) Durante o atendimento de ocorrências a Comunidade te trata de forma diferenciada por ser mulher?

10) Pelos colegas de profissão você já foi tratada de forma diferenciada por ser mulher?

11) Desde que ingressou na carreira de segurança pública você percebe alguma diferença em sua vida, em seu jeito de ser e de relacionar com as pessoas?

12) Após o ingresso na área de segurança pública você mudou seus hábitos de laser?

13) Você pratica algum tipo de atividade física?

14) Você frequenta reuniões familiares bem como festas de fim de ano?

15) O cotidiano violento influencia em sua vida pessoal?

16) Como é ser mulher dentro de uma instituição de segurança pública?

Apêndice 3

Submissão de artigo da dissertação à Revista de Ciência e Saúde Coletiva

Ciência & Saúde Coletiva

Ciência & Saúde Coletiva

MULHERES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO LITORAL DO PARANÁ: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, TRABALHO, VIOLÊNCIA(S) E SAÚDE

Journal:	*Ciência & Saúde Coletiva*
Manuscript ID	CSC-2015-2339
Manuscript Type:	Free Theme Article
Keywords:	Mulheres, Segurança Pública, Gênero, Violência

SCHOLARONE™
Manuscripts

For Review Only

Apêndice 4

Resumo publicado nos Anais do 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
ISBN: 978-85-85740-06-1

MULHERES TRABALHADORAS NA AREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO LITORAL DO PARANÁ: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, TRABALHO, VIOLÊNCIA(S) E SAÚDE.

DANIELE SCHNEIDER[(1)]; MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI[(1)]; 1 - UFPR;

Apresentação/introdução: O estudo sobre mulheres que atuam na segurança pública é recente, sendo escassas articulações entre trabalho, questões de gênero, exposição às violências e saúde dessas mulheres. Tradicionalmente a segurança pública é vista como espaço de trabalho e poder masculino e as mulheres desafiam tal norma, desdobrando-se para provar sua competência nesse âmbito profissional.

Objetivos: Cartografar o cotidiano de mulheres trabalhadoras da área de segurança pública, articulando, questões de gênero e exposições às violências com o processo saúde-doença, tendo como recorte territorial o Litoral Paranaense.

Metodologia: Este estudo baseou-se em metodologia qualitativa, por meio de aproximação etnográfica com grupo de 40 mulheres trabalhadoras de segurança pública (policiais militares e civis, agentes penitenciárias e guardas municipais) do litoral do PR. Ocorreu entre Mar/14 à Mar/15 e incluiu o acompanhamento da rotina laboral dessas mulheres na dinâmica territorial (nas instituições e em atendimento às ocorrências), registros de campo, e entrevistas semiestruturadas com atoras chave no processo. O conjunto de dados que emergiram do campo foram categorizados tematicamente por meio de categorias emergentes, que foram analisadas à luz de estudos teóricos sobre gênero, violência e saúde coletiva.

Resultados: Realçou-se denso e tenso contexto de negociações a que essas mulheres trabalhadoras são submetidas, imbricadas por relações hierárquicas de poder. Destacou-se: 1) notada iniquidade de gênero e violência institucional, desde preconceito e discriminação por serem mulheres (tanto por parte da comunidade quanto dos colegas profissionais homens), até casos de assédio moral e sexual; 2) influência sazonal e precárias condições de trabalho, que reverberam diretamente no processo saúde-doença, com sobrecarga de trabalho nos períodos de maior movimento no litoral; e 3) repercussão significativa do trabalho na vida pessoal e social, principalmente o risco e ameaça da segurança dos familiares.

Conclusões/Considerações: A pesquisa revelou a complexidade de violências à que essas mulheres são expostas a partir do seu trabalho: na própria instituição, nas ruas e se estendendo às suas famílias, sendo o gênero o elemento de intersecção. Tal realidade leva desde ao aparecimento de sintomas orgânicos até o isolamento social. Repercute diretamente no processo saúde-doença, constituindo-se em desafio para o campo da saúde coletiva, neste e quiçá em outros territórios.

Modalidade de aprovação: **Comunicação Oral**

Eixo temático: **Relato de Pesquisa**

Apêndice 5

Certificado de participação no Congresso Abrasco

Apêndice 6

Certificado de apresentação de trabalho no Congresso Abrasco

11º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA

28 DE JULHO A 01 DE AGOSTO DE 2015

Certificamos que o trabalho

MULHERES TRABALHADORAS NA AREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO LITORAL DO PARANÁ: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, TRABALHO, VIOLÊNCIA(S) E SAÚDE.

dos autores: DANIELE SCHNEIDER; MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI, foi apresentado na modalidade Comunicação Oral, no 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 27 de julho a 01 de agosto de 2015 na Universidade Federal de Goiás em GOIÂNIA/GO.

GOIÂNIA, 01 de agosto de 2015

Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza
Presidente
Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Elias Rassi Neto
Presidente
11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

ABRASCO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS